

ESTUDO

DINÂMICAS DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL

CADEIAS DE FRUTICULTURA
NO VALE DO SÃO FRANCISCO (PE/BA)
E NA SERRA GAÚCHA (RS)



OXFAM
Brasil

FICHA TÉCNICA

Pesquisadoras Responsáveis

Cynthia Molina, Fernanda Pires e Juliana Teixeira

Coordenação

Ravenna Alves

Revisão

Julianne Nestlehner

Diagramação

Raones Ramos

Publicado em 2026

*O apoio de doadores torna possível a realização deste relatório e de outros trabalhos da Oxfam Brasil. Para contribuir com qualquer valor, acesse: **doe.oxfam.org.br***



OXFAM
Brasil



/oxfambrasil

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	5
1.1. OBJETIVOS	6
1.2. ESCOPO TERRITORIAL	7
2. METODOLOGIA	9
2.1. DADOS SECUNDÁRIOS	9
2.2. DADOS PRIMÁRIOS QUALITATIVOS.....	10
3. DIAGNÓSTICO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO RURAL NO BRASIL	12
3.1. PANORAMA NACIONAL DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL	12
4. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL: VALE DO SÃO FRANCISCO E SERRA GAÚCHA ...	27
4.1. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE FRUTAS NA LAVOURA PERMANENTE NO BRASIL	28
4.2. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE MANGA, UVA E MAÇÃ NO BRASIL	29
4.3. VALE DO SÃO FRANCISCO (VSF).....	30
4.4. SERRA GAÚCHA (SG).....	33
5. DINÂMICAS LOCAIS DO TRABALHADOR ASSALARIADO	37
5.1. VISÃO GERAL TRABALHADORES	37
5.2. VÍNCULOS DE TRABALHO NO TERRITÓRIO E CADEIA	38
5.3. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: COMPARATIVO (VSG E SG)	44
5.4. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: COMPARATIVO ENTRE AS CADEIAS DE UVA, MAÇÃ E MANGA	50
5.5. RISCO À SAÚDE E SEGURANÇA NOS TERRITÓRIOS.....	55
6. DINÂMICAS DE EMPREGO	61
7. DESAFIOS E OPORTUNIDADES: ORGANIZAÇÃO SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	65
8. CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES: DADOS NACIONAIS E TERRITORIAIS	68
9. LEITURA QUALITATIVA DAS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL	71
11. APÊNDICES	76
11.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	76
11.2. ROTEIRO DE ENTREVISTAS	76
11.3. MATERIAIS E ACESSOS PARA COMPREENSÃO DOS DADOS.....	79



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

1. APRESENTAÇÃO

As contradições, os desafios e as vulnerabilidades estruturais do mundo do trabalho se acentuam no contexto rural. É nesse espaço que estão 88% dos trabalhadores e trabalhadoras extremamente pobres do mundo, onde aproximadamente metade dos acidentes fatais nos locais de trabalho ocorre e cerca de 80% desse contingente está na informalidade (OIT, 2019). De forma particularmente vulnerável, encontram-se as mulheres, as crianças, os jovens e os migrantes, visto que representam a maior proporção da força de trabalho rural. As mulheres, em específico, além de se envolverem na produção rural, são desproporcionalmente responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados não remunerados (OIT, 2019).

A agropecuária é um dos pilares da economia brasileira, estando presente na consolidação do país e em sua história. A fruticultura, um dos segmentos da agricultura no Brasil, engloba desde o cultivo até a comercialização. Atualmente, o país é o terceiro maior produtor de frutas do mundo e caminha para consolidar-se com destaque na exportação. A fruticultura também apresenta desigualdades e injustiças do ponto de vista da força de trabalho, acumulando inúmeras denúncias de trabalho análogo à escravidão (Dallabrida, 2022), milhões de pessoas expostas ao risco de contaminação por agrotóxicos e uma força de trabalho marcada por relações temporárias que duram um ou até seis meses (OXFAM, 2019).

Marcada por informalidade e uma presença significativa de mão de obra feminina, com intersecções demográficas raciais, a maior parte dessa força de trabalho é a ponta inicial de uma cadeia de fornecimento que sustenta as gôndolas dos supermercados – grandes empresas privadas que declaram publicamente suas responsabilidades sociais e que, diante dos números retratados, persistem questionamentos: se a margem de lucro é tão grande, por que não melhorar o salário e as condições de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras?

É diante desse contexto que o avanço dos marcos normativos de devida diligência em direitos humanos pode acelerar a garantia de condições e trajetórias dignas de trabalho e estimular e/ou impor um movimento de políticas públicas e junto às empresas privadas. A reflexão sobre tais questões e as possibilidades de se alcançar um trabalho digno e decente torna-se, além de crítico, central para debater quaisquer aspectos relacionados ao mundo do trabalho.

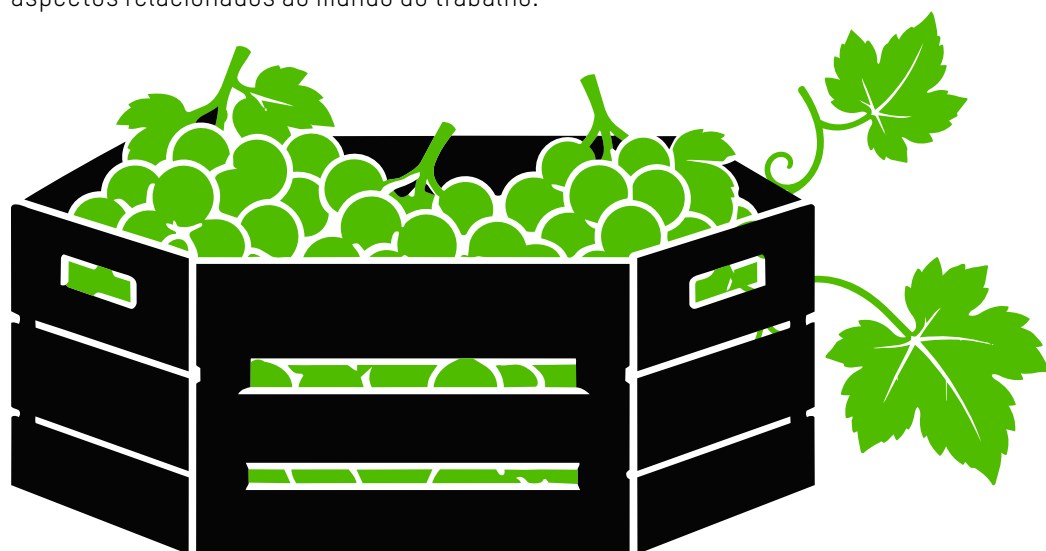




Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

1.1. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é produzir um **diagnóstico atualizado do mercado de trabalho assalariado rural no Brasil, articulando análise nacional e territorial, para subsidiar organização sindical, negociação coletiva e políticas públicas.**

Como objetivos específicos, propõe-se:

1. Atualizar o diagnóstico nacional do mercado de trabalho assalariado rural no Brasil, com análise de tendências recentes relacionadas a formalização, informalidade, tipos de contratação, rendimentos, perfil sociodemográfico, proteção social e sindicalização;
2. Analisar territórios priorizados pelo projeto *Global Fights for Workers' Rights* (Vale do São Francisco e Serra Gaúcha) implementado pela Oxfam Brasil em parceria com a Confederação de Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), baseando-se em dados secundários e desagregações disponíveis, evidenciando particularidades regionais do trabalho assalariado rural e sua relação com as cadeias produtivas de maça, manga e uva;
3. Analisar, de forma interpretativa, as dinâmicas estruturais que afetam o trabalho rural (sazonalidade, terceirização, mecanização, precarização), com atenção às implicações para organização sindical, negociação coletiva e políticas públicas.

Vale destacar que, neste Relatório, considera-se trabalho rural aquele prestado em propriedade rural à pessoa física ou jurídica que explore atividade agro econômica. Nesse sentido, não está sendo considerado o trabalho rural desvinculado de uma atividade econômica exploratória em termos de relação de trabalho.

1.2. ESCOPO TERRITORIAL

O escopo territorial é nacional com dois recortes analíticos: o Vale do São Francisco e a Serra Gaúcha, ambos com destaque na produção da fruticultura com presença de três cadeias – uva, manga e maçã.

No estado do Rio Grande do Sul, na região da Serra Gaúcha, identificados como produtores de maçã e uva, o estudo toma como foco dez municípios: Vacaria, Muitos Capões, Monte Alegre dos Campos, Campestre da Serra, Bom Jesus, São Marcos, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Flores da Cunha, conforme Figura 1 a seguir. A priorização destes territórios foi feita com base no desenho do projeto *Global Fights for Workers' Rights*.

FIGURA 1 – CADEIAS DE MAÇÃ E UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: Imagens geradas pelo Gemini.

No estado de Pernambuco, o território analisado neste Relatório, do Vale do São Francisco, contém as produções de uva e manga em cinco municípios: Belém do São Francisco, Lagoa Grande, Inajá, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, conforme Figura 02 a seguir.





FIGURA 2 – CADEIAS DE MANGA E UVA NO ESTADO DE PERNAMBUCO



Fonte: Imagens geradas pelo Gemini.

Já no estado da Bahia, o território do **Vale do São Francisco**, analisado neste Relatório, possui as produções de uva e manga. Nesse território, essas cadeias estão identificadas em seis municípios na Figura 03: Abaré, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Casa Nova e Sobradinho.

FIGURA 3 – CADEIAS DE MANGA E UVA NO ESTADO DA BAHIA



Fonte: Imagens geradas pelo Gemini.

Juntos, Pernambuco e Bahia compõem o território do Vale do São Francisco neste Relatório.



2. METODOLOGIA

O percurso metodológico contempla um levantamento e análise de bases de dados secundários, além de uma pesquisa complementar com entrevistas semiestruturadas de cunho qualitativo, que serão apresentados a seguir.

2.1. DADOS SECUNDÁRIOS

Esta pesquisa tem como base o uso de **dados secundários** como estratégia central para a análise das condições de trabalho no meio rural brasileiro e, em particular, nas cadeias produtivas da fruticultura. Essa abordagem permite acessar informações sistemáticas, comparáveis e de abrangência nacional, essenciais para compreender a estrutura do emprego, os perfis da força de trabalho e a dinâmica produtiva em diferentes territórios.

A adoção de dados secundários mostra-se especialmente adequada em contextos marcados por elevada informalidade, sazonalidade e dispersão territorial, como é o caso do trabalho rural. Esses fatores impõem desafios significativos à coleta primária em larga escala, tornando as bases institucionais uma fonte indispensável para a produção de evidências consistentes e para a análise de tendências ao longo do tempo.

Além disso, o uso dessas bases possibilita a construção de séries históricas e comparações inter-regionais, o que soma para a atualização do diagnóstico e para a identificação de transformações recentes no mercado de trabalho.

Sendo assim, a estratégia metodológica adotada baseia-se na **triangulação de diferentes fontes secundárias**, com finalidade de ampliar a capacidade analítica do estudo e oferecer uma leitura mais robusta e crítica da realidade investigada. Essa abordagem também permite o diálogo com referenciais nacionais e internacionais, como a agenda de trabalho decente da OIT e os marcos de direitos humanos e empresas, ao subsidiar a análise com evidências quantitativas consistentes.

2.1.1. BASES DE DADOS UTILIZADAS

Para operacionalizar a análise proposta, foram selecionadas bases de dados secundárias que, de forma complementar, permitem capturar diferentes dimensões do trabalho e da produção no meio rural brasileiro. A combinação dessas fontes possibilita articular informações sobre emprego formal, características da força de trabalho, dinâmica produtiva e estrutura da agropecuária, contribuindo para uma compreensão integrada das cadeias analisadas.

As bases foram escolhidas a partir de critérios como abrangência nacional, periodicidade de atualização, nível de desagregação territorial e relevância para o estudo do mercado de trabalho e da produção agrícola. Em conjunto, elas permitem tanto a análise estrutural quanto o acompanhamento de tendências recentes, ainda que com limitações inerentes a cada fonte.

As principais bases de dados utilizadas neste estudo são apresentadas a seguir.

- **RAIS:** Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - registro sobre mercado de trabalho formal no Brasil solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em que é possível conhecer informações agregadas a respeito da força de trabalho, tal como quantitativo, faixa etária, gênero, ocupação, remuneração média, escolaridade, atuação setorial (Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE) e ocupacional (Classificação Brasileira de Ocupações - CBO). A base tem periodicidade de atualização **anual** e contém desagregação em nível de **município**.
- **CAGED:** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - registro contínuo governamental sobre contratações e demissões de trabalhadores no país que retrata a conjuntura do emprego formal no país. A atualização dos dados ocorre mensalmente e mantém dados desagregados por município e com reporte da atuação setorial.

- **PNAD Contínua:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – acompanha as flutuações e evoluções da força de trabalho no Brasil. Seus dados trazem informações sobre a ocupação da força de trabalho, grupamentos de atividades no trabalho principal e associações ao sindicato. A atualização dos dados ocorre mensalmente, com resultados divulgados trimestralmente, e dados não são desagregados a nível municipal.
- **Pesquisa de Produção Agrícola Municipal – PAM:** Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) – conduzida pelo IBGE há mais de 80 anos, fornece informações a respeito, por exemplo, de área plantada e quantidade produzida de colheitas temporárias e permanentes. Os dados de 2024 são os mais atuais desta base.
- **Censo Agropecuário:** O Censo Agropecuário, conduzido pelo IBGE, apresenta informações sobre as características de estabelecimentos agropecuários no Brasil, especificidades da agricultura familiar, bem como idade, gênero da mão de obra envolvida. Os dados de 2017 são os mais atuais nesta base de dados.

2.1.2. ANÁLISE DAS BASES DE DADOS

A análise das bases de dados, em especial dos microdados da RAIS e do CAGED, foi realizada a partir do acesso via plataforma Base dos Dados (basedosdados.org), que disponibiliza conjuntos de dados tratados e estruturados para consulta em linguagem SQL. O processamento e a análise dessas bases, bem como das demais fontes utilizadas neste estudo, foram conduzidos por meio do Google BigQuery, ferramenta que possibilita o manejo de volumes de dados.

2.2. DADOS PRIMÁRIOS QUALITATIVOS

Para subsídio à análise dos dados secundários, foram 8 entrevistas de modo remoto com pessoas-chave dos territórios analisados. O intuito é que as entrevistas apresentem percepções da realidade que possam auxiliar na compreensão dos panoramas observados a partir dos dados secundários identificados.

A seleção dos entrevistados foi intermediada pela OXFAM e CONTAR que, a partir da descrição do perfil, fez o contato e convite às pessoas a serem entrevistadas. A seleção previu camadas de escuta institucional,

territorial e de trabalhadores (as), com representantes dos dois territórios e das três cadeias em estudo. Além disso, houve uma orientação nesta seleção da necessidade de assegurar um recorte transversal de diversidade com a participação de mulheres e pessoas negras (pretas e pardas) detalhadas no Anexo 11.1. A intenção no compartilhamento de critérios da seleção dos entrevistados é justamente capturar percepções distintas, já que elas tendem a produzir leituras diferentes sobre condições de trabalho e organização coletiva.

No mês de abril de 2026, foram realizadas oito entrevistas em profundidade, combinando as três camadas de escuta: institucional, territorial e de trabalhadores (as), assim distribuídas:

Quatro entrevistas com trabalhadores (as) rurais:

- Trabalhadora [Petrolina – Uva]
- Trabalhador [Juazeiro – Uva]
- Trabalhadora [Vacaria – Maçã]
- Trabalhadora [Vacaria – Maçã]

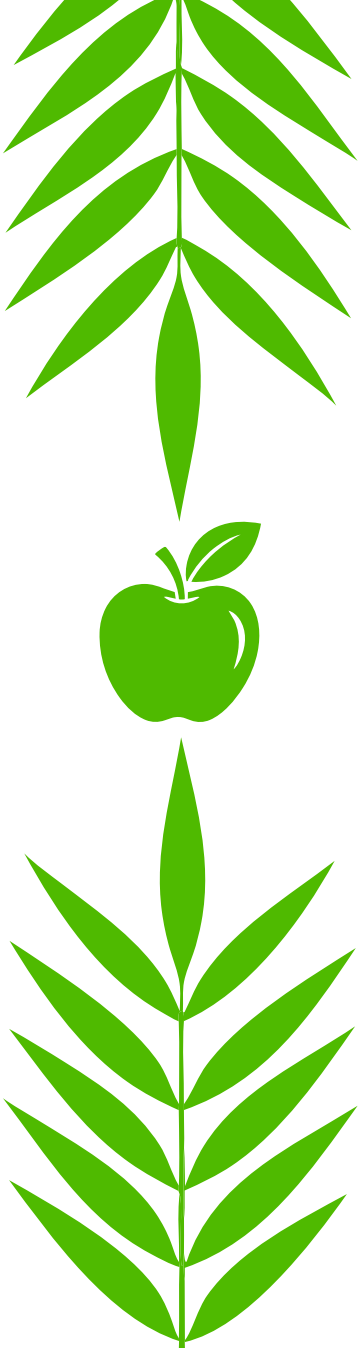
Uma entrevista com liderança de base (residente em Petrolina – com histórico de atuação com manga)

Três entrevistas com representantes de confederação e federação:

- Um representante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (FETAEPPE)
- Dois representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR)

Para isso, os roteiros das entrevistas foram construídos de forma segmentada, com perguntas comuns a todos das pessoas, segmentadas por cadeia, território e pelas camadas de escuta já citadas. O roteiro padrão se encontra no Anexo 11.2 e vale comentar que perguntas com ligação direta às análises das bases de dados foram acrescentadas com intuito de que as percepções pudessem qualificar os achados dos dados secundários.

Todas as entrevistas foram realizadas via Google Meet e Whatsapp, com áudios registrados, transcritas e analisadas por meio de uma análise de conteúdo categorial temática, com processos simples de categorização. A quantidade e abrangências das entrevistas foram limitadas ao escopo e ao tempo disponível para execução



deste projeto, sem intencionalidade de garantia de representatividade estatística para fins de generalização. Considerando que os dados secundários dão conta de intenções de generalizações de padrão, as entrevistas são consideradas neste estudo parte complementar.

2.3. LIMITES METODOLÓGICOS

A análise baseada em dados secundários apresenta limitações inerentes às características das diferentes bases utilizadas. Entre os principais desafios, destacam-se o **descompasso temporal entre as fontes e ausência de desagregação municipal em algumas pesquisas, bem como as diferenças metodológicas entre pesquisas domiciliares e registros administrativos**, que podem afetar a comparabilidade dos resultados.

Além disso, observa-se a existência de **sub-registro da informalidade**, aspecto particularmente relevante no contexto do trabalho rural. Nesse sentido, reconhece-se que os dados secundários tendem a sub-representar trabalhadores informais, temporários e migrantes, segmentos centrais nas cadeias produtivas analisadas.

Quanto à escuta complementar qualitativa, compreende-se que se trata de uma amostra reduzida com indicações pela própria estrutura sindical.



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

3. DIAGNÓSTICO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO RURAL NO BRASIL

Esta seção tem como objetivo diagnosticar o mercado de trabalho assalariado rural no Brasil. Mais do que oferecer um panorama geral, interessa evidenciar como informalidade, desigualdades sociodemográficas, baixos rendimentos, fragilidade previdenciária e limites à organização coletiva seguem compondo o padrão estrutural do trabalho no campo.

3.1. PANORAMA NACIONAL DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL

Em conjunto, os dados indicam que o setor agropecuário ocupa posição relevante no mercado de trabalho brasileiro, mas o faz a partir de uma estrutura marcada por forte peso da informalidade e por formas de inserção ocupacional de baixa proteção. Embora o setor responda por 7,8% das pessoas ocupadas no país, sua participação entre empregados privados sem carteira (15,1%) e entre trabalhadores por conta própria (12,4%) é proporcionalmente mais elevada, o que já sinaliza um padrão de inserção mais precário do que aquele observado no conjunto do mercado de trabalho.

TABELA 1: QUANTITATIVO DE OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

TIPO DE OCUPAÇÃO / INDICADOR	BRASIL (MIL PESSOAS)	SETOR PRIMÁRIO AGROPECUÁRIO (MIL PESSOAS)	PARTICIPAÇÃO DO SETOR NO BRASIL (%)
OCUPAÇÃO			
Pessoas ocupadas – Total	102.434	7.968	7,8%
Empregado privado com carteira	39.229	1.569	4,0%
Empregado privado sem carteira	13.498	2.040	15,1%
Empregado público (com e sem carteira) ¹	5.507	n.d.	—
Doméstico (com e sem carteira) ¹	11.244	n.d.	—
Militar e estatutário ¹	1.601	n.d.	—
Conta própria (com e sem CNPJ)	30.111	3.746	12,4%
Empregador (com e sem CNPJ) ¹	1.243	613	49,3%
Trabalhador familiar auxiliar ¹	n.d.	n.d.	—
INFORMALIDADE			
Pessoas ocupadas informalmente – Total	38.189	—	—
Informalidade no setor primário (conta própria sem CNPJ + sem carteira)	—	5.510	—
Taxa de informalidade no setor primário (%)	—	69,2%	—

¹ Volume amostral insuficiente para estimativa robusta a nível nacional.

Fontes: Brasil: microdados PNAD Contínua 3T2025, Base dos Dados / BigQuery. Setor Primário: idem, com filtro VD4010='1'. Expansão amostral pelo peso V1028.

Referência metodológica: Alves, F. et al. IPEA TD nº 3114. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2025.



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

A Tabela 1 ajuda a qualificar a leitura do trabalho rural não apenas como espaço de produção, mas como um segmento em que a ocupação se organiza, em grande medida, sob vínculos frágeis, descontínuos e pouco protegidos. A centralidade do setor para a economia e para o abastecimento não se traduz, portanto, em centralidade equivalente no acesso a direitos, estabilidade e proteção social. Como se observa na Tabela 1, no setor primário agropecuário, 69,2% dos ocupados estão na informalidade – de pessoas ocupadas, exclusivamente, na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, desconsiderando a ocupação na agroindústria, nos agrosserviços e na indústria de insumos.

3.1.1. FORMALIZAÇÃO E INFORMALIDADE

A formalização e a informalidade constituem dimensões centrais para compreender a qualidade da inserção ocupacional no setor agropecuário. Mais do que distinguir trabalhadores com ou sem registro, esses indicadores ajudam a evidenciar o grau de proteção efetiva existente no mercado de trabalho rural, bem como a extensão de formas de ocupação marcadas por instabilidade, baixa cobertura previdenciária e menor capacidade de acesso a direitos.

TABELA 2: FORMALIZAÇÃO E INFORMALIDADE — SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL · PNAD CONTÍNUA 2025 T3

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	CATEGORIA VÍNCULO	FORMALIDADE	REGIME CONTRATO	OCUPADOS (MIL)	% DO TOTAL
Empregado privado — com carteira	Assalariado	Formal	Não temporário	1.483	18,6%
Empregado privado — sem carteira	Assalariado	Informal	Não temporário	1.233	15,5%
Empregado privado — sem carteira	Assalariado	Informal	Temporário	807	10,1%
Empregado privado — com carteira	Assalariado	Formal	Temporário	85	1,1%
Conta própria — sem CNPJ	Autônomo / empregador	Informal	Não se aplica	3.470	43,5%
Empregador — com CNPJ	Autônomo / empregador	Formal	Não se aplica	613	7,7%
Conta própria — com CNPJ	Autônomo / empregador	Formal	Não se aplica	276	3,5%
TOTAL GERAL	7.967	100,0%	3.470	3.470	43,5%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010=‘1’) · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery - Ocupados por posição na ocupação, condição de formalidade e regime de contrato · Estimativas em milhares de pessoas



Na Tabela 2, os dados mostram que a informalidade não ocupa posição periférica no setor agropecuário, mas organiza uma parte expressiva de sua estrutura ocupacional. Ao somar os empregados sem carteira (1.233 não temporários + 807 temporários, o que totaliza 2.040) e os trabalhadores por conta própria sem CNPJ (3.470), observa-se que a maior parcela dos ocupados (69,2%, dado já apresentado na Tabela 1) se encontra em formas de inserção desprovidas de proteção plena, o que reforça o caráter estrutural da precariedade no campo.

Além disso, a presença de trabalho temporário entre os empregados sem carteira mostra que a informalidade não se distribui de forma homogênea, mas se combina com regimes de contratação ainda mais instáveis. Isso significa que a vulnerabilidade no trabalho rural não decorre apenas da ausência de formalização, e sim da sobreposição entre informalidade, sazonalidade e descontinuidade ocupacional.

“ENTÃO, BASICAMENTE, EXISTEM TRÊS FORMAS. A PESSOA PODE FICAR NA CLT, AÍ ELA FICA O TEMPO QUE É NECESSÁRIO, DEPOIS ELA VAI PARA O CHAPÉU DE PALHA (SE REFERINDO À POLÍTICA PÚBLICA DO GOVERNO DE PERNAMBUCO, AUXÍLIO FINANCEIRO QUE ATENDE TRABALHADORES DURANTE A ENTRESSAFRA), SÓ QUE QUANDO ELA VAI PARA O CHAPÉU DE PALHA, ELA TAMBÉM VAI PARA O INFORMAL.”

(Trabalhadora – Representante Sindical em Pernambuco – Cadeia de Manga – informação verbal)

Em especial no VSF, emerge a atuação das chamadas “turmas”, grupos de trabalhadores contratados de forma indireta para atividades específicas, como poda, raleio e aplicação de insumos. Nesses arranjos, a informalidade aparece associada a uma promessa de maior rendimento imediato, o que produz uma escolha tensionada por parte dos trabalhadores, que passam a optar por vínculos sem proteção social em troca de ganhos mais elevados no curto prazo:

“O PRINCIPAL HOJE É QUE AS PESSOAS PREFEREM TRABALHAR COM TURMAS PORQUE RECEBEM MAIS, MESMO SEM PROTEÇÃO. ELAS VISUALIZAM O SALÁRIO NO FINAL DO MÊS, MAS NÃO VISUALIZAM QUE FICAM SEM INSS, SEM FÉRIAS, SEM NADA.”

(Dirigente Sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal)

Um aspecto que merece destaque na leitura desses dados diz respeito às formas contemporâneas de inserção ocupacional que, embora não apareçam diretamente como informalidade, também operam sob condições limitadas de proteção social. A elevada participação de trabalhadores por conta própria, especialmente quando combinada à ausência de CNPJ, aponta para a presença de arranjos produtivos marcados por baixa institucionalização e reduzido acesso a direitos.

Mesmo entre trabalhadores formalmente registrados como pessoas jurídicas, é importante considerar a possibilidade de situações precarizadas de pejetização, nas quais relações de trabalho assumem a forma jurídica de prestação de serviços, mas operam, na prática, sob condições semelhantes ao trabalho assalariado, porém sem as garantias associadas ao vínculo formal. Ainda que esse fenômeno não possa ser mensurado diretamente a partir dos dados apresentados, sua consideração analítica é relevante para compreender como diferentes formas de inserção ocupacional podem coexistir com níveis igualmente baixos de proteção, contribuindo para a reprodução de situações de vulnerabilidade no trabalho rural.



3.1.2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA FORÇA DE TRABALHO

A caracterização sociodemográfica da força de trabalho demonstra quem sustenta, em termos concretos, a produção agropecuária no país. Ao analisar sexo, raça/cor, faixa etária e escolaridade, torna-se possível identificar como desigualdades sociais mais amplas se expressam no interior do mercado de trabalho rural e como determinados grupos se concentram em posições específicas de inserção ocupacional.

TABELA 3: PERFIL DE SEXO DA FORÇA DE TRABALHO · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

CATEGORIA	ASSALARIADO (MIL)	ASSAL. %	AUTÔNOMO/ EMPREGADOR (MIL)	AUTÔN. %	TOTAL (MIL)	Total %
Homem	3.135	39,3%	3.324	41,7%	6.459	81,1%
Mulher	474	5,9%	1.036	13,0%	1.510	18,9%
Total Sexo	3.609	45,3%	4.360	54,7%	7.969	100,0%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010='1') · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery - Ocupados por dimensão sociodemográfica e categoria de vínculo · Estimativas em milhares · Total = soma das categorias de vínculo disponíveis

Na Tabela 3 observa-se que o perfil sociodemográfico da força de trabalho agropecuária primária em 2025 revela a permanência de desigualdades estruturais que atravessam o mercado de trabalho rural brasileiro. Do total de 7.969 pessoas ocupadas no setor, 6.459 são homens, o que corresponde a 81,1%, enquanto as mulheres somam 1.510, ou 18,9%. A distribuição por vínculo também mostra assimetrias importantes: entre os assalariados, as mulheres representam um contingente bastante menor do que os homens, ao passo que, entre autônomos e empregadores, sua participação cresce em termos relativos, mas permanece minoritária. Esse quadro indica que a inserção feminina no setor segue limitada e marcada por barreiras históricas de acesso, reconhecimento e permanência.

TABELA 4: PERFIL DE RAÇA/COR DA FORÇA DE TRABALHO · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

CATEGORIA	ASSALARIADO (MIL)	ASSAL. %	AUTÔNOMO/ EMPREGADOR (MIL)	AUTÔN. %	TOTAL (MIL)	Total %
Parda	2.110	26,5%	2.065	25,9%	4.175	52,4%
Branca	969	12,2%	1.868	23,4%	2.837	35,6%
Preta	506	6,3%	375	4,7%	881	11,1%
Indígena	13	0,2%	35	0,4%	48	0,6%
Amarela	11	0,1%	16	0,2%	27	0,3%
Não declarada	—	—	—	—	0	0,0%
Total Raça/cor	3.609	45,3%	4.359	54,7%	7.968	100,0%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010='1') · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery - Ocupados por dimensão sociodemográfica e categoria de vínculo · Estimativas em milhares · Total = soma das categorias de vínculo disponíveis

Do ponto de vista racial, o setor é composto majoritariamente por trabalhadores e trabalhadoras pardos, que representam 52,4% do total, seguidos por brancos, com 35,6%, e pretos, com 11,1%. Quando se observa especificamente o assalariamento, a presença de pessoas negras (soma de pessoas pardas e pretas) se torna ainda mais expressiva. Somados, esses dois grupos correspondem à maior parte dos assalariados do setor, o que sugere que a base do trabalho rural remunerado continua fortemente sustentada por trabalhadores negros.

Trata-se de um dado socialmente relevante, porque revela que o peso da produção agropecuária segue assentado sobre grupos historicamente mais expostos à precarização, à baixa proteção e às formas mais desvalorizadas de trabalho. Essa leitura dialoga com a perspectiva interseccional, na medida em que mostra que gênero e raça não operam de forma isolada, mas sim como categorias de opressão e desigualdade combinadas, produzindo posições diferenciadas de vulnerabilidade no mundo do trabalho.

TABELA 5: PERFIL ETÁRIO DA FORÇA DE TRABALHO · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

CATEGORIA	ASSALARIADO (MIL)	ASSAL. %	AUTÔNOMO/ EMPREGADOR (MIL)	AUTÔN. %	TOTAL (MIL)	Total %
14–17 anos	74	0,9%	105	1,3%	179	2,2%
18–24 anos	535	6,7%	344	4,3%	879	11,0%
25–34 anos	945	11,9%	593	7,4%	1.538	19,3%
35–44 anos	865	10,9%	890	11,2%	1.755	22,0%
45–54 anos	713	8,9%	1.047	13,1%	1.760	22,1%
55–64 anos	404	5,1%	869	10,9%	1.273	16,0%
65 anos ou mais	74	0,9%	511	6,4%	585	7,3%
Total Faixa etária	3.610	45,3%	4.359	54,7%	7.969	100,0%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010='1') · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery - Ocupados por dimensão sociodemográfica e categoria de vínculo · Estimativas em milhares · Total = soma das categorias de vínculo disponíveis

A distribuição etária reforça outra característica importante do setor. Embora o trabalho agropecuário siga apoiado sobretudo em adultos em idade ativa, a participação de pessoas com 65 anos ou mais ainda é relevante entre autônomos e empregadores, muito mais do que entre assalariados. Isso sugere que a permanência no setor em idades mais avançadas tende a ocorrer menos pela via do assalariamento e mais por formas de autonomia produtiva, propriedade ou gestão da atividade econômica. Ao mesmo tempo, a baixa presença relativa de idosos entre assalariados indica os limites físicos e ocupacionais de atividades intensivas em esforço e ritmo de trabalho.

TABELA 6: PERFIL DE ESCOLARIDADE DA FORÇA DE TRABALHO · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

CATEGORIA	ASSALARIADO (MIL)	ASSAL. %	AUTÔNOMO/ EMPREGADOR (MIL)	AUTÔN. %	TOTAL (MIL)	Total %
1 – Sem instrução	201	2,5%	317	4,0%	518	6,5%
2 – Fund. incompleto ou equiv.	1.614	20,3%	2.076	26,1%	3.690	46,3%
3 – Fund. completo ou equiv.	361	4,5%	416	5,2%	777	9,8%
4 – Médio incompleto ou equiv.	366	4,6%	299	3,8%	665	8,3%
5 – Médio completo ou equiv.	882	11,1%	999	12,5%	1.881	23,6%
6 – Superior incompleto ou equiv.	59	0,7%	60	0,8%	119	1,5%
7 – Superior completo	125	1,6%	193	2,4%	318	4,0%
Total Escolaridade	3.608	45,3%	4.360	54,7%	7.968	100,0%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010='1') · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery - Ocupados por dimensão sociodemográfica e categoria de vínculo · Estimativas em milhares · Total = soma das categorias de vínculo disponíveis

No campo da escolaridade, observa-se concentração significativa nos níveis mais baixos de instrução formal. As pessoas sem instrução formal ou com ensino fundamental incompleto somam mais da metade dos ocupados do setor. Entre os autônomos e empregadores, essa concentração é ainda mais forte, mas também entre os assalariados os níveis educacionais mais baixos seguem predominando. Em contrapartida, a presença de trabalhadores com ensino superior completo permanece bastante reduzida, alcançando apenas 4% do total. Esse padrão ajuda a explicar parte da persistência de rendimentos mais baixos, menor mobilidade ocupacional e maior exposição a ocupações de menor reconhecimento social e proteção institucional.

“AS PESSOAS QUE TÊM ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, NÃO TEM AS MESMAS OPORTUNIDADES, CLARO, NÃO VAI SE IGUALAR A UMA PESSOA QUE TEM UMA FACULDADE. MAS EU ACHO QUE TEM QUE TER UMA OPORTUNIDADE DE FAZER COM QUE AS PESSOAS CRESCESSEM E FOSSEM MAIS RECONHECIDAS TAMBÉM. [...] ELAS NÃO CONSEGUEM SE SOBRESSAIR E AQUELA PESSOA VAI FICAR SEMPRE NO CANTO ALI, MEIO QUE COM CADASTRO RESERVA.”

(Trabalhadora rural - Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha, informação verbal)

Em conjunto, esses dados mostram que o mercado de trabalho rural brasileiro persiste fortemente masculinizado, racialmente desigual e socialmente segmentado. As mulheres, sobretudo negras, seguem sub-representadas em termos numéricos e mais expostas às posições



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

menos valorizadas, enquanto a baixa escolaridade continua operando como um marcador importante de restrição de oportunidades. Muito além de um retrato descritivo, o perfil sociodemográfico revela como as desigualdades sociais mais amplas do país se reproduzem no campo e estruturam as formas concretas de inserção no trabalho rural.

3.1.3 RENDIMENTO DO TRABALHO

Os dados de rendimento do trabalho entre os assalariados do setor agropecuário primário mostram que a desigualdade salarial no campo não pode ser compreendida apenas como diferença entre categorias ocupacionais amplas. Ela também se organiza de forma nítida a partir de marcadores de gênero e raça.

TABELA 7: TRABALHO ASSALARIADO · RENDIMENTO · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

SEXO	RAÇA/COR	OCUPADOS (MIL)	REND. MÉDIO (R\$)	REND. MEDIANO (R\$)
Sexo	Raça/Cor	Ocupados (mil)	Rend. Médio (R\$)	Rend. Mediano (R\$)
Homem	Branca	824	2.494	1.800
Homem	Parda	1.855	1.781	1.518
Homem	Preta	433	1.786	1.518
Mulher	Branca	144	2.443	1.600
Mulher	Parda	253	1.663	1.518
Mulher	Preta	73	1.449	1.518

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010=‘1’) · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery
Rendimento médio ponderado e mediano por sexo, raça/cor e categoria de vínculo · R\$ nominais · Apenas grupos com n > 5 mil



Conforme demonstra Tabela 7, entre os grupos apresentados, os maiores rendimentos médios estão entre os homens brancos, com R\$ 2.494,00, seguidos pelas mulheres brancas, com R\$ 2.443,00. Já os menores rendimentos médios aparecem entre mulheres pretas, com R\$ 1.449,00, e mulheres pardas, com R\$ 1.663,00. Isso significa que a posição ocupada no mercado de trabalho rural é atravessada por hierarquias que distribuem de forma desigual remuneração, reconhecimento e acesso a melhores postos.

As diferenças são expressivas. O rendimento médio das mulheres pretas é cerca de 42% inferior ao dos homens brancos, o que ressalta uma desigualdade que não é apenas salarial, mas estrutural. Entre os trabalhadores pardos e pretos do sexo masculino, os rendimentos médios também permanecem abaixo dos observados entre homens brancos. Ou seja, a branquitude continua operando como vantagem relativa também no interior do assalariamento rural, enquanto a condição racializada, sobretudo quando combinada ao gênero, aprofunda desvantagens. Essa configuração é coerente com a literatura que discute a intersecção entre divisão racial e divisão sexual do trabalho, apontando que certos grupos concentram maiores chances de permanecer em atividades menos valorizadas, mais pesadas e mais mal remuneradas.

Outro aspecto fundamental de análise, e condizente com a pirâmide socioeconômica brasileira (Conceição, 2016), em que mulheres brancas, mesmo numa estrutura

patriarcal, possuem melhor condição socioeconômica, e melhor rendimento no trabalho, que homens negros (pretos e pardos), se confirma nos dados da Tabela 7. Mesmo em um setor produtivo masculinizado, mulheres brancas, quando estão, possuem rendimento maior, o que posiciona raça como o principal marcador socioeconômico da categoria. E é por esse motivo que a interseccionalidade é uma analítica fundamental para compreensão do perfil sociodemográfico do trabalho nas cadeias produtivas analisadas. Pois ela parte do princípio de que diferentes marcadores se interseccionam para configurar a estrutura socioeconômica, produtiva e interpessoal das relações, dificultando a análise de marcadores isolados para efetiva compreensão das desigualdades (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002; Teixeira, 2021).

É relevante também observar a diferença entre rendimento médio e rendimento mediano. Ainda que homens e mulheres brancos apresentem médias superiores, as medianas mostram uma compressão maior dos rendimentos em patamares mais baixos, especialmente entre mulheres. No caso das mulheres brancas, por exemplo, a mediana é inferior à dos homens brancos, o que sugere que a média é puxada por uma parcela menor de rendimentos mais altos. Já entre trabalhadores pardos e pretos, a mediana tende a se concentrar em faixas muito próximas, o que indica homogeneização por baixo, isto é, uma distribuição salarial comprimida em níveis mais modestos.

Esses dados ajudam a qualificar a interpretação do rendimento no setor. Não se trata somente de dizer que o trabalho rural paga pouco. Trata-se de reconhecer que, mesmo dentro de um setor já marcado por baixos rendimentos e alta precarização, existem clivagens internas persistentes. Mulheres negras aparecem na posição mais vulnerável dessa estrutura, o que reforça que a desigualdade no campo se organiza pela combinação entre raça, gênero e ocupação. Em termos analíticos, isso significa que políticas de ampliação de renda, formalização e proteção social, para serem efetivas, precisam considerar não apenas o setor como um todo, mas também os diferentes lugares ocupados pelos grupos sociais em seu interior.

Além disso, quando esses dados são lidos à luz do estudo-base do DIEESE (2022), percebe-se que o problema do rendimento no trabalho rural permanece fortemente associado à informalidade, à baixa escolaridade e à segmentação ocupacional. O quadro atual reforça a necessidade de tratar a desigualdade de renda no campo não como efeito secundário, mas como dimensão central das relações de trabalho e das hierarquias sociais que sustentam a produção agropecuária no Brasil.

TABELA 8: TRABALHO AUTÔNOMO/EMPREGADOR · RENDIMENTO · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

SEXO	RAÇA/COR	OCUPADOS (MIL)	REND. MÉDIO (R\$)	REND. MEDIANO (R\$)
Sexo	Raça/Cor	Ocupados (mil)	Rend. Médio (R\$)	Rend. Mediano (R\$)
Homem	Branca	1.302	3.684	2.000
Homem	Parda	1.494	1.711	1.000
Homem	Preta	275	1.332	800
Mulher	Branca	328	2.859	2.000
Mulher	Parda	247	1.098	600
Mulher	Preta	56	962	500

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010='1') · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery
Rendimento médio ponderado e mediano por sexo, raça/cor e categoria de vínculo · R\$ nominais · Apenas grupos com n > 5 mil

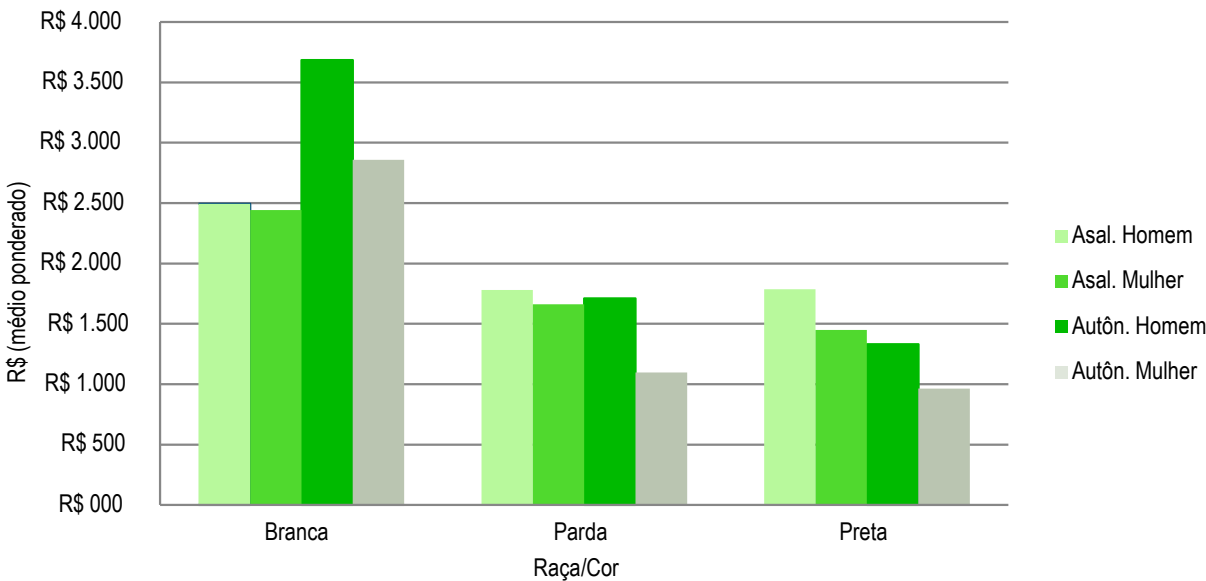
Quando se observa o rendimento entre autônomos e empregadores, o padrão de desigualdade por gênero e raça se mantém, ainda que com algumas inflexões importantes. Diferentemente do assalariamento, em que os vínculos e funções tendem a ser mais delimitados, os rendimentos nesse grupo refletem maior heterogeneidade de posições produtivas, que vão desde pequenos produtores com baixa escala até empregadores com maior capacidade econômica. Ainda assim, os dados indicam que as diferenças entre homens e mulheres e entre grupos raciais não desaparecem, sugerindo que as desigualdades estruturais também atravessam as formas de inserção mais autônomas no trabalho rural.

Essa diferença indica que o acesso a ativos produtivos, crédito, terra, redes de comercialização e apoio técnico não se distribui de forma igual entre os grupos. Do ponto de vista racial, há uma dinâmica semelhante:

trabalhadores brancos tendem a apresentar rendimentos médios superiores aos de trabalhadores pardos e pretos, o que demonstra que a posição na estrutura produtiva também está relacionada a desigualdades históricas de acesso a recursos e oportunidades.

Além disso, a maior participação de trabalhadores autônomos no setor agropecuário, em comparação com o assalariamento, não deve ser interpretada automaticamente como sinal de maior autonomia econômica. Em muitos casos, o trabalho por conta própria aparece como estratégia de sobrevivência diante da escassez de empregos formais, especialmente em contextos de alta informalidade e baixa proteção social. Isso significa que parte relevante desses trabalhadores pode estar inserida em condições de baixa renda, instabilidade e limitada capacidade de acumulação, o que relativiza a ideia de autonomia associada a esse tipo de ocupação.

GRÁFICO 1: TRABALHO ASSALARIADO · RENDIMENTO MÉDIO POR SEXO, RAÇA/COR · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL



Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010='1') · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery
Rendimento médio ponderado e mediano por sexo, raça/cor e categoria de vínculo · R\$ nominais · Apenas grupos com n > 5 mil



O Gráfico 1 assenta que a leitura conjunta dos rendimentos no trabalho assalariado e no trabalho autônomo ou empregador reforça que a desigualdade no campo não é apenas setorial, mas internamente estruturada. Mesmo em um segmento marcado por baixos rendimentos médios, há hierarquias claras de remuneração que favorecem homens brancos e penalizam de modo mais intenso mulheres negras, especialmente nas posições de menor proteção e menor acesso a ativos produtivos.

Isso indica que a baixa renda no setor agropecuário não opera de forma uniforme. Ela se distribui de maneira desigual, aprofundando vulnerabilidades já produzidas por raça, gênero e forma de inserção ocupacional. Em termos analíticos, esse ponto é central porque mostra que políticas de renda e trabalho no campo precisam enfrentar não apenas a precariedade geral do setor, mas também as clivagens internas que definem quem ganha menos e em quais condições.

3.1.4 PROTEÇÃO SOCIAL E PREVIDÊNCIA

Os dados sobre proteção social e previdência devem ser lidos como uma dimensão decisiva da qualidade do trabalho rural, e não apenas como informação complementar sobre contribuição formal. No caso do setor agropecuário, discutir previdência significa discutir, ao mesmo tempo, acesso a renda futura, cobertura diante de adoecimento, licença-maternidade, pensão e possibilidade concreta de envelhecimento com alguma segurança. Em um mercado de trabalho marcado por alta informalidade, vínculos descontínuos e forte sazonalidade, a distância entre estar ocupado e estar protegido tendem a ser particularmente grandes.

O estudo-base do DIEESE (2022) já mostrava que a contribuição previdenciária entre assalariados rurais era restrita e profundamente desigual, especialmente entre trabalhadores sem carteira, para os quais a cobertura era extremamente baixa. Esse dado é importante porque ajuda a interpretar a proteção social no campo como um terreno historicamente frágil, no qual a inserção ocupacional não garante, por si só, acesso efetivo a direitos. A permanência de elevada informalidade e de vínculos temporários sugere que esse segue sendo um dos principais gargalos do trabalho rural no país.

TABELA 9: TRABALHO ASSALARIADO · PROTEÇÃO SOCIAL E PREVIDÊNCIA · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

FORMALIDADE	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	OCUPADOS (MIL)	% dentro da categoria
Formal	Não se aplica	1.569	43,5%
Informal	Contribui para previdência	164	4,6%
Informal	Não contribui	1.876	52,0%
Total		3.609	100,0%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010=1) · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery
Contribuição previdenciária por categoria de vínculo e condição de formalidade · Estimativas em milhares

Mesmo entre os trabalhadores assalariados, que em princípio estariam mais próximos de vínculos formais, observa-se, na Tabela 9, que apenas 43,5% estão em condições formais, enquanto a maioria permanece em situações de baixa ou nenhuma proteção. Do total de 3,609 milhões de assalariados, 52% não contribuem para a Previdência Social, e apenas 4,6% realizam contribuição mesmo estando em condição informal. Esses dados indicam que o acesso à proteção social não está garantido nem mesmo no interior do assalariamento, revelando limites importantes na capacidade do mercado de trabalho rural de assegurar direitos básicos.

TABELA 10: TRABALHO AUTÔNOMO/EMPREGADOR · PROTEÇÃO SOCIAL E PREVIDÊNCIA · SETOR AGROPECUÁRIO · BRASIL

FORMALIDADE	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	OCUPADOS (MIL)	% dentro da categoria
Formal	Contribui para previdência	118	2,7%
	Não contribui	158	3,6%
	Não se aplica	613	14,1%
Informal	Contribui para previdência	1.017	23,3%
	Não contribui	2.452	56,3%
Total		4.358	100,0%

Fonte: IBGE — PNAD Contínua · 2025 T3 · Setor agropecuário (VD4010=‘1’) · Expansão pelo peso amostral V1028 · Base dos Dados / BigQuery
Contribuição previdenciária por categoria de vínculo e condição de formalidade · Estimativas em milhares

Entre autônomos e empregadores, o quadro é ainda mais crítico, como a Tabela 10 mostra. Dos 4.358 milhões de trabalhadores nessa categoria, 56,3% não contribuem para a Previdência Social, o que representa a maior proporção de desproteção observada entre os grupos analisados. Embora exista uma parcela que contribui mesmo em condição informal (23,3%), e outra inserida em condições formais com ou sem contribuição, o padrão predominante é de inserção produtiva dissociada da proteção social. Esse resultado sugere que a autonomia produtiva, no contexto rural, não se traduz necessariamente em maior segurança econômica ou acesso a direitos, estando frequentemente associada a estratégias de sobrevivência em ambientes em que predominam baixa formalização e elevada instabilidade.



A elevada proporção de trabalhadores sem contribuição regular sinaliza que grande parte da força de trabalho rural está exposta a riscos sociais ao longo do ciclo de vida, incluindo ausência de cobertura em casos de adoecimento, acidentes, maternidade e velhice. Esse cenário é particularmente relevante em um setor marcado por atividades fisicamente exigentes, sazonalidade e elevada rotatividade, fatores que tendem a ampliar a vulnerabilidade dos trabalhadores.

A sazonalidade das cadeias produtivas, especialmente na fruticultura, aparece nas entrevistas como um elemento estruturante das dinâmicas de trabalho, com impactos diretos sobre a estabilidade do emprego e a organização coletiva. Os contratos de curta duração, frequentemente entre três e cinco meses, produzem trajetórias marcadas por circulação constante entre empresas, atividades e territórios, dificultando a construção de vínculos duradouros com o trabalho e com as formas de representação coletiva.



“MUITAS PESSOAS TRABALHAM TRÊS, QUATRO MESES E JÁ SAEM. POUCAS FICAM MUITO TEMPO NA MESMA EMPRESA, ELAS VÃO RODANDO ENTRE UMA E OUTRA.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

No Sul do país, esse padrão se combina com fluxos migratórios sazonais, com trabalhadores que se deslocam entre estados ou mesmo entre países, acompanhando os ciclos produtivos.

“VEM MUITA GENTE DO MATO GROSSO E DO PARAGUAI. FICAM NA SAFRA E DEPOIS VÃO EMBORA, AÍ VOLTAM DE NOVO QUANDO COMEÇA OUTRA ETAPA.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha, informação verbal).

Esse padrão reforça a fragmentação da força de trabalho e impõe limites estruturais à mobilização sindical e à negociação coletiva.

Do ponto de vista analítico, a baixa cobertura previdenciária deve ser compreendida em articulação com outros elementos já observados no estudo, como a alta informalidade, a predominância de vínculos temporários e os baixos níveis de rendimento. Esses fatores não apenas limitam a capacidade de contribuição, como também dificultam a manutenção de trajetórias contributivas contínuas, especialmente entre trabalhadores que transitam entre diferentes formas de inserção ocupacional ao longo do ano.

Embora os dados apresentados nas Tabelas 9 e 10 não estejam desagregados por sexo e raça, a literatura e as evidências já discutidas neste relatório indicam que a desproteção tende a incidir de forma mais intensa sobre mulheres e população negra, que ocupam, com maior frequência, posições mais precárias e instáveis no mercado de trabalho rural. Nesse sentido, a baixa cobertura previdenciária não pode ser interpretada apenas como um problema de formalização, mas como expressão de desigualdades estruturais mais amplas que atravessam o setor.

Dessa forma, os dados reforçam que a proteção social no trabalho rural brasileiro permanece limitada e desigual, e requer abordagens que articulem formalização, melhoria das condições de trabalho e ampliação do acesso efetivo a direitos. Sem isso, a inserção produtiva no campo continuará sendo acompanhada por trajetórias marcadas pela insegurança e pela ausência de garantias sociais básicas.

3.1.5 SINDICALIZAÇÃO E FORMAS DE CONTRATAÇÃO

A análise da sindicalização no setor agropecuário permite compreender não apenas o nível de organização coletiva dos trabalhadores, mas também os limites estruturais que condicionam essa organização. Em um contexto de elevada informalidade, dispersão territorial e presença significativa de vínculos não permanentes, a capacidade de filiação e atuação sindical tende a ser profundamente influenciada pelas formas de inserção ocupacional.

Mais do que observar taxas agregadas de sindicalização, é fundamental analisar como essas taxas se distribuem entre diferentes categorias ocupacionais e tipos de vínculo, considerando que o acesso à organização coletiva não se dá de forma homogênea no interior do setor.

TABELA 11: TAXA DE SINDICALIZAÇÃO BRASIL E SETOR AGROPECUÁRIO (%)

TAXA DE SINDICALIZAÇÃO POR GRUPAMENTO DE ATIVIDADE (%) - BRASIL - 2022-2024				
GRUPAMENTO DE ATIVIDADE	2022 (%)	2023 (%)	2024 (%)	VARIAÇÃO 2023-2024 (P.P.)
Brasil — Total de ocupados	9,2%	8,4%	8,9%	+0,5
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16,6%	15,0%	14,8%	-0,2

Fonte: IBGE — PNAD Contínua Anual (1ª visita) - Tabela SIDRA 8676 - Coeficiente de variação agropecuária 2024: 2,8%

A Tabela 11 mostra que a taxa de sindicalização na agropecuária permaneceu acima da média nacional em todo o período observado. Em 2022, o setor registrava 16,6%, frente a 9,2% no total de ocupados no país; em 2023, 15%, frente a 8,4%; e, em 2024, 14,8%, frente a 8,9%. Ao mesmo tempo, a trajetória recente dos dois agregados é distinta: enquanto o Brasil como um todo apresenta pequena recuperação em 2024, com variação positiva de 0,5 ponto percentual, a agropecuária mantém movimento de queda, com variação negativa de 0,2 ponto percentual no mesmo intervalo.

Esses dados autorizam duas observações centrais. A primeira é que a sindicalização na agropecuária segue relativamente mais elevada do que a média nacional, o que indica a permanência de alguma densidade organizativa no setor. A segunda é que essa densidade vem se reduzindo no período recente, ainda que em ritmo moderado. A tabela, porém, não permite identificar, por si só, quais segmentos internos da agropecuária sustentam essa taxa nem quais fatores explicam sua retração. Por isso, sua leitura precisa ser complementada por outras informações sobre a composição do setor e pelas notas metodológicas que acompanham a Tabela 12.



Foto: Magnific.

TABELA 12¹: COMPOSIÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO PRIMÁRIO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TAXA DE SINDICALIZAÇÃO · BRASIL

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO / CATEGORIA DO EMPREGO	SETOR AGROPECUÁRIO PRIMÁRIO ¹		BRASIL — TOTAL DE OCUPADOS ²	
	OCUPADOS (MIL PESSOAS)	% DO SETOR AGROPECUÁRIO	TAXA DE SINDICALIZAÇÃO 2024 (%)	Variação 2023–2024 (p.p.)
Conta própria (com e sem CNPJ)	3.746	43,5%	5,1%	n.d. *
Empregado privado sem carteira assinada	2.040	25,6%	3,8%	n.d. *
Empregado privado com carteira assinada	1.569	19,7%	11,2%	+1,1
Empregador (com e sem CNPJ)	613	7,7%	n.d. ⁴ *	n.d. *
Trabalhador familiar auxiliar	n.d. ³ *	n.d. ³ *	9,9%	n.d. *
Empregado no setor público	n.d. ³ *	n.d. ³ *	18,9%	+0,6
Empregado doméstico	n.d. ³ *	n.d. ³ *	2,6%	n.d. *
Militar e estatutário	n.d. ³ *	n.d. ³ *	n.d. ⁴ *	n.d. *
Total — Setor Agropecuário Primário	7.968	100,0%	14,8%	-0,2
Brasil — Total de ocupados (referência)	102.434	—	8,9%	+0,5

Fonte: [Colunas B e C] IBGE — PNAD Contínua · Microdados 3T2025 · Base dos Dados / BigQuery · Filtros: VD4002='1', V2009≥14, VD4010='1' · Expansão amostral pelo peso V1028 | [Colunas D e E] IBGE — Agência de Notícias, 19/11/2025 · agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45174

¹ Setor Agropecuário Primário: o total de 7.968 não inclui categorias com volume amostral insuficiente para estimativa robusta (trabalhador familiar auxiliar, empregado público, doméstico e militar).

² Taxa de sindicalização por posição na ocupação — Brasil total — Dado anual, referência 2024. O IBGE não publica no SIDRA o cruzamento simultâneo entre posição na ocupação e grupamento de atividade. Os valores por posição na ocupação referem-se ao Brasil total e foram divulgados pela Agência de Notícias IBGE em 19/11/2025.

³ n.d. — ocupação no setor agropecuário — Categorias com volume amostral insuficiente para estimativa robusta nos microdados 3T2025 via BigQuery. O IBGE registra a presença dessas categorias no setor sem quantificação disponível na fonte acessada.

n.d. — taxa de sindicalização — Valores não divulgados individualmente pela Agência de Notícias IBGE (19/11/2025) para essas categorias.

Variação 2023–2024 (p.p.) — Para empregado privado com carteira (+1,1 p.p.) e empregado no setor público (+0,6 p.p.): calculado a partir dos valores divulgados pelo IBGE para 2023 e 2024 (Agência de Notícias IBGE, 19/11/2025). Demais categorias: variação não divulgada individualmente. Total agropecuária (-0,2 p.p.): Tabela SIDRA 8676.

Periodicidade — sindicalização — O dado de sindicalização é coletado exclusivamente no módulo anual da PNAD Contínua (1ª visita). Série histórica disponível: 2012–2019 e 2022–2024 (2020 e 2021 suspensos pela pandemia de Covid-19).

A Tabela 12 exige uma leitura particularmente cuidadosa, pois reúne, em uma mesma estrutura, informações de natureza distinta. As colunas referentes ao número de ocupados e ao percentual do setor agropecuário mostram a composição do setor primário segundo posição na ocupação, com destaque para o peso dos trabalhadores por conta própria, que correspondem a 43,5% do total, seguidos pelos empregados privados sem carteira assinada, com 25,6%, e pelos empregados privados com carteira assinada, com 19,7%. Em conjunto, esses três grupos respondem pela maior parte da estrutura ocupacional observada.

¹ Na Tabela 17, as colunas em verde (B e C) mostram o peso de cada categoria dentro do setor agropecuário – quantos mil trabalhadores e qual % do total. As colunas em azul (D e E) mostram a taxa de sindicalização dessa mesma categoria no Brasil e sua variação recente. Na mesma linha, se vê, simultaneamente, o tamanho e a cobertura sindical de cada grupo. A linha de Total do setor fecha com os 7.968, 100%, 14,8% e -0,2 p.p. A linha de Brasil – referência aparece em cinza abaixo, permitindo comparar o setor com o país sem misturar as categorias. As fontes ficam identificadas por coluna – [Fonte B e C] e [Fonte D e E] – deixando claro que são dois levantamentos distintos combinados na mesma tabela.



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

Já as colunas de taxa de sindicalização e variação entre 2023 e 2024 referem-se ao Brasil total por posição na ocupação, conforme indicado na nota metodológica da própria tabela. Isso significa que os valores apresentados – como 5,1% para trabalhadores por conta própria, 3,8% para empregados sem carteira e 11,2% para empregados com carteira – não podem ser interpretados como taxas específicas do setor agropecuário. O que a tabela permite, com segurança, é uma articulação analítica entre duas dimensões: de um lado, a forte presença, no setor, de posições ocupacionais como conta própria e assalariamento sem carteira; de outro, o fato de que, no Brasil como um todo, essas mesmas posições estão associadas a menores níveis de sindicalização quando comparadas ao emprego formal com carteira.

Essa combinação ajuda a qualificar a leitura da taxa agregada de sindicalização do setor agropecuário, apresentada na Tabela 16. Embora o setor registre nível superior à média nacional, sua estrutura ocupacional é fortemente composta por categorias que, no plano nacional, apresentam menor inserção sindical. Nesse sentido, a taxa agregada mais elevada não elimina a presença de limites estruturais à ampliação da sindicalização, especialmente quando se considera o peso de formas de inserção ocupacional menos institucionalizadas.

A análise da variação recente também indica movimentos distintos entre as posições na ocupação no Brasil total, como o aumento da sindicalização entre empregados com carteira assinada e a estabilidade ou redução em outras categorias. Ainda que não seja possível transpor diretamente esses movimentos para o setor agropecuário, eles reforçam a importância de considerar a relação entre formas de contratação e organização coletiva como um elemento relevante para a interpretação dos dados.

Assim, a principal contribuição da Tabela 12 não é medir diretamente a sindicalização dentro da agropecuária por posição na ocupação, mas destacar que a própria composição do setor pode tensionar a capacidade de organização coletiva. Trata-se de uma inferência indireta, mas consistente com os dados disponíveis, desde que respeitadas as limitações metodológicas da fonte.

A leitura da Tabela 12 traz ainda outros elementos: as formas de inserção ocupacional como o trabalho por conta própria e o assalariamento sem carteira no setor agropecuário ganham maior densidade quando articulada ao contexto nacional da sindicalização. Segundo dados da PNAD Contínua, a taxa de sindicalização no Brasil atingiu 8,9% em 2024, interrompendo a trajetória de queda observada nos anos anteriores, ainda que em patamar relativamente baixo no conjunto da população ocupada. Nesse cenário, o fato de o setor agropecuário ser fortemente composto por posições que, no plano nacional, apresentam menores níveis de sindicalização contribui para compreender os limites à ampliação da organização coletiva no campo, sem que seja possível, a partir dos dados disponíveis, estabelecer uma relação direta entre forma de contratação e filiação sindical no interior do setor (IBGE, 2025).

Em termos de incentivos a políticas por sindicalização, observa-se que o empregado com carteira assinada (que, no setor agropecuário representa 19,7% do setor, num total de 1.569 trabalhadores) tem, no cenário nacional geral, taxa de sindicalização de 11,2%, a maior entre os assalariados privados. Isso mostra que políticas em prol da formalização podem ser vetor de maior sindicalização da categoria.

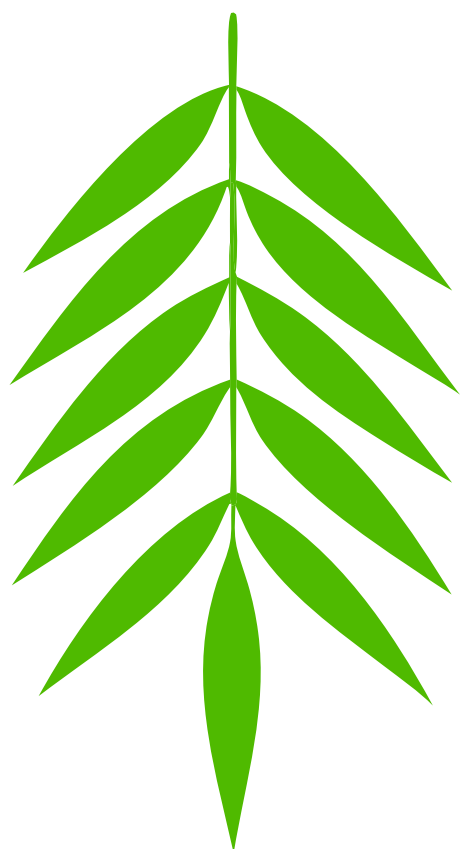
Nesse contexto, um dos grandes desafios estruturais para a sindicalização é que quase metade dos ocupados do setor (43,5%) são trabalhadores por conta própria, categoria estruturalmente mais difícil de organizar coletivamente, pois não tem empregador definido com quem negociar. Somando conta própria e sem carteira, mais de dois terços do setor estão fora do alcance efetivo da negociação coletiva formal.

A leitura dos dados nacionais permite mostrar que essas características não aparecem como elementos marginais ou residuais, mas como dimensões constitutivas do mercado de trabalho rural brasileiro. Dessa forma, o próximo capítulo fornece a base analítica necessária para compreender de que modo tais tendências assumem configurações específicas nas cadeias de manga, de uva e de maçã nos territórios selecionados para o estudo.



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

4. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL: VALE DO SÃO FRANCISCO E SERRA GAÚCHA



Esta seção propõe uma leitura integrada das cadeias produtivas e dos territórios investigados, deslocando o foco de uma descrição dos volumes e da produção para a compreensão das formas como esses arranjos se estruturam e produzem diferenciações internas. Interessa, aqui, demonstrar não apenas onde e quanto se produz, mas como a produção se organiza e quais desigualdades são constituídas e reproduzidas nesse processo.

Nesse sentido, a análise considera que as cadeias produtivas não operam como estruturas homogêneas, mas como espaços marcados por assimetrias, hierarquias e distintas possibilidades de inserção econômica. As variações observadas entre municípios, produtos e níveis de valor agregado indicam a presença de arranjos produtivos desiguais, que articulam diferentes posições nos mercados e distintas condições de acesso a recursos, infraestrutura e oportunidades.

Ao sistematizar esses elementos, a seção busca explicitar as bases econômicas e territoriais que sustentam tais desigualdades, contribuindo para uma leitura que reconhece as cadeias não apenas como unidades produtivas, mas como espaços atravessados por relações de poder e diferenciação. Essa perspectiva é fundamental para a análise das condições de trabalho e das formas de inserção econômica que serão aprofundadas nas seções seguintes.

Este capítulo apresenta as tendências estruturais do mercado de trabalho rural brasileiro, situando o contexto mais amplo no qual se inserem as cadeias produtivas analisadas. A partir de dados nacionais, busca-se identificar volume de produção, valor econômico e organização produtiva que ajudam a compreender como se estruturam as atividades agrícolas, especificamente da fruticultura no país. Essa leitura permite estabelecer uma base analítica para as seções seguintes, nas quais as cadeias de manga, uva e maçã serão examinadas em maior detalhe, demonstrando como dinâmicas mais gerais se expressam de forma específica nos territórios analisados.



4.1. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE FRUTAS NA LAVOURA PERMANENTE NO BRASIL

Os dados apresentam uma forte concentração produtiva na fruticultura brasileira, com destaque para a laranja, que responde por 55,8% do volume total produzido, o que mostra elevada dependência de uma única cultura na composição da produção nacional. Em contraste, há um conjunto diversificado de frutas – como manga, uva, açaí e limão – com participações semelhantes (entre 6% e 6,5%), sugerindo uma base produtiva relevante, porém menos concentrada individualmente.

Do ponto de vista econômico, nem sempre as frutas com maior volume apresentam maior valor agregado por tonelada. Culturas como uva e açaí apresentam valores por tonelada significativamente superiores aos da laranja, e indicam maior valor econômico relativo mesmo com menor participação no volume total. Além disso, frutas com baixa participação na produção, como figo e pera, apresentam os maiores valores por tonelada, com evidências de nichos produtivos de maior valor agregado.

Na Tabela 13, observa-se que as cadeias objeto deste estudo (manga, uva e maçã) ocupam posições relevantes na fruticultura brasileira, tanto em termos de volume quanto de valor, ainda que não estejam entre as culturas mais concentradas da produção nacional. Manga e uva apresentam participações semelhantes, cada uma com 6,5% do total produzido, enquanto a maçã responde por 3,6%, indicando inserção relevante, porém em um cenário produtivo diversificado.

Nele, a uva se destaca pelo maior valor por tonelada (R\$ 4.580,00), seguida pela maçã (R\$ 3.170,00), enquanto a manga mostra menor valor relativo (R\$ 1.972,00), ainda que com volume expressivo. Esse padrão indica que, entre as três cadeias analisadas, há diferentes níveis de agregação de valor, com a uva ocupando posição de maior valorização econômica por unidade produzida.

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO POR QUANTIDADE PRODUZIDA – FRUTAS DA LAVOURA PERMANENTE

FRUTAS*	PRODUÇÃO (T)	% DO TOTAL	VALOR (R\$ MIL)	R\$/tonelada
Laranja	15.688.409	55,8%	28.500.082	1.817
Manga	1.838.706	6,5%	3.626.648	1.972
Uva	1.820.104	6,5%	8.335.281	4.580
Açaí	1.741.757	6,2%	7.770.722	4.461
Limão	1.718.010	6,1%	2.551.223	1.485
Mamão	1.149.300	4,1%	2.148.471	1.869
Tangerina	1.016.575	3,6%	2.186.400	2.151
Maçã	997.470	3,6%	3.161.550	3.170
Maracujá	736.585	2,6%	2.557.209	3.472
Goiaba	557.225	2,0%	1.385.662	2.487
Abacate	427.457	1,5%	1.157.492	2.708
Pêssego	190.389	0,7%	735.532	3.863
Caqui	177.610	0,6%	664.472	3.741
Figo	20.586	0,1%	158.471	7.698
Pera	14.473	0,1%	60.948	4.211
Marmelo	411	0,0%	1.947	4.737
TOTAL	28.095.067		65.002.110	R\$ 54.421,86

* recorte das frutas descritas apenas como Lavoura Permanente nos Dados da PAM 2024.



4.2. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE MANGA, UVA E MAÇÃ NO BRASIL

A produção de manga, uva e maçã no Brasil entre 2020 e 2024 apresenta variações relevantes ao longo do período, com comportamentos distintos entre as três culturas, como demonstra o Gráfico 2. No geral, houve crescimento do volume total, que passa de aproximadamente 4 milhões de toneladas em 2020 para cerca de 4,65 milhões em 2024.

A manga apresenta trajetória relativamente estável e predominantemente crescente, com pequenas oscilações e aumento consistente a partir de 2022, atingindo seu maior volume em 2024.

A uva, por sua vez, apresenta maior volatilidade, com crescimento expressivo em 2021, retração em 2022 e recuperação nos anos seguintes, alcançando seu pico em 2024. Já a maçã apresenta o comportamento mais irregular entre as três cadeias. Após um crescimento expressivo em 2021 (+32,0%), há uma retração significativa em 2022 (-19,3%), seguida de recuperação parcial em 2023 (+13,0%) e nova queda em 2024 (-15,7%). Esse padrão indica uma dinâmica produtiva mais instável ao longo do período, com variações mais acentuadas ano a ano em comparação às demais culturas.

Os dados revelam maior estabilidade na manga, maior volatilidade na uva e maior irregularidade na maçã.

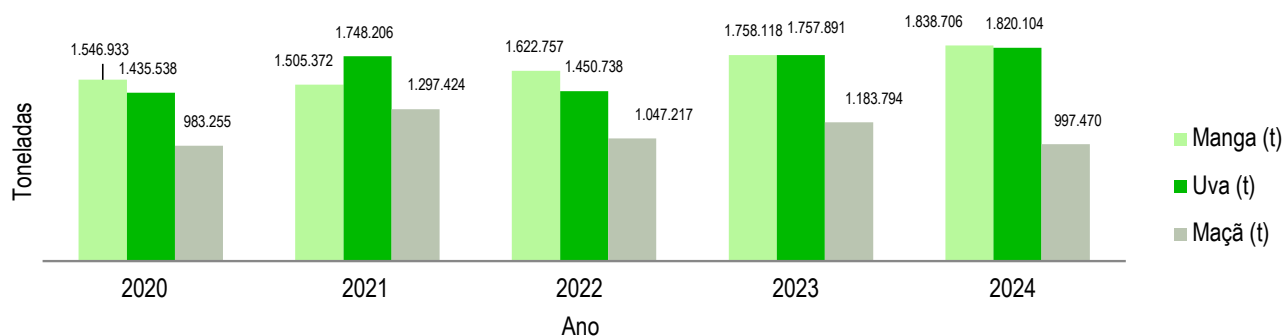
Os dados sobre o valor por tonelada de manga, uva e maçã no Brasil entre 2020 e 2024 indicam uma tendência geral de valorização das três cadeias ao longo do período, ainda que com ritmos distintos (Gráfico 2).

A manga apresenta crescimento contínuo e relativamente estável, passando de R\$ 1.167,00/t em 2020 para R\$ 1.972,00/t em 2024, com destaque para a elevação mais acentuada em 2023 (+40,6%). Esse comportamento indica uma trajetória consistente de valorização ao longo dos anos.

A uva se destaca como a cultura com maior valor por tonelada em todo o período, além de apresentar a maior variação positiva ao final da série. Após oscilações moderadas entre 2020 e 2023, há um aumento expressivo em 2024 (+51,7%), com elevação do valor para R\$ 4.580/t, o mais alto entre as três cadeias analisadas.

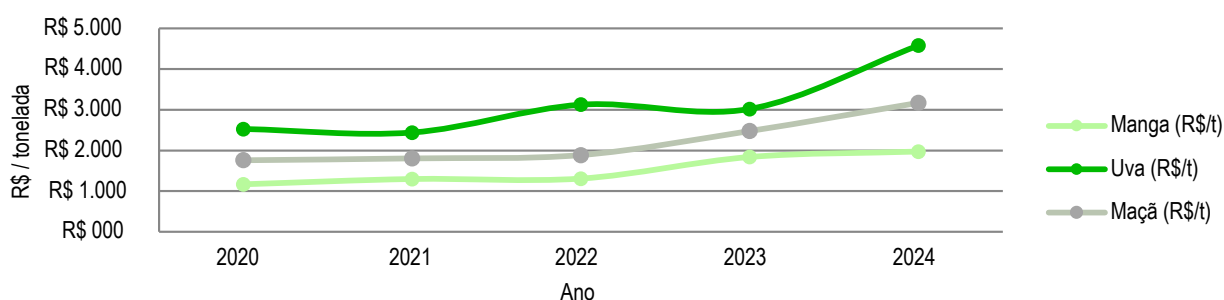
Já a maçã mostra aumento progressivo, especialmente a partir de 2023. O valor por tonelada cresceu de R\$ 1.758,00/t em 2020 para R\$ 3.170,00/t em 2024, com variações relevantes nos dois últimos anos (+31,3% em 2023 e +28,0% em 2024), indicando um processo recente de valorização mais acelerada.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE PRODUZIDA - MANGA, UVA E MAÇÃ



Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

GRÁFICO 3: VALOR POR TONELADA — MANGA, UVA E MAÇÃ



Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

4.3 VALE DO SÃO FRANCISCO (VSF)

As seções 4.3. e 4.4 examinam a configuração produtiva e econômica de cadeias agroalimentares selecionadas em dois territórios estratégicos – o Vale do São Francisco e a Serra Gaúcha, a partir de séries históricas e dados recentes de produção. Ao articular informações sobre área colhida, volume produzido e valor da produção, busca-se apresentar não apenas a relevância econômica dessas cadeias, mas também suas dinâmicas territoriais, especializações produtivas e assimetrias internas. A análise permite compreender como diferentes arranjos produtivos se estruturam regionalmente e quais elementos podem influenciar as condições de inserção econômica das pessoas envolvidos nessas cadeias.

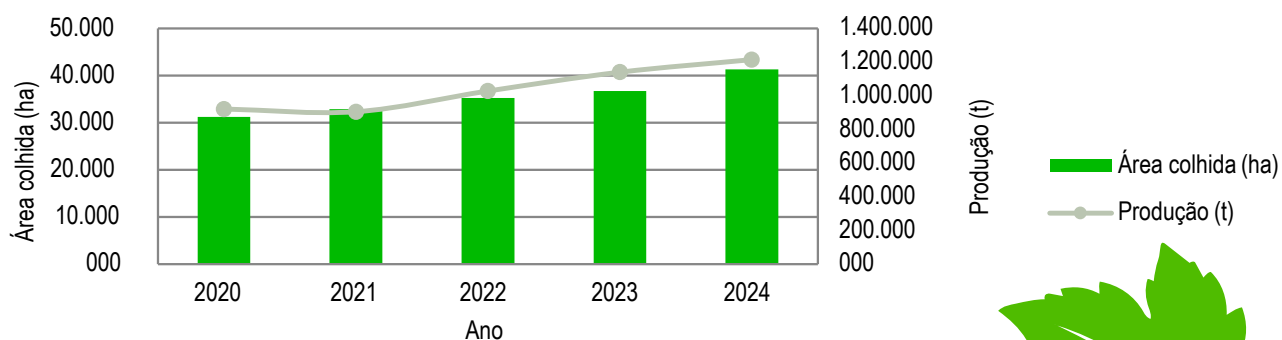


Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

4.3.1 HISTÓRICO DAS CADEIAS DE MANGA E UVA

A análise das séries históricas das cadeias de manga e uva no Vale do São Francisco (Gráficos 4 e 5) ressalta a consolidação do território como um dos principais polos da fruticultura irrigada no país, com trajetória marcada por expansão produtiva e relativa estabilidade ao longo do tempo. Ainda que as duas cadeias compartilhem base territorial e infraestrutura produtiva semelhante, seus comportamentos não são idênticos.

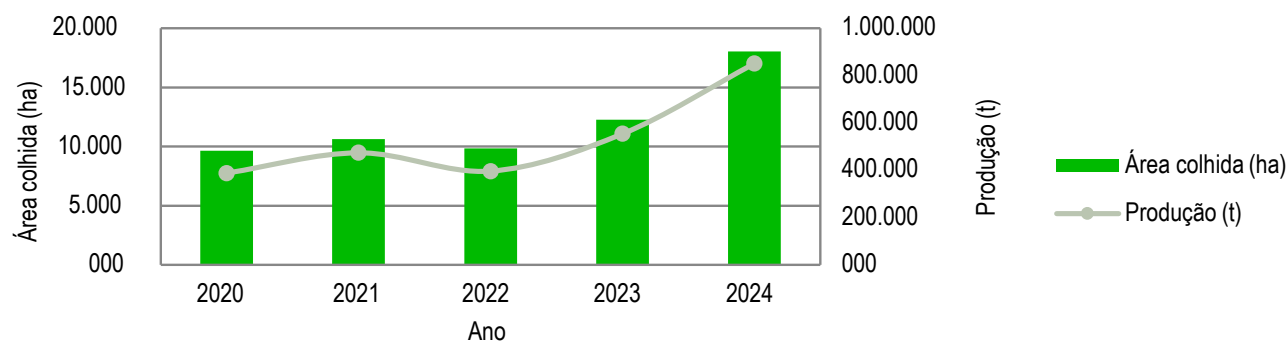
GRÁFICO 4: SÉRIE HISTÓRICA — MANGA · VALE DO SÃO FRANCISCO



Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.



GRÁFICO 5: SÉRIE HISTÓRICA — UVA · VALE DO SÃO FRANCISCO



Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

A produção de manga apresenta tendência mais estável, com crescimento progressivo e menor volatilidade ao longo dos anos, indicando maior previsibilidade produtiva e consolidação de mercado. Já a uva tende a oscilações mais acentuadas, traduzidas por maior sensibilidade a fatores como condições climáticas, dinâmica de exportação e variações de demanda.

Esse padrão sugere que, embora ambas as cadeias estejam inseridas em um mesmo arranjo produtivo regional, elas operam sob lógicas parcialmente distintas em termos de risco e estabilidade. Do ponto de vista econômico, isso implica diferentes estratégias de organização da produção e do trabalho, com possíveis impactos sobre a regularidade da demanda por força de trabalho durante o ano.

4.3.2 CADEIAS DE MANGA E UVA EM 2024

Os dados de 2024 presentes na Tabela 14 mostram que a produção de manga no Vale do São Francisco é fortemente concentrada em poucos municípios, com destaque para Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), que, juntos, respondem por parcela expressiva do volume produzido. Essa concentração indica a presença de polos produtivos altamente estruturados, com maior escala e capacidade de inserção em mercados mais amplos.

Ao mesmo tempo, observa-se significativa variação no valor por tonelada entre os municípios. Enquanto localidades como Casa Nova e Sobradinho apresentam valores superiores a R\$ 2.600,00 por tonelada, Petrolina e Santa Maria de Boa Vista registram valor significativamente inferior (R\$ 400,00). Essa diferença não pode ser interpretada apenas como variação de preço, mas sugere heterogeneidade nas formas de inserção produtiva, podendo refletir diferenças na qualidade do produto, no destino da produção (mercado interno ou exportação), no nível de integração às cadeias de maior valor agregado e nas condições de trabalho.



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

TABELA 14: PRODUÇÃO ATUAL – MANGA - VALE DO SÃO FRANCISCO

MUNICÍPIO	PRODUTO	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	VALOR PRODUÇÃO (R\$ MIL)	R\$ / tonelada
Juazeiro (BA)	Manga	13.737	417.566	1.036.900	2.483
Petrolina (PE)	Manga	9.400	282.000	112.800	400
Casa Nova (BA)	Manga	6.480	196.161	522.573	2.664
Belém do SF (PE)	Manga	6.400	179.200	442.282	2.468
Santa Maria de Boa Vista (PE)	Manga	1.700	42.500	17.000	400
Sento Sé (BA)	Manga	1.180	36.500	83.422	2.286
Curaçá (BA)	Manga	1.114	32.120	73.780	2.297
Abaré (BA)	Manga	350	10.061	20.988	2.086
Lagoa Grande (PE)	Manga	400	10.000	11.000	1.100
Sobradinho (BA)	Manga	513	8.731	22.770	2.608
Ingazeira (PE)	Manga	2	8	10	1.250
Total Manga		41.276	1.214.847	2.343.525	

Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

A cadeia de uva tem padrão distinto, conforme Tabela 15, com maior valor econômico por unidade produzida e maior concentração de valor em determinados municípios. Petrolina se destaca não somente pelo volume produzido, mas principalmente pelo valor total da produção, indicando forte inserção em mercados mais valorizados, como a exportação.

Além disso, os valores por tonelada na uva são consistentemente superiores aos observados na manga, com patamares entre R\$ 6.000,00 e R\$ 8.693,00 por tonelada. Esse diferencial confirma a posição de uva como uma cadeia de maior valor agregado dentro da fruticultura regional, ainda que também marcada por concentração produtiva e territorial.

Quando analisadas em conjunto, as cadeias de manga e uva no Vale do São Francisco revelam uma estrutura produtiva ao mesmo tempo concentrada e heterogênea. A manga se destaca pelo volume e pela estabilidade relativa, enquanto a uva apresenta maior valor agregado e maior inserção em mercados mais dinâmicos.

Essa combinação indica que o território articula diferentes estratégias produtivas dentro da fruticultura irrigada, com implicações diretas sobre a organização do trabalho. Cadeias com maior valor por tonelada tendem a demandar padrões produtivos mais intensivos em controle de qualidade e padronização, enquanto cadeias de maior volume podem operar com maior diversidade de arranjos produtivos. Essas diferenças são centrais para compreender as condições de trabalho que serão analisadas nas seções seguintes.



TABELA 15: PRODUÇÃO ATUAL - UVA - VALE DO SÃO FRANCISCO

MUNICÍPIO	PRODUTO	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	VALOR PRODUÇÃO	R\$ / tonelada
(R\$ mil)	R\$ / tonelada	13.737	417.566	1.036.900	2.483
Petrolina (PE)	Uva	11.700	610.739	3.664.434	R\$ 6.000
Lagoa Grande (PE)	Uva	2.500	109.800	439.200	R\$ 4.000
Juazeiro (BA)	Uva	1.983	59.819	519.988	R\$ 8.693
Casa Nova (BA)	Uva	1.300	46.731	392.540	R\$ 8.400
Santa Maria de Boa Vista (PE)	Uva	410	19.500	146.488	R\$ 7.512
Curaçá (BA)	Uva	70	2.100	15.120	R\$ 7.200
Sobradinho (BA)	Uva	60	1.720	12.900	R\$ 7.500
Sento Sé (BA)	Uva	10	300	2.190	R\$ 7.300
Total Uva		18.033	850.709	5.192.860	

Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

4.4. SERRA GAÚCHA (SG)

Esta seção analisa das cadeias selecionadas da Serra Gaúcha, destacando dados de produção, diferenciação de valor e variações territoriais nos preços e na produção. O foco recai sobre as relações entre escala produtiva, agregação de valor e posicionamento dos municípios nas cadeias, buscando identificar elementos que ajudam a explicar desigualdades internas e oportunidades diferenciadas de inserção econômica. Essa leitura contribui para situar as cadeias como estruturas produtivas, bem como espaços marcados por disputas, hierarquias e distintas possibilidades de geração de renda.

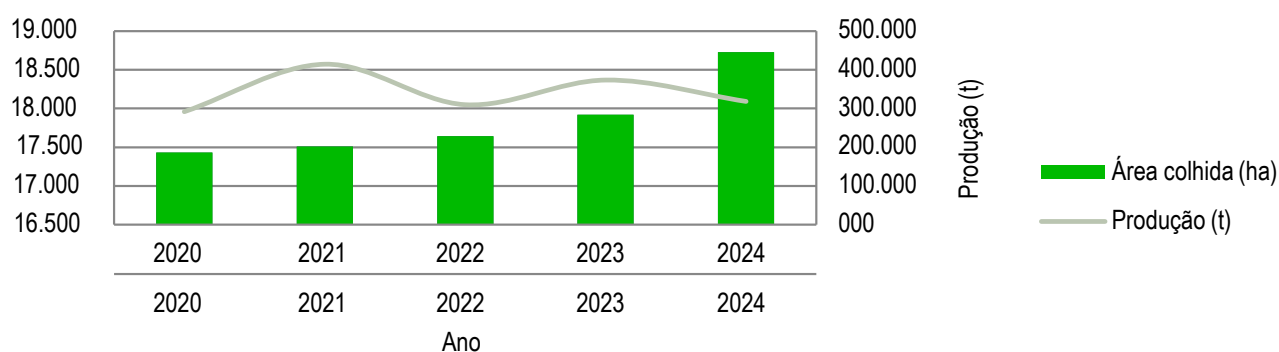
4.4.1. HISTÓRICO DAS CADEIAS DE UVA E MAÇÃ

As séries históricas de uva e de maçã na Serra Gaúcha mostram a consolidação de um território com forte especialização produtiva, porém com dinâmicas distintas entre as cadeias. A uva apresenta trajetória relativamente estável, associada a uma cadeia tradicional, historicamente estruturada e integrada à agroindústria, especialmente na produção de vinhos e derivados, conforme o Gráfico 6.



Foto: Magnific.

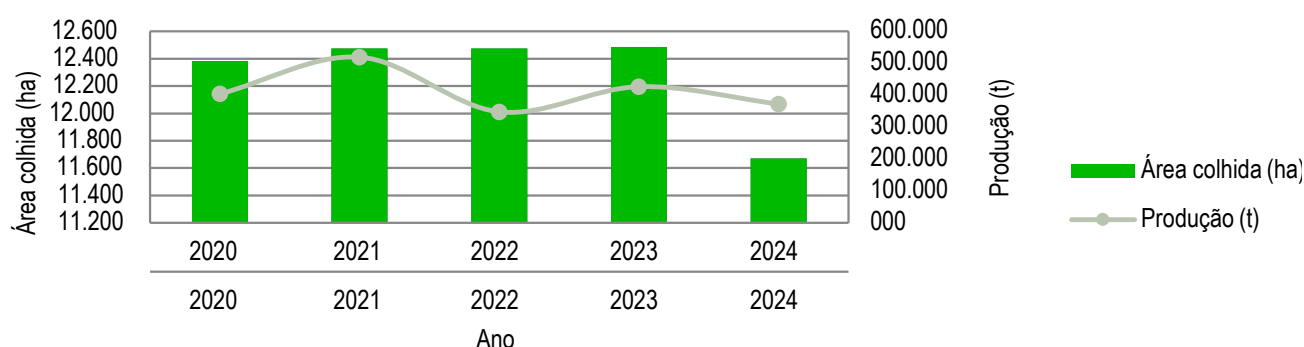
GRÁFICO 6: SÉRIE HISTÓRICA — UVA · SERRA GAÚCHA



Fonte: Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

Já a maçã (Gráfico 7) apresenta maior variação ao longo do tempo, com oscilações mais acentuadas na produção. Esse comportamento sugere maior sensibilidade a fatores externos, como condições climáticas e dinâmica de mercado, além de possíveis variações na área plantada e na produtividade.

GRÁFICO 7: SÉRIE HISTÓRICA — MAÇÃ · SERRA GAÚCHA



Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

A coexistência dessas duas cadeias no mesmo território revela uma combinação entre tradição produtiva e adaptação a mercados mais voláteis, o que contribui para uma configuração regional marcada por especialização, diferenciação interna em termos de estabilidade e risco produtivo.

4.4.2 CADEIAS DE MAÇÃ E UVA

A Tabela 17 permite a análise de que a cadeia de maçã apresenta elevada concentração produtiva, com forte predominância do município de Vacaria, que responde por parcela expressiva do volume total produzido (62,7%). Esse padrão reforça a existência de polos especializados na Serra Gaúcha, com escala produtiva e papel central na organização da cadeia.



TABELA 17: PRODUÇÃO ATUAL - MAÇÃ - SERRA GAÚCHA

MUNICÍPIO	PRODUTO	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	VALOR PRODUÇÃO	R\$ / tonelada
Vacaria (RS)	Maçã	6.672	233.520	544.384	2.331
Caxias do Sul (RS)	Maçã	1.842	60.786	303.930	5.000
Bom Jesus (RS)	Maçã	2.100	44.100	127.890	2.900
Muitos Capões (RS)	Maçã	828	28.980	85.201	2.940
Campestre da Serra (RS)	Maçã	167	3.340	7.855	2.352
São Marcos (RS)	Maçã	40	800	4.800	6.000
Flores da Cunha (RS)	Maçã	15	500	4.500	9.000
Bento Gonçalves (RS)	Maçã	5	125	338	2.704
Total Maçã		11.669	372.151	1.078.898	

Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

Observa-se também grande variação no valor por tonelada entre os municípios, com casos que atingem R\$ 9.000,00 por tonelada (município de Flores da Cunha), contrastando com valores mais baixos em outras localidades (sendo o menor valor justamente no município de maior volume produzido – Vacaria), o que indica um padrão de produção em massa com baixo valor agregado, em uma análise relativa. Essa heterogeneidade sugere diferenças no tipo de produção, qualidade, destino comercial e nível de agregação de valor, apontando que a cadeia não é homogênea mesmo dentro de um território altamente especializado.

Na Tabela 18 observa-se que a produção de uva na Serra Gaúcha apresenta forte concentração territorial, com destaque para municípios como Flores da Cunha, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, que concentram a maior parte da produção. Esses municípios constituem o núcleo histórico da vinicultura brasileira, com cadeias produtivas mais estruturadas e maior integração com a agroindústria.

Apesar disso, os valores por tonelada são significativamente inferiores aos observados no Vale do São Francisco, situando-se majoritariamente entre R\$ 1.800,00 e R\$ 2.400,00. Esse padrão assinala diferenças importantes no posicionamento das cadeias, com a produção gaúcha mais voltada ao processamento industrial e ao mercado interno, em contraste com a maior valorização verificada na uva do semiárido.

TABELA 18: PRODUÇÃO ATUAL - UVA - SERRA GAÚCHA

MUNICÍPIO	PRODUTO	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	VALOR PRODUÇÃO	R\$ / tonelada
(R\$ mil)	R\$ / tonelada	6.672	233.520	544.384	2.331
Flores da Cunha (RS)	Uva	5.365	116.075	247.649	2.134
Bento Gonçalves (RS)	Uva	4.703	65.092	142.253	2.185
Caxias do Sul (RS)	Uva	3.760	60.928	112.145	1.841
Garibaldi (RS)	Uva	2.576	36.231	80.955	2.234
São Marcos (RS)	Uva	1.215	24.300	60.000	2.469



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

MUNICÍPIO	PRODUTO	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	VALOR PRODUÇÃO	R\$ / tonelada
Campestre da Serra (RS)	Uva	844	12.732	24.366	1.914
Vacaria (RS)	Uva	117	1.458	3.136	2.151
Bom Jesus (RS)	Uva	71	1.065	3.195	3.000
Muitos Capões (RS)	Uva	55	468	3.744	8.000
Montauri (RS)	Uva	20	40	60	1.500
Total Uva		18.726	318.389	677.503	

Dados extraídos da PAM 2024 – SIDRA IBGE.

Assim, em conjunto, as cadeias de uva e maçã na Serra Gaúcha revelam um modelo produtivo caracterizado por alta especialização, forte concentração territorial e integração com a agroindústria. Diferentemente do Vale do São Francisco, onde há maior contraste entre volume e valor, na Serra Gaúcha as cadeias operam com menor variação de preços, mas com forte diferenciação interna entre municípios. Esse modelo aponta que as condições de inserção econômica e organização do trabalho no território estão diretamente associadas à estrutura produtiva consolidada, à presença de agroindústrias e ao histórico de especialização regional, elementos que influenciam de forma decisiva as dinâmicas do mercado de trabalho local.

5. DINÂMICAS LOCAIS DO TRABALHADOR ASSALARIADO

Este capítulo analisa as dinâmicas locais do trabalho assalariado nas cadeias produtivas de manga, uva e maçã, com foco nos territórios do Vale do São Francisco e da Serra Gaúcha. A partir de dados sobre contratação, rendimento, formas de inserção ocupacional e condições de trabalho, busca-se compreender como a organização produtiva se traduz em padrões específicos de emprego, incluindo aspectos relacionados à informalidade, à estabilidade dos vínculos e aos riscos à saúde e segurança dos trabalhadores. A seção inicial apresenta uma visão geral da força de trabalho, que será aprofundada nas análises subsequentes.

5.1. VISÃO GERAL TRABALHADORES

Em 2024, as cadeias produtivas de uva, maçã e manga nos 21 municípios analisados registraram 117.341 vínculos formais na RAIS, distribuídos entre o Vale do São Francisco (BA/PE) e a Serra Gaúcha (RS) conforme Tabela 19. Desse total, apenas 45.958 vínculos permaneciam ativos em 31 de dezembro (39,2%), o que significa que 71.383 contratos foram encerrados ao longo do ano. Mais do que um dado pontual, essa diferença explicita a centralidade da sazonalidade na organização do trabalho nessas cadeias. Não se trata de flutuações marginais, mas de um padrão estrutural de contratação no qual a maior parte dos vínculos formais é, desde a origem, temporária.

TABELA 19: VÍNCULOS POR TERRITÓRIO E CADEIA · RAIS 2024

TERRITÓRIO	CADEIA	TOTAL DE VÍNCULOS	MUNICÍPIOS COM VÍNCULOS	VÍNCULOS ATIVOS EM 31/12¹	VÍNCULOS SAZONAIS ESTIMADOS²	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)	Horas Contratadas Média
Serra Gaúcha	Maçã	34.263	6	6.786	27.477	1.551,30	43,6
Serra Gaúcha	Uva	4.503	7	440	4.063	1.151,22	45,5
Subtotal — Serra Gaúcha		38.766		7.226	31.540	1.504,83	
Vale do São Francisco	Manga	21.835	10	11.173	10.662	1.497,59	43,6
Vale do São Francisco	Uva	56.740	7	27.559	29.181	1.411,39	43,8
Subtotal — Vale do São Francisco		78.575		38.732	39.843	1.435,34	
Total Geral		117.341		45.958	71.383	1.458,30	

¹ Vínculos ativos em 31/12 — Registros com campo vínculo_ativo_3112 = '1' na RAIS. Representa trabalhadores com contrato formal ainda vigente em 31 de dezembro de 2024.

² Vínculos sazonais estimados — Diferença entre o total de vínculos registrados ao longo de 2024 e os vínculos ativos em 31/12. Estima os contratos encerrados durante o ano — proxy da força de trabalho sazonal e temporária nas cadeias produtivas. Fonte: RAIS — Relação Anual de Informações Sociais · Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) · Acesso via Base dos Dados (basedosdados.org) / Google BigQuery · Tabela: basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano de referência: 2024 · CNAEs: 132600 (Uva) · 133407 (Maçã) · 133410 (Manga)

O Vale do São Francisco concentra 67% dos vínculos, refletindo a escala produtiva das cadeias de uva e manga no território. A uva aparece como a cadeia de maior volume absoluto do estudo, com 56.740 vínculos, enquanto a manga soma 21.835 vínculos distribuídos em dez municípios. Já a Serra Gaúcha responde por 33% do total, com forte concentração na cadeia de maçã, especialmente no município de Vacaria.

As diferenças territoriais tornam-se ainda mais evidentes quando se observa o padrão de sazonalidade. Na Serra Gaúcha, a maior parte dos vínculos não se mantém ao longo do ano, indicando uma dinâmica fortemente associada ao ciclo produtivo das culturas. No Vale do São Francisco, embora a sazonalidade também esteja presente, há maior permanência relativa dos vínculos, sugerindo formas de organização produtiva que demandam continuidade mais elevada da força de trabalho.

Esse contraste indica que a sazonalidade não é apenas uma característica da fruticultura, mas assume intensidades distintas conforme o arranjo produtivo e territorial, com implicações diretas sobre a estabilidade do trabalho, o acesso a direitos e as condições de vida dos trabalhadores.

A leitura da sazonalidade revela diferenças importantes entre as cadeias e territórios. Na Serra Gaúcha, especialmente nas cadeias de maçã e de uva, a maior parte dos vínculos é encerrada antes do final do ano (80,2% na maçã e 90,2% na uva), o que mostra que o trabalho formal nessas culturas é predominantemente temporário. Em outras palavras, a formalização não implica estabilidade. No Vale do São Francisco, a proporção de vínculos ativos ao final do ano é significativamente maior (a manga mantém 51,2% dos vínculos ativos e a uva, 48,6%).

Ainda que a sazonalidade permaneça como elemento estruturante, a organização da produção irrigada e a inserção em mercados mais contínuos parecem demandar maior permanência da força de trabalho. Esse contraste demonstra que a temporalidade do trabalho rural não é homogênea, mas construída a partir das dinâmicas produtivas específicas de cada território.

Em termos de remuneração, observa-se que a média na Serra Gaúcha (R\$ 1.504,83,00) é ligeiramente superior à do Vale do São Francisco (R\$ 1.435,34,00). A cadeia de maçã apresenta os maiores valores médios, enquanto de uva da Serra Gaúcha registra os menores. Mais do que indicar baixos rendimentos, esse padrão reforça a necessidade de interpretar a remuneração em conjunto com a sazonalidade e o tipo de vínculo, uma vez que a renda efetiva ao longo do ano tende a ser ainda mais limitada em contextos de alta rotatividade.

5.2. VÍNCULOS DE TRABALHO NO TERRITÓRIO E CADEIA

A análise dos tipos de vínculo contratual permite aprofundar a compreensão da sazonalidade observada anteriormente, ao apresentar como diferentes formas de contratação estruturam a permanência ou a rotatividade dos trabalhadores ao longo do ano. A partir dos dados da RAIS, é possível identificar a distribuição dos vínculos segundo sua natureza jurídica, permitindo observar a coexistência de contratos permanentes, temporários e outras formas de inserção ocupacional nas cadeias analisadas.



TABELA 20: TIPOS DE VÍNCULO CONTRATUAL POR TERRITÓRIO E CADEIA — SERRA GAÚCHA

SERRA GAÚCHA								
TIPO DE VÍNCULO	MAÇÃ				UVA			
	VÍNCULOS	% NA CADEIA	VÍNCULOS	% NA CADEIA	VÍNCULOS	% NA CADEIA	VÍNCULOS	% NA CADEIA
Vínculos trabalhistas típicos								
CLT / CLT Rural — Prazo indeterminado	1.831	5,3%			247	5,5%		
CLT — Prazo determinado	650	1,9%			226	5,0%		
<i>Estatutário — erro de declaração*</i>	15.859	46,3%			4	0,1%		
Temporário (Lei 6.019/1974)	2.152	6,3%			310	6,9%		
Contrato rural — Prazo determinado	6.448	18,8%			3.480	77,3%		
Aprendiz	2	0,0%			—	—		
Contrato Intermitente	609	1,8%			8	0,2%		
Subtotal — Vínculos trabalhistas	27.551	80,4%			4.275	94,9%		
Vínculos atípicos								
Avulso — Sindicato	488	1,4%			18	0,4%		
Cooperado vinculado à cooperativa	540	1,6%			75	1,7%		
Cooperado vinculado ao tomador	893	2,6%			124	2,8%		
Diretor sem vínculo empregatício	4.791	14,0%			11	0,2%		
Subtotal — Vínculos atípicos	6.712	19,6%			228	5,1%		
Total — Serra Gaúcha	34.263	100,0%			4.503	100,0%		

Fonte — RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · 21 municípios do VSF (BA/PE) e Serra Gaúcha (RS)

Colunas por cadeia: Serra Gaúcha: Maçã (CNAE 133407) e Uva (CNAE 132600). Vale do São Francisco: Manga (CNAE 133410) e Uva (CNAE 132600). Colunas sem dado (—) indicam ausência de vínculos daquele tipo na cadeia.

* Estatutário — erro de declaração (código 20): O vínculo estatutário é juridicamente reservado a servidores públicos regidos por estatuto próprio. A verificação por natureza jurídica dos estabelecimentos (Nota Técnica — Verificação dos Estatutários, março/2026) confirmou que 100% dos registros com código 20 nas cadeias pesquisadas pertencem a empresas privadas (natureza jurídica 2046, 2054, 2062 e 2135), configurando erro de preenchimento sistemático. Os vínculos foram mantidos no bloco trabalhista e sinalizados com asterisco e cor distinta para transparência metodológica. O percentual do bloco trabalhista incorpora esses vínculos.

A Tabela 20 apresenta a distribuição dos vínculos formais na Serra Gaúcha segundo o tipo de contratação, permitindo observar como a organização do trabalho se estrutura nas cadeias de uva e maçã. Os dados indicam a presença de diferentes modalidades contratuais, com destaque para vínculos de duração limitada, como contratos por prazo determinado e aqueles associados à lógica de safra.

Esse padrão é consistente com a dinâmica produtiva das culturas analisadas, nas quais a demanda por trabalho

tende a se concentrar em períodos específicos do ciclo agrícola. Nesse contexto, a formalização do vínculo não implica necessariamente continuidade da relação de trabalho ao longo do ano, mas se organiza em torno de necessidades produtivas temporárias.

Ao mesmo tempo, a presença de contratos por prazo indeterminado, ainda que minoritária, indica a existência de segmentos com maior estabilidade relativa. No entanto, o predomínio de vínculos temporários sugere que a estrutura do trabalho formal nas cadeias

analisadas está fortemente associada à sazonalidade, o que dialoga diretamente com os padrões observados anteriormente na análise dos vínculos ativos ao final do ano.

Além da predominância de vínculos temporários, a Tabela 20 permite observar diferenças internas relevantes entre as cadeias de uva e de maçã na Serra Gaúcha. A cadeia de maçã concentra maior volume absoluto de vínculos, especialmente no município de Vacaria, o que reforça seu papel estruturante no território. Já a uva, embora também relevante, apresenta distribuição mais pulverizada entre municípios, com menor concentração relativa.

Do ponto de vista contratual, ambas as cadeias apresentam forte presença de vínculos associados à lógica de safra, mas com intensidades distintas. Na maçã, a concentração de contratos por prazo determinado e vínculos temporários tende a ser mais acentuada, refletindo a demanda de trabalho em períodos específicos do ciclo produtivo. Na uva, embora esse padrão também esteja presente, observa-se participação relativamente maior de vínculos com maior duração, o que pode indicar diferenças na organização produtiva e na distribuição das etapas do trabalho ao longo do ano.

Essa diferenciação interna sugere que, mesmo dentro de um território marcado por alta sazonalidade, as cadeias não operam de forma homogênea. A intensidade da rotatividade e o tipo de vínculo predominante variam conforme a cultura, o que reforça a necessidade de evitar leituras agregadas que ocultem essas distinções.

A Tabela 21 apresenta que no Vale do São Francisco a organização do trabalho formal nas cadeias de manga e uva combina diversidade contratual com forte peso de vínculos não estáveis, ainda que de formas distintas entre as duas culturas. Na manga, os vínculos trabalhistas típicos correspondem a 68,5% do total, enquanto os vínculos atípicos somam 31,5%. Na uva, essa diferença é um pouco menor: 64% de vínculos trabalhistas típicos e 36% de vínculos atípicos, indicando uma estrutura contratual ainda mais heterogênea. Em termos absolutos, a uva concentra volume muito superior de vínculos, com 56.740 registros, frente a 21.835 na manga, o que reforça sua centralidade na dinâmica regional do emprego formal nas cadeias analisadas.



Foto: Magnific.

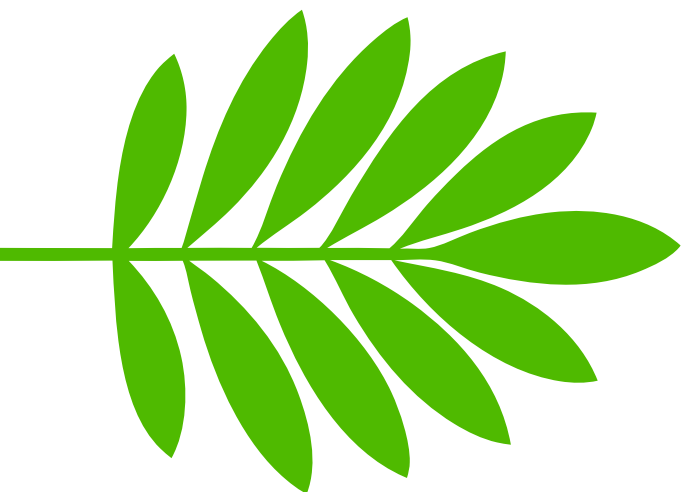


TABELA 21: TIPOS DE VÍNCULO CONTRATUAL POR TERRITÓRIO E CADEIA – VALE DO SÃO FRANCISCO

VALE DO SÃO FRANCISCO								
TIPO DE VÍNCULO	MANGA				UVA			
	VÍNCULOS	% NA CADEIA	VÍNCULOS	% NA CADEIA	VÍNCULOS	% NA CADEIA	VÍNCULOS	% NA CADEIA
Vínculos trabalhistas típicos								
CLT / CLT Rural — Prazo indeterminado	2.110	9,7%			2.237	3,9%		
CLT — Prazo determinado	345	1,6%			1.595	2,8%		
Estatutário — erro de declaração *	10.261	47,0%			17.368	30,6%		
Temporário (Lei 6.019/1974)	1.754	8,0%			11.296	19,9%		
Contrato rural — Prazo determinado	343	1,6%			3.654	6,4%		
Aprendiz	—	—			2	0,0%		
Contrato Intermitente	136	0,6%			137	0,2%		
Subtotal — Vínculos trabalhistas	14.949	68,5%			36.289	64,0%		
Vínculos atípicos								
Avulso — OGM0	11	0,1%			266	0,5%		
Avulso — Sindicato	499	2,3%			1.303	2,3%		
Cooperado vinculado à cooperativa	440	2,0%			1.981	3,5%		
Cooperado vinculado ao tomador	41	0,2%			367	0,6%		
Diretor sem vínculo empregatício	5.895	27,0%			16.534	29,1%		
Subtotal — Vínculos atípicos	6.886	31,5%			20.451	36,0%		
Total — Vale do São Francisco	21.835	100,0%			56.740	100,0%		

Fonte — RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · 21 municípios do VSF (BA/PE) e Serra Gaúcha (RS)

Colunas por cadeia: Serra Gaúcha: Maçã (CNAE 133407) e Uva (CNAE 132600). Vale do São Francisco: Manga (CNAE 133410) e Uva (CNAE 132600). Colunas sem dado (—) indicam ausência de vínculos daquele tipo na cadeia.

* Estatutário — erro de declaração (código 20): O vínculo estatutário é juridicamente reservado a servidores públicos regidos por estatuto próprio. A verificação por natureza jurídica dos estabelecimentos (Nota Técnica — Verificação dos Estatutários, março/2026) confirmou que 100% dos registros com código 20 nas cadeias pesquisadas pertencem a empresas privadas (natureza jurídica 2046, 2054, 2062 e 2135), configurando erro de preenchimento sistemático. Os vínculos foram mantidos no bloco trabalhista e sinalizados com asterisco e cor distinta para transparência metodológica. O percentual do bloco trabalhista incorpora esses vínculos.

Entre os vínculos trabalhistas típicos, chama atenção o peso da categoria “estatutário – erro de declaração”, que responde por 47% dos vínculos de manga e 30,6% de uva. Como a própria nota metodológica esclarece que se trata de registros lançados por empresas privadas, esse dado deve ser lido com cautela, mas sua magnitude indica

problema relevante de preenchimento da base e, ao mesmo tempo, mostra que parte expressiva do trabalho formal declarado nas cadeias não está concentrada nos contratos celetistas mais convencionais.

Mesmo considerando esse limite, os demais dados apontam diferenças relevantes entre as duas culturas: na manga, o vínculo CLT/CLT Rural por prazo indeterminado representa 9,7% dos registros, percentual mais que o dobro do observado na uva, com 3,9%. Já o trabalho temporário pela Lei 6.019/1974 alcança 19,9% na uva, contra 8% na manga, enquanto o contrato rural por prazo determinado aparece com 6,4% na uva e apenas 1,6% na manga. Esses números sugerem que, no interior do próprio Vale do São Francisco, a uva opera com uso mais intenso de vínculos explicitamente temporários, ao passo que a manga preserva, em termos relativos, maior presença de contratos contínuos.

A análise dos vínculos atípicos aprofunda ainda mais essa diferenciação. Na manga, a categoria “diretor sem vínculo empregatício” responde por 27% dos registros, percentual já bastante elevado; na uva, esse valor sobe para 29,1%, tornando-se a principal categoria do bloco atípico e uma das mais expressivas da tabela como um todo. Também na uva é maior a presença de cooperados vinculados à cooperativa, com 3,5%, frente a 2% na manga, além de maior número absoluto de avulsos por sindicato, 1.303 contra 499.

Esses dados não autorizam, isoladamente, identificar a natureza concreta de cada relação de trabalho, mas indicam que a cadeia de uva mobiliza um arranjo contratual mais diversificado e mais intensamente mediado por formas não convencionais de enquadramento ocupacional. Em contraste, a manga, embora também marcada por heterogeneidade, apresenta composição relativamente menos fragmentada.

A Tabela 22 mostra que a formalização no Vale do São Francisco não se organiza de maneira uniforme nem se reduz ao vínculo assalariado típico. Ao contrário, ela combina contratos permanentes, temporários e modalidades atípicas em proporções expressivas, especialmente na cadeia de uva. Isso permite compreender por que a menor sazonalidade relativa observada no território não significa estabilidade generalizada: parte da continuidade produtiva convive com formas contratuais múltiplas, juridicamente distintas e potencialmente desiguais em termos de permanência e proteção. Desse modo, a tabela revela que o trabalho formal no Vale do São Francisco é numericamente robusto, mas internamente segmentado, com diferenças importantes entre manga e uva quanto ao padrão de contratação e à própria arquitetura do vínculo laboral.

Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

TABELA 22: VÍNCULOS FORMAIS POR MUNICÍPIO, TERRITÓRIO E CADEIA — RAIS 2024

MUNICÍPIO	TOTAL VÍNCULOS MUNICÍPIO	MAÇÃ — SERRA GAÚCHA			UVA — SERRA GAÚCHA			MANGA — VALE DO SÃO FRANCISCO			UVA — VALE DO SÃO FRANCISCO		
		VÍNCULOS	ATIVOS 31/12	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	ATIVOS 31/12	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	ATIVOS 31/12	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	ATIVOS 31/12	REM. MÉDIA (R\$)
Serra Gaúcha													
Vacaria (RS)	27.522	27.518	5.602	1.552,15	4	3	2.206,54						
Bom Jesus (RS)	3.911	3.911	563	1.566,30	—	—	—						
Caxias do Sul (RS)	2.988	2.505	580	1.558,17	483	48	1.292,16						
Bento Gonçalves (RS)	1.994	—	—	—	1.994	234	1.241,41						
Flores da Cunha (RS)	1.327	12	3	1.033,36	1.315	112	1.012,40						
Garibaldi (RS)	523	—	—	—	523	22	1.071,00						
Muitos Capões (RS)	280	280	37	1.250,80	—	—	—						
São Marcos (RS)	143	—	—	—	143	3	656,18						
Campestre da Serra (RS)	78	37	1	1.312,23	41	18	2.203,50						
Subtotal — Serra Gaúcha	38.766	34.263	6.786		4.503	440							
Vale do São Francisco													
Petrolina (PE)	45.103							8.978	4.149	1.551,07	36.125	17.939	1.417,93
Juazeiro (BA)	14.660							3.977	2.400	1.508,04	10.683	4.887	1.390,95
Casa Nova (BA)	12.237							6.267	2.909	1.376,45	5.970	2.830	1.418,89
Lagoa Grande (PE)	3.596							73	47	1.513,75	3.523	1.594	1.369,54
Belém do S.F. (PE)	1.048							1.048	746	1.730,78	—	—	—
Curaçá (BA)	500							324	185	1.372,94	176	112	1.704,49
Abaré (BA)	496							496	400	1.546,26	—	—	—
Sento Sé (BA)	461							461	234	1.495,45	—	—	—
Sobradinho (BA)	253							194	91	1.489,83	59	43	1.514,09
Sta. Maria da BV (PE)	221							17	12	2.126,56	204	154	1.543,96
Subtotal — Vale do São Francisco	78.575							21.835	11.173		56.740	27.559	
Total Geral	117.341												

Fonte: Fonte — RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · CNAEs: 132600 (Uva) · 133407 (Maçã) · 133410 (Manga)

A leitura conjunta das Tabelas 20, 21 e 22 permite aprofundar a compreensão da relação entre sazonalidade e formas de contratação nas cadeias analisadas. Os dados indicam que a alta rotatividade observada ao longo do ano não decorre da ausência de formalização, mas do predomínio de vínculos estruturados para durar apenas parte do ciclo produtivo. Nesse sentido, a sazonalidade não se apresenta apenas como característica da produção agrícola, mas como elemento incorporado às formas contratuais que organizam o trabalho no setor. Contratos por prazo determinado, vínculos associados à safra e outras modalidades de inserção ocupacional contribuem para estruturar uma dinâmica em que a formalização convive com elevada descontinuidade.

A comparação entre os territórios mostra também que embora esse padrão esteja presente em ambos os contextos, ele assume configurações distintas. Na Serra Gaúcha, há maior concentração de vínculos claramente associados ao ciclo produtivo, enquanto no Vale do São Francisco uma maior diversidade de formas contratuais, incluindo categorias que apontam arranjos organizacionais mais complexos.

Em conjunto, esses elementos sugerem que a análise das condições de trabalho nas cadeias produtivas exige considerar não apenas o volume de vínculos formais, mas também sua natureza e duração, uma vez que a formalização, isoladamente, não garante estabilidade nem acesso uniforme à proteção trabalhista. Ao detalhar a distribuição dos vínculos segundo tipo de contratação, a Tabela 22 também permite explicitar a magnitude relativa das diferentes formas contratuais no conjunto das cadeias analisadas.

Além disso, a presença simultânea de contratos por prazo determinado, vínculos temporários, categorias atípicas e formas intermediadas de contratação demonstra que a organização do trabalho nas cadeias produtivas não segue um modelo único, mas combina diferentes

regimes jurídicos e operacionais. Essa combinação contribui para a fragmentação da força de trabalho, dificultando a construção de trajetórias ocupacionais contínuas e a própria estabilização dos vínculos.

A comparação entre os territórios indica que, embora a sazonalidade esteja presente em ambos, ela se articula a arranjos contratuais distintos. Na Serra Gaúcha, a predominância de vínculos diretamente associados ao ciclo produtivo torna a descontinuidade mais explícita. No Vale do São Francisco, por sua vez, a maior diversidade de formas contratuais – incluindo categorias atípicas – sugere uma organização do trabalho mais complexa, na qual a permanência relativa de vínculos convive com diferentes modalidades de inserção.

Dessa forma, a leitura integrada das tabelas apresenta que a análise das condições de trabalho não pode se restringir à distinção entre formal e informal. O que os dados revelam é a existência de uma formalização heterogênea, na qual diferentes tipos de vínculo produzem graus variados de estabilidade e continuidade, mesmo quando registrados na base formal.

5.3. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: COMPARATIVO (VSG E SG)

Esta seção aprofunda a análise do perfil dos trabalhadores assalariados nas cadeias de uva, manga e maçã, a partir de uma perspectiva comparativa entre os territórios do Vale do São Francisco e da Serra Gaúcha. O objetivo é compreender como características sociodemográficas, como sexo, raça/cor, idade e escolaridade, se articulam às formas de inserção ocupacional e aos níveis de rendimento, caracterizando diferenças e padrões que não se explicam apenas pela dinâmica produtiva, mas também pelas desigualdades estruturais que atravessam o mercado de trabalho rural.

TABELA 23: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR SEXO: VSF X SERRA GAÚCHA · RAIS 2024

TIPO DE VÍNCULO	SERRA GAÚCHA			VALE DO SÃO FRANCISCO		
	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)
Masculino	32.913	84,9%	1.510,93	43.326	55,1%	1.513,42
Feminino	5.853	15,1%	1.470,49	35.249	44,9%	1.339,38
Total — Sexo	38.766	100,0%		78.575	100,0%	

Fonte: RAIS — Relação Anual de Informações Sociais · MTE · Acesso via Base dos Dados / BigQuery · Tabela: basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · Dicionários de campos: MTE/RAIS

Nota: Remuneração média — Média aritmética ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e território. Valores nominais em reais referentes ao ano de 2024.



Na Tabela 23, pode-se observar que a força de trabalho formal nas três cadeias é majoritariamente masculina nos dois territórios. A proporção de mulheres tende a ser ligeiramente maior no Vale do São Francisco do que na Serra Gaúcha (elas são 44,9% no VSF, e 15,1% na SG), reflexo da maior participação feminina na cadeia de uva irrigada, especialmente nas etapas de classificação, embalagem e pós-colheita nas empresas exportadoras de Petrolina e Juazeiro. Na Serra Gaúcha, a maçã concentra trabalho braçal de colheita e poda, historicamente mais masculinizado.

Além disso, mulheres apresentam rendimentos médios inferiores em ambos os territórios, com diferença discreta na Serra Gaúcha, e diferença mais acentuada no Vale do São Francisco. Esse resultado indica que, mesmo onde há maior inserção feminina (VSF), persistem desigualdades salariais relevantes, sugerindo segmentação ocupacional e diferenciação nas condições de trabalho.

As entrevistas reforçam essa persistência, trazendo narrativas de que as mulheres estão mais concentradas em atividades consideradas mais “delicadas”, como colheita seletiva e processamento no *packing house*; e os homens em funções associadas ao esforço físico ou operação de máquinas:

“A UVA É MAIS SENSÍVEL, ENTÃO A MAIOR PARTE DO TRABALHO É FEITO POR MULHERES, PRINCIPALMENTE NO RALEIO E NO EMBALAMENTO.”

(Dirigente sindical – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal).

“NA MAÇÃ A GENTE JÁ ENCONTRA MULHERES TAMBÉM NO *PACKING HOUSE*, NA COLHEITA SÃO POUCAS MULHERES [...] OS HOMENS FICAM ALI MAIS NA PARTE DE CARREGAR A CAIXA, DE ORGANIZAR, MAS O TRATO MESMO DE EMBALAMENTO, DE SELECIONAMENTO DAS MAÇÃS É MAIS MULHERES.”

(Dirigente sindical – Cadeia de Maça, Serra Gaúcha, informação verbal).

“ENTÃO, É UMA QUESTÃO DE CULTIVO MESMO, DA FRUTA E DE NÃO MACHUCAR. OS HOMENS NÃO TÊM A MESMA DELICADEZA QUE AS MULHERES. ISSO AS PRÓPRIAS EMPRESAS DIZEM QUE TEM UMA DIFERENCIAÇÃO E AS MULHERES TÊM MAIS AGILIDADE PARA O ALÉM TAMBÉM.”

(Representante da CONTAR – informação verbal)

Essa é uma divisão que não se traduz apenas em diferenciação de tarefas, mas em desigualdades indiretas nas condições de trabalho e nas oportunidades de ascensão. Enquanto atividades masculinas frequentemente permitem maior autonomia ou remuneração variável associada à produtividade, as trabalhadoras permanecem em funções contínuas, com menor possibilidade de ganhos adicionais e maior permanência no posto de trabalho.



“TEM DELES [HOMENS] QUE DÁ 10 HORAS EM DIANTE JÁ ESTÃO DE BOA, BELEZA. NÃO FICAM O DIA TODO. OS ÚNICOS QUE FICAM O DIA TODO SÃO OS QUE FICAM NO PÉ [NO CAMPO], MAS NÓS [MULHERES] FICAMOS EMBALANDO O DIA TODO.”

(Trabalhadora rural – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

“ELES BATEM A META E VÃO EMBORA MAIS CEDO. A GENTE FICA O DIA TODO EMBALANDO.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal).

“A MULHER MUITAS VEZES, POR SER SOLO EM CASA, VAI PREFERIR CHEGAR MAIS CEDO EM CASA PORQUE TEM QUE PEGAR O FILHO NA CRECHE OU PEGAR O FILHO COM ESSA PESSOA QUE A GENTE TEM QUE PAGAR — NEM TODO MUNDO QUER FICAR ATÉ 7, 8 HORAS DA NOITE ESPERANDO A PESSOA CHEGAR. ENTÃO TEM ESSA DIFICULDADE.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

Além disso, a sobreposição entre trabalho produtivo e responsabilidades domésticas aparece como fator central de limitação da trajetória das mulheres, especialmente no acesso a cargos de liderança ou funções mais bem remuneradas.

TABELA 24: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR RAÇA/COR: VSF X SERRA GAÚCHA · RAIS 2024

TIPO DE VÍNCULO	SERRA GAÚCHA			VALE DO SÃO FRANCISCO		
	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)
Indígena	7.646	19,7%	1.381,88	266	0,3%	1.375,66
Branca	12.884	33,2%	1.632,02	12.165	15,5%	1.535,34
Preta	1.369	3,5%	1.489,29	4.208	5,4%	1.404,02
Amarela	218	0,6%	1.202,27	507	0,6%	1.640,46
Parda	16.460	42,5%	1.466,78	60.462	76,9%	1.416,17
Não identificada	189	0,5%	1.583,44	967	1,2%	1.421,73
Total — Raça/Cor	38.766	100,0%		78.575	100,0%	

Fonte: RAIS — Relação Anual de Informações Sociais · MTE · Acesso via Base dos Dados / BigQuery · Tabela: basedosdados.br_me_rais.microdados_vínculos · Ano: 2024 · Dicionários de campos: MTE/RAIS

Nota: Remuneração média — Média aritmética ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e território. Valores nominais em reais referentes ao ano de 2024.

A composição por raça/cor apresenta diferenças importantes entre os territórios, e é o dado demograficamente mais relevante para o mercado de trabalho rural nesse contexto. A Tabela 24 apresenta que, no Vale do São Francisco, a força de trabalho é majoritariamente negra (parda e preta), reflexo da composição populacional do semiárido baiano e pernambucano. Na Serra Gaúcha, a predominância é de trabalhadores brancos, com presença relevante de pardos e indígenas, esses últimos possivelmente migrantes sazonais de outras regiões que chegam para a colheita de maçã.

A combinação raça/cor + remuneração média por categoria permite verificar se há diferencial salarial associado à cor, dado sensível e central para a análise interseccional proposta no projeto. Em ambos os territórios, os rendimentos médios tendem a ser mais elevados entre trabalhadores brancos, indicando a persistência de desigualdades raciais no acesso a melhores posições e remunerações. Esse padrão sugere que a inserção no trabalho rural permanece, como já observado neste relatório, atravessada por hierarquias raciais, com efeitos diretos sobre as condições de trabalho e renda.

TABELA 25: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR FAIXA ETÁRIA: VSF X SERRA GAÚCHA - RAIS 2024

TIPO DE VÍNCULO	SERRA GAÚCHA			VALE DO SÃO FRANCISCO		
	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)
Até 17 anos	30	0,1%	841,19	1	0,0%	0,00
18 a 24 anos	519	1,3%	923,09	75	0,1%	581,18
25 a 29 anos	10.364	26,7%	1.367,76	20.943	26,7%	1.221,32
30 a 39 anos	6.916	17,8%	1.403,70	14.910	19,0%	1.410,62
40 a 49 anos	9.017	23,3%	1.531,94	20.712	26,4%	1.508,63
50 a 64 anos	6.545	16,9%	1.668,52	14.783	18,8%	1.595,21
65 anos ou mais	4.824	12,4%	1.725,11	6.968	8,9%	1.576,75
Não identificada	551	1,4%	1.619,95	183	0,2%	1.708,84
Total — Faixa Etária	38.766	100,0%		78.575	100,0%	

Fonte: RAIS — Relação Anual de Informações Sociais · MTE · Acesso via Base dos Dados / BigQuery · Tabela: basedosdados.br_me_rais.microdados_vin-
culos · Ano: 2024 · Dicionários de campos: MTE/RAIS

Nota: Remuneração média — Média aritmética ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e território. Valores nominais em reais
referentes ao ano de 2024.

A distribuição por faixa etária dos dados da Tabela 25 mostra concentração dos vínculos nas idades centrais da vida laboral, especialmente entre 25 e 49 anos, em ambos os territórios. A faixa de 25 a 29 anos tem o mesmo peso relativo na Serra Gaúcha e no Vale do São Francisco, enquanto o Vale registra proporções mais elevadas entre 30 e 64 anos. Já a Serra Gaúcha apresenta participação relativamente maior de trabalhadores com 65 anos ou mais.

Esse quadro sugere diferenças na composição etária da força de trabalho entre os territórios, sem autorizar, porém, uma leitura simplificada de que um seria necessariamente mais jovem e o outro mais envelhecido. Em termos de rendimento, os dados indicam variações entre as faixas etárias, mas sem um padrão linear único entre os dois territórios. Por fim, é importante observar que a categoria “Até 17 anos” merece atenção específica, pois qualquer registro fora da categoria aprendiz levanta questão de trabalho infantil ou irregular.



Foto: Magnífic.

TABELA 26: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR ESCOLARIDADE: VSF X SERRA GAÚCHA · RAIS 2024

TIPO DE VÍNCULO	SERRA GAÚCHA			VALE DO SÃO FRANCISCO		
	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)
Analfabeto	253	0,7%	1.454,88	859	1,1%	1.295,67
Até 5ª incompleto (Fundamental I)	3.089	8,0%	1.147,23	5.889	7,5%	1.379,03
5ª completo (Fundamental I)	1.886	4,9%	1.360,14	3.085	3,9%	1.384,35
6ª a 9ª Fundamental	17.390	44,9%	1.477,00	12.524	15,9%	1.312,06
Fundamental completo	7.153	18,5%	1.518,63	13.372	17,0%	1.347,05
Médio incompleto	2.356	6,1%	1.438,73	10.799	13,7%	1.291,39
Médio completo	6.000	15,5%	1.466,38	29.873	38,0%	1.415,51
Superior incompleto	212	0,5%	2.682,24	482	0,6%	1.942,62
Superior completo	423	1,1%	5.983,01	1.676	2,1%	4.522,36
Mestrado	4	0,0%	5.934,22	12	0,0%	6.709,92
Total — Escolaridade	38.766	100,0%		78.575	100,0%	

Fonte: RAIS — Relação Anual de Informações Sociais · MTE · Acesso via Base dos Dados / BigQuery · Tabela: basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · Dicionários de campos: MTE/RAIS

Nota: Remuneração média — Média aritmética ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e território. Valores nominais em reais referentes ao ano de 2024.

Nota: Escolaridade — Ordenada do menor para o maior grau de instrução conforme dicionário MTE/RAIS. Códigos: 1=Analfabeto · 2=Até 5ª incompleto · 3=5ª completo · 4=6ª a 9ª Fund. · 5=Fund. completo · 6=Médio incompleto · 7=Médio completo · 8=Sup. incompleto · 9=Sup. completo · 10=Mestrado · 11=Doutorado

A distribuição por escolaridade na Tabela 26 revela perfis distintos entre os territórios. Na Serra Gaúcha, há forte concentração nos níveis fundamentais, especialmente entre a 6ª e 9ª série, enquanto no Vale do São Francisco observa-se maior participação relativa de trabalhadores com ensino médio completo. Apesar disso, os rendimentos mais elevados concentram-se entre os níveis superiores de escolaridade em ambos os territórios, ainda que esses grupos representem parcela reduzida do total. Esse padrão indica que, embora haja diferenças no perfil educacional, a valorização da escolaridade em termos de rendimento é restrita a níveis mais altos de formação.



Foto: Magnifico.

“[...] PELA ROTINA PESADA. A GENTE SABE QUE VOCÊ VAI PARA O CAMPO, TRABALHA ATÉ UMA MÉDIA DE 16 HORAS; QUEM TRABALHA COM PACKING HOUSE, POR EXEMPLO — TEM MULHERES QUE CHEGAM EM CASA ÀS 9 HORAS DA NOITE. CHEGA EM CASA, NÃO TEM MAIS ÂNIMO PARA ESTUDAR, PORQUE TAMBÉM TEM A CASA, TEM OS FILHOS, TEM O MARIDO, TEM TODAS AS TAREFAS DOMICILIARES PARA DAR CONTA”
(Dirigente sindical – Cadeias de Uva/Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

TABELA 27: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR TIPO DE VÍNCULO: VSF X SERRA GAÚCHA - RAIS 2024

TIPO DE VÍNCULO	SERRA GAÚCHA			VALE DO SÃO FRANCISCO		
	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NO TERRITÓRIO	REM. MÉDIA (R\$)
CLT / CLT Rural (prazo indeterminado)	2.078	5,4%	1.397,42	4.347	5,5%	1.722,00
CLT (prazo determinado)	876	2,3%	1.836,56	1.940	2,5%	1.566,45
Temporário (Lei 6.019/1974)	2.462	6,4%	1.865,45	13.050	16,6%	1.507,70
Contrato por prazo determinado — Rural	9.928	25,6%	1.199,34	3.997	5,1%	1.131,36
Aprendiz	2	0,0%	40,35	2	0,0%	1,27
Contrato Intermitente	617	1,6%	1.413,14	273	0,3%	1.268,22
Estatutário	15.863	40,9%	1.753,34	27.629	35,2%	1.688,48
Avulso — OGM0	—	—	—	277	0,4%	1.469,13
Avulso — Sindicato	506	1,3%	794,78	1.802	2,3%	634,47
Cooperado vinculado à cooperativa	615	1,6%	985,30	2.421	3,1%	1.183,75
Cooperado vinculado ao tomador	1.017	2,6%	1.295,16	408	0,5%	1.170,49
Diretor sem vínculo empregatício	4.802	12,4%	1.314,68	22.429	28,5%	1.166,76
Total — Tipo de Vínculo	38.766	100,0%		78.575	100,0%	

Fonte: RAIS — Relação Anual de Informações Sociais · MTE · Acesso via Base dos Dados / BigQuery · Tabela: basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · Dicionários de campos: MTE/RAIS

Nota: Tipo de Vínculo — Estatutário (código 20) - A presença de vínculos estatutários em cadeias da fruticultura privada é incoerente com a natureza do setor. Pode indicar erro de declaração pelo empregador. Recomenda-se cautela na interpretação desse dado.

Nota: Remuneração média - Média aritmética ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e território. Valores nominais em reais referentes ao ano de 2024.

Na Tabela 27, a distribuição por tipo de vínculo apresenta diferenças importantes na organização do trabalho entre os territórios. No Vale do São Francisco, destaca-se a maior participação de vínculos temporários, indicando forte dependência de formas de contratação associadas à sazonalidade produtiva. Já na Serra Gaúcha, observa-se maior presença relativa de vínculos por contrato por prazo determinado e de trabalhadores inseridos como produtores sem vínculo empregatício. Em ambos os casos, a presença de vínculos estatutários deve ser interpretada com cautela, conforme indicado na própria base de dados. Esses padrões sugerem que a dinâmica do emprego rural combina diferentes formas de inserção, com implicações diretas para a estabilidade e as condições de trabalho.

“VEM COM O PESSOAL DO MATO GROSSO E DO PARAGUAI, ENTÃO É MUITA GENTE [TRABALHANDO POR SAZONALIDADE PRODUTIVA] NÉ — ATÉ ÀS VEZES PARA ALMOÇAR FICA UM POUCO RUIM, NÉ?”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha, informação verbal)

Assim, nessa seção 5.3, a análise conjunta dos dados demonstra que o trabalho assalariado rural nas cadeias analisadas se estrutura a partir de diferenciações territoriais relevantes, combinando padrões distintos de inserção ocupacional, perfil da força de trabalho e formas de contratação. Embora haja elementos comuns, como a concentração nas idades centrais da vida laboral e a presença significativa de trabalhadores com níveis intermediários de



Foto: Magnific.

escolaridade, os territórios apresentam configurações específicas que influenciam diretamente as condições de trabalho.

No que se refere ao perfil dos trabalhadores, os dados indicam que desigualdades de gênero e raça seguem presentes nos dois territórios (de modo ainda mais proeminente, como já analisamos, a de raça). No que se refere a gênero, ainda que haja variações na participação feminina entre as cadeias, persistem diferenças de rendimento entre homens e mulheres. Já a distribuição por raça/cor revela composições distintas entre os territórios, com implicações para o acesso a melhores posições e níveis de remuneração, ultrapassando a categoria de gênero em termos de aspecto mais discriminante, mas caminhando juntamente com ela, como está demonstrado na análise da Tabela 12.

A análise etária, por sua vez, aponta para a centralidade das faixas intermediárias da vida laboral, ao mesmo tempo em que revela diferenças na composição entre os territórios, sem configurar um padrão único de envelhecimento ou rejuvenescimento da força de trabalho. Já em relação à escolaridade, embora se observem perfis distintos, os maiores níveis de rendimento seguem associados aos níveis mais elevados de instrução, que ainda representam uma parcela reduzida dos vínculos analisados.

Por fim, os dados sobre tipo de vínculo reforçam que a organização do trabalho rural está fortemente associada às características produtivas de cada território. A maior presença de vínculos temporários em determinados contextos dialoga diretamente com os padrões de sazonalidade observados anteriormente, enquanto a diversidade de formas de inserção evidencia a

coexistência de diferentes arranjos laborais, nem sempre associados a condições de maior estabilidade.

Em conjunto, esses resultados apontam que o trabalho rural nas cadeias analisadas não pode ser compreendido de forma homogênea. Ao contrário, ele se organiza a partir da interação entre estrutura produtiva, território e características sociais da força de trabalho, produzindo configurações específicas de desigualdade e de acesso a direitos. Nesse sentido, essa leitura é fundamental para avançar na compreensão das dinâmicas do setor e subsidiar análises mais aprofundadas sobre condições de trabalho e organização coletiva.

5.4. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES: COMPARATIVO ENTRE AS CADEIAS DE UVA, MAÇA E MANGA

Esta seção aprofunda a análise das cadeias produtivas de uva, manga e maçã a partir de uma perspectiva comparativa, buscando identificar como características do perfil da força de trabalho, incluindo sexo, raça/cor, faixa etária, escolaridade e rendimento, distribuem-se entre as diferentes culturas. O objetivo é compreender em que medida as especificidades produtivas de cada cadeia se traduzem em padrões distintos de inserção ocupacional, evitando generalizações sobre o trabalho rural e ressaltando heterogeneidades internas que são relevantes para a análise das condições de trabalho.

TABELA 28: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR SEXO: CADEIAS DE MANGA, MAÇÃ E UVA

CATEGORIA	MANGA			MAÇÃ			UVA		
	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)
Masculino	14.739	67,5%	1.527,97	28.814	84,1%	R\$ 1.568,49	32.686	53,4%	1.455,80
Feminino	7.096	32,5%	1.434,50	5.449	15,9%	R\$ 1.460,40	28.557	46,6%	1.319,53
Total — Sexo	21.835	100,0%		34.263	100,0%		61.243	100,0%	

Fonte — RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · 21 municípios do VSF (BA/PE) e Serra Gaúcha (RS)

Remuneração média — Média ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e cadeia · Valores nominais em reais · Ano de referência: 2024

Manga — Exclusivamente no Vale do São Francisco (BA/PE) · CNAE 133410 / Maçã — Exclusivamente na Serra Gaúcha (RS) · CNAE 133407 / Uva — Presente nos dois territórios (VSF e Serra Gaúcha) · CNAE 132600 · Os dados de uva agregam ambos os territórios nesta tabela.

A Tabela 28 apresenta diferenças importantes na composição por sexo e na remuneração média entre as cadeias de manga, maçã e uva. A maçã apresenta a maior predominância masculina, com 28.814 vínculos masculinos, equivalentes a 84,1% da cadeia, enquanto as mulheres somam 5.449 vínculos, ou 15,9%. Na manga, os homens também são maioria, com 14.739 vínculos e 67,5% do total, frente a 7.096 vínculos femininos e 32,5%. A uva, por sua vez, é a cadeia mais equilibrada em termos relativos, com 32.686 vínculos masculinos (53,4%) e 28.557 vínculos femininos (46,6%), o que a distingue das demais culturas analisadas.

Em termos remuneratórios, a Tabela 28 também mostra que a presença relativamente maior de mulheres em uma cadeia não elimina desigualdades salariais. Na manga, a remuneração média masculina é de R\$ 1.527,97, acima da feminina, de R\$ 1.434,50. Na maçã, a diferença também se mantém, com R\$ 1.568,49 para homens e R\$ 1.460,40 para mulheres. Na uva, embora a participação feminina seja mais elevada, o diferencial permanece expressivo: R\$ 1.455,80 entre os homens e R\$ 1.319,53 entre as mulheres. Assim, a tabela sugere que maior participação feminina não se traduz automaticamente em maior equidade salarial, indicando a persistência de hierarquias de gênero mesmo em cadeias com composição mais equilibrada.

Comparativamente, a Tabela 28 mostra ainda que a maçã combina a menor participação feminina com a maior remuneração média para ambos os sexos, enquanto a uva combina a maior participação feminina com os menores rendimentos médios femininos entre as três cadeias. A manga ocupa posição intermediária nos dois aspectos. Esse contraste é analiticamente relevante porque indica que as diferenças entre cadeias não se resumem à composição da mão de obra, mas envolvem também formas distintas de valorização do trabalho e de distribuição desigual da remuneração entre homens e mulheres.

TABELA 29: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR RAÇA/COR: CADEIAS DE MANGA, MAÇÃ E UVA

CATEGORIA	MANGA			MAÇÃ			UVA		
	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)
Indígena	201	0,9%	1.366,24	7.337	21,4%	1.401,94	374	0,6%	992,21
Branca	2.081	9,5%	1.861,64	10.087	29,4%	1.749,46	12.881	21,0%	1.411,66
Preta	1.035	4,7%	1.395,02	1.252	3,7%	1.512,92	3.290	5,4%	1.400,89
Amarela	154	0,7%	1.881,20	198	0,6%	1.251,50	373	0,6%	1.491,43
Parda	17.987	82,4%	1.459,17	15.249	44,5%	1.497,79	43.686	71,3%	1.389,03
Não identificada	377	1,7%	1.515,99	140	0,4%	1.696,37	639	1,0%	1.353,78
Total — Raça/Cor	21.835	100,0%		34.263	100,0%		61.243	100,0%	

Fonte — RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · 21 municípios do VSF (BA/PE) e Serra Gaúcha (RS)

Remuneração média — Média ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e cadeia · Valores nominais em reais · Ano de referência: 2024
Manga — Exclusivamente no Vale do São Francisco (BA/PE) · CNAE 133410 / Maçã — Exclusivamente na Serra Gaúcha (RS) · CNAE 133407 / Uva — Presente nos dois territórios (VSF e Serra Gaúcha) · CNAE 132600 · Os dados de uva agregam ambos os territórios nesta tabela.

Na Tabela 29, é possível observar que a composição racial da força de trabalho varia significativamente entre as cadeias e territórios, ao mesmo tempo em que revela desigualdades persistentes nos níveis de remuneração. No Vale do São Francisco, a cadeia de manga apresenta forte predominância de trabalhadores pardos, que representam 82,4% dos vínculos (17.987), seguidos por brancos (9,5%) e pretos (4,7%). Na uva, esse padrão também se mantém, com 71,3% de trabalhadores pardos (43.686 vínculos), enquanto os brancos correspondem a 21% e os pretos a 5,4%.

Já na Serra Gaúcha, os trabalhadores pardos seguem sendo maioria, mas com um percentual relativo menor (44,5%), seguidos de trabalhadores brancos (29,4%) e, algo que se diferencia significativamente dos outros contextos, com uma participação relevante de trabalhadores indígenas (21,4%, com 7.337 vínculos).

Em termos de rendimento, observa-se que trabalhadores brancos apresentam, em geral, maiores remunerações médias. Na manga, a média entre brancos é de R\$ 1.861,64, superior à de pardos (R\$ 1.459,17) e pretos (R\$ 1.395,02). Na maçã, o mesmo padrão se repete, com R\$ 1.749,46 para brancos, frente a R\$ 1.497,79 para pardos. Na uva, embora as diferenças sejam menores, os trabalhadores brancos ainda apresentam média superior (R\$ 1.411,66) em relação aos pardos (R\$ 1.389,03) e pretos (R\$ 1.400,89).

Esses dados indicam que as cadeias produtivas não apenas refletem as diferenças raciais dos territórios em que se inserem, mas também reproduzem desigualdades de rendimento entre grupos raciais, ainda que em intensidades distintas entre as culturas.



TABELA 30: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR FAIXA ETÁRIA: CADEIAS DE MANGA, MAÇÃ E UVA

CATEGORIA	MANGA			MAÇÃ			UVA		
	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)
Até 17 anos	1	0,0%	0,00	28	0,1%	844,17	2	0,0%	799,50
18 a 24 anos	42	0,2%	461,07	509	1,5%	925,28	43	0,1%	752,19
25 a 29 anos	5.902	27,0%	1.234,42	9.249	27,0%	1.410,83	16.156	26,4%	1.201,98
30 a 39 anos	4.325	19,8%	1.455,64	6.098	17,8%	1.450,05	11.403	18,6%	1.368,26
40 a 49 anos	5.796	26,5%	1.596,58	7.972	23,3%	1.568,13	15.961	26,1%	1.460,14
50 a 64 anos	3.804	17,4%	1.713,50	5.789	16,9%	1.714,67	11.735	19,2%	1.538,82
65 anos ou mais	1.893	8,7%	1.682,56	4.201	12,3%	1.809,41	5.698	9,3%	1.495,67
Não identificada	72	0,3%	1.976,20	417	1,2%	1.769,11	245	0,4%	1.327,78
Total — Faixa Etária	21.835	100,0%		34.263	100,0%		61.243	100,0%	

Fonte RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · 21 municípios do VSF (BA/PE) e Serra Gaúcha (RS)

Remuneração média — Média ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e cadeia · Valores nominais em reais · Ano de referência: 2024

Manga — Exclusivamente no Vale do São Francisco (BA/PE) · CNAE 133410 / Maçã — Exclusivamente na Serra Gaúcha (RS) · CNAE 133407 / Uva — Presente nos dois territórios (VSF e Serra Gaúcha) · CNAE 132600 · Os dados de uva agregam ambos os territórios nesta tabela.

A Tabela 30 mostra que a força de trabalho nas cadeias analisadas se concentra nas faixas etárias centrais da vida laboral, especialmente entre 25 e 49 anos, padrão que se repete nas três culturas. Na manga, essas faixas somam mais da metade dos vínculos, com destaque para o grupo de 25 a 29 anos (27%) e 40 a 49 anos (26,5%). Na uva, observa-se concentração semelhante, com 26,4% entre 25 e 29 anos e 26,1% entre 40 e 49 anos, enquanto na maçã a distribuição é mais dispersa, embora ainda centrada nas faixas intermediárias.

Em termos de rendimento, os dados indicam variação ao longo do ciclo de vida. De modo geral, trabalhadores mais jovens apresentam menores rendimentos, como na manga, em que o grupo de 18 a 24 anos recebe em média R\$ 461,07, enquanto faixas mais elevadas, como 65 anos ou mais, alcançam R\$ 1.682,56. Padrão semelhante é observado na maçã e na uva, ainda que com variações nos valores absolutos.

Ao mesmo tempo, os dados mostram que os rendimentos não aumentam de forma linear com a idade, sugerindo que a permanência no trabalho não garante, necessariamente, progressão salarial contínua. Esse padrão reforça a importância de considerar a idade não apenas como fator demográfico, mas como elemento associado às condições de inserção e à dinâmica das ocupações nas cadeias produtivas. No caso das pessoas com 65 anos ou mais, é importante considerar as análises já realizadas acerca do baixo índice de proteção e Previdência Social.



TABELA 31: RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR ESCOLARIDADE: CADEIAS DE MANGA, MAÇÃ E UVA

CATEGORIA	MANGA			MAÇÃ			UVA		
	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)	VÍNCULOS	% NA CADEIA	REM. MÉDIA (R\$)
Analfabeto	350	1,6%	1.319,10	233	0,7%	1.483,85	529	0,9%	1.273,42
Até 5ª incompleto (Fundamental I)	1.757	8,0%	1.354,66	2.875	8,4%	1.153,87	4.346	7,1%	1.373,08
5ª completo (Fundamental I)	1.099	5,0%	1.376,59	1.226	3,6%	1.635,57	2.646	4,3%	1.253,91
6ª a 9ª Fundamental	2.793	12,8%	1.342,22	16.464	48,1%	1.493,47	10.657	17,4%	1.293,06
Fundamental completo	2.392	11,0%	1.411,41	6.449	18,8%	1.561,48	11.684	19,1%	1.320,57
Médio incompleto	3.103	14,2%	1.284,77	2.059	6,0%	1.489,98	7.993	13,1%	1.286,23
Médio completo	9.392	43,0%	1.427,89	4.459	13,0%	1.617,39	22.022	36,0%	1.383,21
Superior incompleto	207	0,9%	1.936,98	170	0,5%	2.733,89	317	0,5%	2.016,60
Superior completo	735	3,4%	4.610,52	325	0,9%	6.332,31	1.039	1,7%	4.488,50
Mestrado	5	0,0%	6.640,08	3	0,0%	7.630,22	8	0,0%	6.020,61
Doutorado	2	0,0%	0,00	—	—	—	2	0,0%	2.399,84
Total — Escolaridade	21.835	100,0%		34.263	100,0%		61.243	100,0%	

Fonte — RAIS · MTE · Base dos Dados / BigQuery · basedosdados.br_me_rais.microdados_vinculos · Ano: 2024 · 21 municípios do VSF (BA/PE) e Serra Gaúcha (RS)

Remuneração média — Média ponderada pelo número de vínculos dentro de cada categoria e cadeia · Valores nominais em reais · Ano de referência: 2024

Manga — Exclusivamente no Vale do São Francisco (BA/PE) · CNAE 133410 / Maçã — Exclusivamente na Serra Gaúcha (RS) · CNAE 133407 / Uva — Presente nos dois territórios (VSF e Serra Gaúcha) · CNAE 132600 · Os dados de uva agregam ambos os territórios nesta tabela.

Escaridade — Ordenada do menor para o maior grau conforme dicionário MTE/RAIS · 1=Analfabeto · 2=Até 5ª incompleto · 3=5ª completo · 4=6ª a 9ª Fund. · 5=Fund. completo · 6=Médio incompleto · 7=Médio completo · 8=Sup. incompleto · 9=Sup. completo · 10=Mestrado · 11=Doutorado

A Tabela 31 apresenta que a escolaridade exerce influência relevante sobre os níveis de rendimento, ainda que a força de trabalho esteja concentrada em níveis intermediários de instrução. Na cadeia de uva, por exemplo, 36% dos vínculos correspondem a trabalhadores com ensino médio completo (22.022 vínculos), com remuneração média de R\$ 1.383,21, enquanto na manga essa mesma categoria representa 43% (9.392 vínculos), com média de R\$ 1.427,89.

Nas cadeias analisadas, os níveis mais baixos de escolaridade estão associados a rendimentos menores. Na manga, trabalhadores analfabetos recebem em média R\$ 1.319,10, enquanto aqueles com ensino médio completo recebem R\$ 1.427,89. Na maçã, a diferença é ainda mais acentuada: trabalhadores com ensino superior completo atingem média de R\$ 2.733,89, significativamente acima dos níveis médios e básicos.

Apesar disso, a presença de trabalhadores com ensino superior é reduzida nas três cadeias, indicando que o trabalho rural formal se estrutura majoritariamente em ocupações que demandam menor qualificação formal. Assim, embora a escolaridade esteja associada a melhores rendimentos, sua baixa distribuição no conjunto dos vínculos limita seu impacto mais amplo sobre a estrutura salarial das cadeias.

Encerrando a seção 5.4, a análise comparativa entre as cadeias de manga, maçã e uva demonstra que o trabalho assalariado rural é marcado por diferenças internas relevantes, tanto na composição da força de trabalho quanto nos níveis de rendimento. As variações observadas por sexo, raça/cor, faixa etária e escolaridade mostram que cada cadeia mobiliza perfis distintos de trabalhadores, refletindo tanto as características produtivas quanto os contextos territoriais em que se inserem.

Ao mesmo tempo, os dados revelam padrões estruturais que atravessam as cadeias, como a concentração em níveis intermediários de escolaridade, a predominância das faixas etárias centrais e a persistência de desigualdades de rendimento associadas a gênero e raça. Mesmo quando há maior diversidade na composição da força de trabalho, essas desigualdades não desaparecem, indicando que a organização do trabalho rural reproduz hierarquias sociais mais amplas.

Nesse sentido, a análise reforça que as condições de trabalho nas cadeias produtivas não podem ser compreendidas apenas a partir de indicadores agregados de formalização ou rendimento médio. É necessário considerar a forma como diferentes grupos se distribuem no interior dessas cadeias, uma vez que é nessa distribuição que se materializam as desigualdades que estruturam o trabalho rural no Brasil.

5.5. RISCO À SAÚDE E SEGURANÇA NOS TERRITÓRIOS

Esta seção analisa os riscos à saúde e à segurança no trabalho nas cadeias produtivas de manga, uva e maçã, a partir de dados de Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT). Diferentemente das seções anteriores, os dados aqui apresentados devem ser interpretados com cautela, já refletem apenas os casos notificados formalmente, não captando a totalidade dos acidentes ocorridos. Ainda assim, permitem identificar padrões relevantes de distribuição territorial, temporal e ocupacional dos acidentes, que dialogam com as formas de organização do trabalho já analisadas ao longo do capítulo.

TABELA 32: COMUNICAÇÕES DE ACIDENTE DE TRABALHO (CATS) – DADOS ABERTOS DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2025 – SG E VSF

TOTAL DE NOTIFICAÇÕES	SERRA GAÚCHA	VALE DO SÃO FRANCISCO
400	152	248
jan-out 2025	38,0% · 5 municípios com registro	62,0% · 4 municípios com registro

Fonte: Dados Abertos do Governo Federal. Retirado de <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/comunicacoes-de-acidente-de-trabalho-cat-plano-de-dados-abertos-jun-2023-a-jun-2025>

A Tabela 32 indica a distribuição geral das notificações de acidentes de trabalho entre os territórios analisados. No período de janeiro a outubro de 2025, foram registradas 400 notificações, sendo 62% no Vale do São Francisco (248) e 38% na Serra Gaúcha (152). Esse resultado deve ser interpretado com cautela, pois não permite concluir diretamente sobre maior incidência de acidentes em um território ou outro. Em vez disso, sugere diferenças na combinação entre volume de trabalho formal, capacidade de registro e dinâmica produtiva, aspectos que já foram discutidos nas seções anteriores.

TABELA 33: CAT: NOTIFICAÇÃO POR MUNICÍPIO

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	N	%
Serra Gaúcha	Vacaria	119	29,8%
	Garibaldi	11	2,8%
	Bom Jesus	10	2,5%
	Caxias do Sul	9	2,2%
	Bento Gonçalves	3	0,8%
Vale do São Francisco	Petrolina	195	48,8%
	Lagoa Grande	39	9,8%
	Santa Maria da Boa Vista	8	2,0%
	Bom Jesus (PE/BA)	6	1,5%
	13 municípios sem nenhum registro	0	—

Fonte: Dados Abertos do Governo Federal. Retirado de <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/comunicacoes-de-acidente-de-trabalho-cat-plano-de-dados-abertos-jun-2023-a-jun-2025>

A Tabela 33 mostra forte concentração das notificações em poucos municípios. Petrolina (195 registros) e Vacaria (119) respondem, juntos, por parcela expressiva do total, indicando que os acidentes registrados se concentram nos principais polos produtivos das cadeias analisadas. Esse padrão é consistente com a concentração territorial da produção e do emprego formal já identificada ao longo do relatório.

Ao mesmo tempo, observa-se que 13 dos 21 municípios não registraram nenhuma CAT no período, o que não pode ser concluído como ausência de acidentes e/ou possível ausência de notificação. O que dá para afirmar é que esse dado dialoga com a heterogeneidade das formas de inserção no trabalho rural, especialmente com a presença de vínculos temporários e informais discutida nas seções anteriores, que podem limitar o registro formal de acidentes.

TABELA 34: CAT: SAZONALIDADE (NOTIFICAÇÕES POR MÊS)

MÊS	SERRA GAÚCHA	VALE DO S. FRANCISCO	Total
Janeiro	1	6	7
Fevereiro	8	5	13
Março	6	6	12
Abril	5	6	11
Maio	6	8	14
Junho	50	73	123
Julho	13	25	38
Agosto	21	27	48
Setembro	24	45	69
Outubro	18	47	65
Total jan-out	152	248	400

Fonte: Dados Abertos do Governo Federal. Retirado de <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/comunicacoes-de-acidente-de-trabalho-cat-plano-de-dados-abertos-jun-2023-a-jun-2025>

A Tabela 34 mostra a distribuição mensal das notificações, apresentando variações ao longo do ano. Observa-se aumento expressivo no número de registros a partir de junho, com pico nesse mês (123 notificações) e manutenção de níveis elevados até outubro.

Esse padrão é coerente com a análise da sazonalidade do emprego apresentada anteriormente, na medida em que períodos de maior movimentação do trabalho tendem a concentrar maior número de ocorrências registradas. Ao mesmo tempo, os baixos volumes observados entre janeiro e maio podem refletir tanto menor intensidade das atividades quanto limitações na formalização e no registro de acidentes em determinados períodos.

Em relação a esse aspecto, as entrevistas revelam um descompasso significativo entre os registros oficiais e a experiência vivida dos trabalhadores no que se refere à saúde e segurança no trabalho. Destaca-se a subnotificação sistemática de agravos à saúde, especialmente relacionados à exposição a agrotóxicos, acidentes de trabalho e adoecimento mental.

“DE CADA 50 PESSOAS INTOXICADAS, SÓ UMA TEM REGISTRO. NO POSTO DE SAÚDE NÃO COLOCAM COMO INTOXICAÇÃO.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

No cotidiano de trabalho, os relatos apontam para uma combinação de exposição contínua a agentes químicos, condições inadequadas de higiene e restrição de pausas, com impactos diretos sobre a saúde.

“A GENTE TRABALHA COM MUITO VENENO. TEM MUITA INFECÇÃO, MUITA COCEIRA, PROBLEMA DE SAÚDE MESMO.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal).

Esses elementos indicam que os dados disponíveis capturam apenas parcialmente a realidade, reforçando a necessidade de cautela na interpretação das estatísticas oficiais.

TABELA 35: CAT: SEXO POR TERRITÓRIO

TERRITÓRIO	MASCULINO	% MASC.	FEMININO	% Fem.
Serra Gaúcha	114	75,0%	36	24,0%
Vale do São Francisco	137	55,2%	111	44,8%

Fonte: Dados Abertos do Governo Federal. Retirado de <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/comunicacoes-de-acidente-de-trabalho-cat-plano-de-dados-abertos-jun-2023-a-jun-2025>



A Tabela 35 apresenta a distribuição das notificações por sexo. Na Serra Gaúcha, os homens representam 75% dos registros, enquanto no Vale do São Francisco há maior equilíbrio relativo, com 55,2% masculinos e 44,8% femininos.

Essa diferença deve ser analisada em diálogo com a composição da força de trabalho apresentada nas seções anteriores, que indicam variações na participação feminina entre territórios e cadeias. Os dados sugerem que a distribuição dos acidentes acompanha, ao menos em parte, essa composição, sem permitir, no entanto, conclusões diretas sobre maior ou menor exposição ao risco entre homens e mulheres.

TABELA 36: CAT: AGENTE CAUSADOR

AGENTE CAUSADOR	SERRA GAÚCHA	VALE DO SÃO FRANCISCO	Total
Queda / superfície	42	75	117
Animal ou vegetal	8	35	43
Ferramenta manual	13	24	37
Máquina agrícola / trator	13	10	23
Transporte	5	13	18
Substância química	9	8	17
Outros / não classificado	62	83	145

Fonte: Dados Abertos do Governo Federal. Retirado de <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/comunicacoes-de-acidente-de-trabalho-cat-plano-de-dados-abertos-jun-2023-a-jun-2025>

A Tabela 36 apresenta os agentes causadores dos acidentes, indicando que quedas e superfícies são o grupo mais frequente (117 registros), seguido por categorias como contato com animais ou vegetais (43) e uso de ferramentas manuais (37). Observa-se também presença de acidentes relacionados a máquinas agrícolas e transporte, ainda que em menor volume. A categoria “outros ou não classificados”, que reúne 145 registros, destaca limitações importantes na qualidade da informação disponível, indicando que parte significativa dos acidentes não possui detalhamento suficiente sobre sua causa.

“SE NÃO TIVER A CAT, VOCÊ NÃO CONSEGUE COMPROVAR. ATÉ POUCO TEMPO AS PESSOAS NÃO SABIAM QUE ELAS MESMAS PODERIAM PREENCHER A CAT NO PRÓPRIO SITE, NO PRÓPRIO APLICATIVO DO INSS, OU O SINDICATO FAZER O PREENCHIMENTO. MUITAS PESSOAS ÀS VEZES SÓ FAZEM O ACIDENTE LÁ, A EMPRESA NÃO PREENCHE A CAT, VAI PRO INSS, ENTRA NO AUXÍLIO-DOENÇA NORMAL, E A EMPRESA, QUANDO SE NEGA A PREENCHER A CAT, AÍ TEM QUE ENTRAR COM PROCESSO, TEM TODA UMA BUROCRACIA QUE TEM QUE SER — ÀS VEZES O TRABALHADOR, A TRABALHADORA DESISTE PELO SIMPLES FATO DA DEMORA. TEM GENTE QUE PREFERE NEM FAZER.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

Em conjunto, os dados sugerem diversidade de riscos associados às atividades analisadas, distribuídos entre operações manuais, interação com o ambiente e uso de equipamentos, em linha com a heterogeneidade das formas de trabalho discutidas nas seções anteriores. Além disso, a organização do trabalho orientada por metas emerge como um dos principais mecanismos de intensificação do trabalho nas cadeias analisadas. A busca pelo cumprimento de metas diárias de produção altera o ritmo de trabalho e impacta diretamente as condições de saúde e bem-estar dos trabalhadores, levando à redução de pausas e à negligência de necessidades básicas.

“QUANDO PEGA PRODUÇÃO, NINGUÉM VAI NO BANHEIRO, NINGUÉM BEBE ÁGUA. FICA NAQUELA CORRERIA.”
(TRABALHADORA RURAL – CADEIA DE UVA, VALE DO SÃO FRANCISCO, INFORMAÇÃO VERBAL).

Esse padrão reforça uma lógica de controle que articula produtividade e disciplina do corpo, transferindo para o trabalhador o risco associado ao não cumprimento das metas e aprofundando processos de desgaste físico e adoecimento.

TABELA 37: CBO E CADEIA DE FRUTAS

CBO	Ocupação	CADEIA PRODUTIVA (CNAE)	SG	VSF	N	%
622515	Trabalhador no cultivo de trepadeiras frutíferas	Cultivo de uva — 0132-6/00 (70); Fab. sucos (3)	0	73	73	18,2%
622505	Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	Cultivo de manga — 0133-4/10 (37); Cultivo de maçã — 0133-4/07 (26)	26	37	63	15,8%
621005	Trabalhador agropecuário	Frutas CNAE 133: maçã SG (5) + manga/outras VSF (53); Uva 0132-6/00 (8)	5	53	58	14,5%
641015	Tratorista agrícola	Frutas 0133-4 (19); Uva 0132-6/00 (13); Vinícola 1112 (4)	18	20	38	9,5%
622020	Trabalhador volante	Frutas 0133-4 (23); Uva 0132-6/00 (2); P&D agrícola (6)	18	13	31	7,8%
784205	Alimentador de linha / beneficiamento	Frutas 0133-4 (17); Uva 0132-6/00 (1); Avicultura (1)	18	1	19	4,8%
620105	Supervisor de exploração agropecuária	Frutas 0133-4 (4); Uva 0132-6/00 (2); Com. atacadista (2)	3	7	10	2,5%
784105	Embalador e afins	Frutas 0133-4 (6); Uva 0132-6/00 (2)	4	4	8	2,0%

Nota: 622515 = trepadeiras frutíferas (uva de mesa, vinho e suco — CNAE 0132-6/00) · 622505 = árvores frutíferas (manga 0133-4/10 e maçã 0133-4/07) · CNAE 0133-4 aparece truncado no arquivo CAT/INSS; subclasse identificada via território · Funções 784205 e 784105 integram a cadeia agroindustrial sem atuar diretamente na lavoura

A Tabela 37 permite observar a distribuição das notificações por ocupação (CBO), indicando concentração em atividades diretamente ligadas à produção agrícola, como trabalhadores no cultivo de trepadeiras frutíferas (73 registros) e de árvores frutíferas (63 registros).

Também aparecem, em menor volume, ocupações relacionadas à mecanização e ao apoio à produção, como tratoristas e trabalhadores em beneficiamento. Esse padrão indica que os acidentes registrados se distribuem ao longo das diferentes etapas da cadeia produtiva, não se restringindo exclusivamente ao trabalho no campo.

A presença de códigos ocupacionais mais genéricos, como trabalhador agropecuário, também sugere limitações na precisão do registro, aspecto que deve ser considerado na interpretação dos dados:

- **O CBO 622515**, trabalhador no cultivo de trepadeiras frutíferas, é o mais específico do conjunto. Ele identifica exclusivamente a cadeia de uva (0132-6/00), com 73 registros integralmente concentrados no Vale do São Francisco. Trata-se do código que melhor representa o trabalhador diretamente vinculado à colheita de uva, tanto para mesa quanto para vinho e suco no semiárido;
- **O CBO 622505**, trabalhador no cultivo de árvores frutíferas, está presente nos dois territórios e nas duas cadeias da forma relativamente equilibrada, com 37 registros na manga (Vale do São Francisco) e 26 na maçã (Serra Gaúcha). Isso decorre da abrangência do código, que engloba diferentes frutíferas arbóreas, funcionando como um bom indicador de perfil ocupacional compartilhado entre essas cadeias;
- **O CBO 621005**, trabalhador agropecuário, é mais genérico e aparece como o segundo maior em volume (58 registros). Sua forte concentração no Vale do São Francisco (53 de 58) sugere uso mais frequente desse código quando o cultivo específico não é detalhado, o que pode indicar tanto diversidade de atividades quanto limitações no preenchimento da CAT;
- **O CBO 641015**, tratorista agrícola, com 38 registros, apresenta distribuição equilibrada entre os dois territórios (Serra Gaúcha 18; Vale do São Francisco 20) e entre diferentes cadeias produtivas. Esse padrão indica que o risco associado ao uso de maquinário pesado está presente de forma transversal na fruticultura, independentemente da cultura ou da região;
- **O CBO 622020**, trabalhador volante, com 31 registros, tem maior concentração na Serra Gaúcha (18). Parte desses registros está associada a CNAEs de pesquisa e desenvolvimento agrícola, o que sugere que atividades menos diretamente vinculadas à produção também estão sujeitas a acidentes de trabalho registrados;
- **Os CBO's de apoio à cadeia**, como alimentador de linha e beneficiamento (784205), supervisor de exploração agropecuária (620105) e embalador (784105), somam 37 registros. Esses dados mostram que os acidentes não se restringem às atividades de campo, estando também presentes em etapas de beneficiamento e processamento, especialmente em contextos com maior estrutura agroindustrial.



Foto: Magnific.

TABELA 38: NATUREZA DA LESÃO POR CADEIA PRODUTIVA

CADEIA PRODUTIVA	LESÃO IMEDIATA	DISTENSÃO / TORÇÃO	CONTUSÃO / ESMAGAMENTO	CORTE / LACERAÇÃO	FRATURA	ESCORIAÇÃO / ABRASÃO	OUTRAS	TOTAL
Maçã — 0133-4/07 (Serra Gaúcha)	52	20	27	29	20	21	31	125
Manga — 0133-4/10 (Vale do S. Francisco)	23	11	10	10	7	10	4	75
Uva — 0132-6/00	26	35	18	13	15	13	30	150
Beneficiamento / indústria	0	1	0	3	1	2	3	10
Outros setores	3	1	9	7	4	2	14	40

Nota: Separação por cadeia: CNAE 0133-4 em SG = maçã (0133-4/07); CNAE 0133-4 em VSF = manga (0133-4/10); CNAE 0132-6/00 = uva. 'Lesão imediata' inclui casos sem especificação da natureza.

A Tabela 38 traz a natureza das lesões, indicando distribuição relativamente diversificada entre tipos de ocorrência. Na cadeia de uva, observa-se maior número absoluto de registros (150 casos), seguida pela maçã (125) e pela manga (75).

Entre os tipos de lesão, destacam-se categorias como lesões imediatas, distensões, contusões e cortes, sem predominância absoluta de um único tipo em todas as cadeias. Esse padrão sugere que os acidentes registrados estão associados a diferentes situações de trabalho, o que se liga à diversidade de atividades e arranjos produtivos identificados ao longo do relatório e, também, às condições de informalidade, temporalidade do trabalho, baixa proteção social e não significativo engajamento nas organizações de base de direitos, que possam articular de modo mais fortalecido as demandas relativas às condições e segurança de trabalho.

Esse processo se complexifica na medida em que, nas entrevistas, outro aspecto recorrente diz respeito à distância entre os padrões formais exigidos por certificações e a realidade das condições de trabalho.

“QUANDO TEM CERTIFICAÇÃO, ELES ARRUMAM TUDO ANTES. MAS A REALIDADE DO DIA A DIA É OUTRA.”

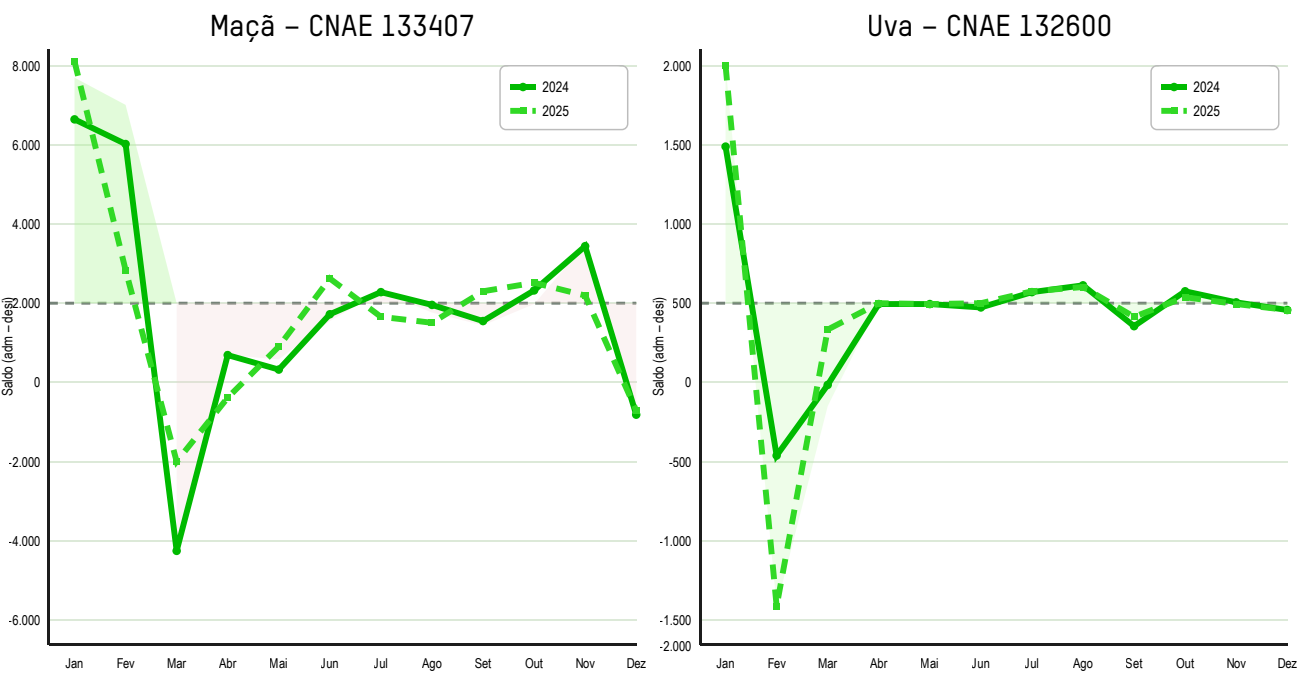
(Trabalhador rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal).

Essa percepção é reforçada por relatos de preparação prévia das empresas para auditorias, o que pode limitar a efetividade desses mecanismos como instrumentos de garantia de condições dignas de trabalho.

6. DINÂMICAS DE EMPREGO

Esta seção analisa as dinâmicas de emprego nas cadeias produtivas de uva, manga e maçã a partir dos saldos mensais de admissões e desligamentos, com foco na identificação de padrões sazonais e suas variações entre territórios. A análise busca compreender não apenas a intensidade da movimentação do emprego formal, mas também sua regularidade ao longo do tempo, considerando como os ciclos produtivos se traduzem em padrões recorrentes de contratação e desligamento.

GRÁFICO 8: SAZONALIDADE SERRA GAÚCHA: SALDO MENSAL DE EMPREGO FORMAL



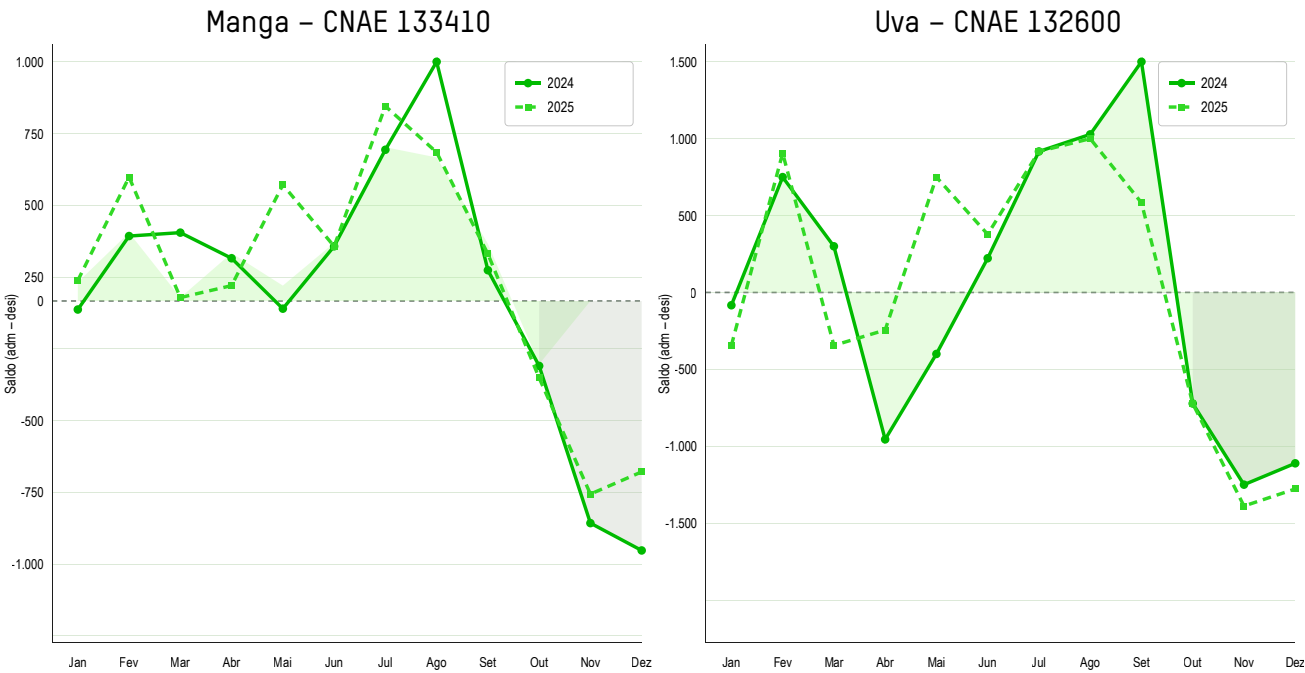
Na análise do Gráfico 8, a cadeia de maçã na Serra Gaúcha apresenta o padrão sazonal mais intenso entre as cadeias analisadas. Em 2024, observa-se pico de saldo positivo em janeiro (+5.661) e fevereiro (+5.005), seguido de queda abrupta em março (-6.281), o maior valor negativo registrado no conjunto analisado. Em 2025, o padrão se repete, com pico em janeiro (+8.160) e nova retração em março (-4.081).

O saldo acumulado ao longo dos 24 meses é próximo de zero (-17), mostrando que o volume de admissões e desligamentos tende a se equilibrar no ciclo anual. Esse comportamento sugere que a cadeia opera com forte concentração de contratações em períodos específicos do ano, seguidos por desligamentos igualmente concentrados, caracterizando um padrão sazonal consistente.

Na cadeia de uva na Serra Gaúcha, o padrão sazonal também está presente, mas com menor intensidade. Os picos de saldo positivo ocorrem em janeiro (2024: +1.488; 2025: +2.047), seguidos por retração já em fevereiro (2024: -972; 2025: -1.906).

O saldo acumulado dos 24 meses é praticamente neutro (+8), indicando baixa variação líquida no período. Em comparação com a maçã, a uva apresenta menor volume de movimentação formal, o que sugere uma dinâmica de contratação menos concentrada, ainda que igualmente associada ao ciclo produtivo.

GRÁFICO 9: SAZONALIDADE VALE DO SÃO FRANCISCO: SALDO MENSAL DE EMPREGO FORMAL



O Gráfico 9 mostra que a cadeia de manga no Vale do São Francisco possui sazonalidade menos concentrada, com maior número de meses com saldo positivo ao longo do ano: sete em 2024 e nove em 2025. Os picos ocorrem em agosto de 2024 (+1.001) e julho de 2025 (+683).

Diferentemente das cadeias da Serra Gaúcha, o saldo acumulado dos 24 meses é positivo (+1.602), sinalizando expansão líquida do emprego formal no período. Esse comportamento sugere uma distribuição mais contínua das contratações ao longo do ano, ainda que com variações sazonais.

A cadeia de uva no Vale do São Francisco apresenta seis meses com saldo positivo em cada ano analisado, com picos concentrados entre agosto e outubro (2024: setembro +1.657; 2025: agosto +989). Os menores saldos estão em novembro nos dois anos (2024: -1.258; 2025: -1.353).

O saldo acumulado também é positivo (+695), com crescimento líquido do emprego formal. Em comparação com a uva da Serra Gaúcha, observa-se maior volume de movimentação no Vale do São Francisco, ainda que os dados não permitam, isoladamente, qualificar as diferenças em termos de intensidade de uso da força de trabalho.

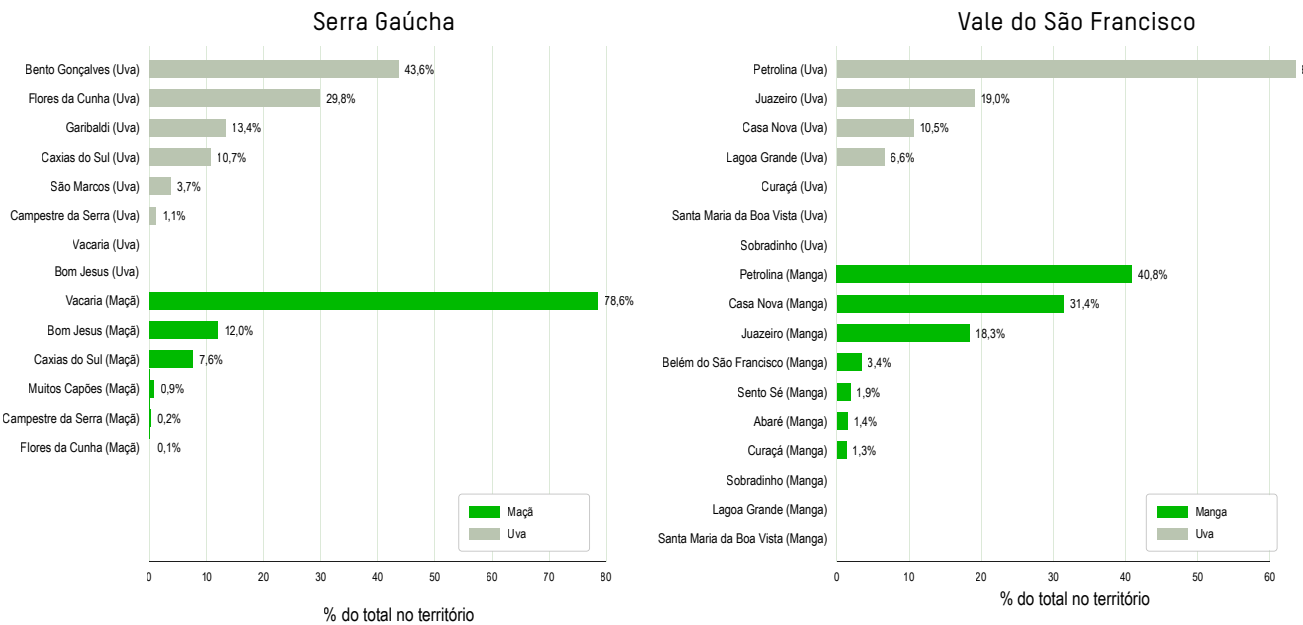
Conjugando a análise dos Gráficos 8 e 9, a comparação entre os territórios apresenta que os picos sazonais ocorrem em períodos distintos do ano. Na Serra Gaúcha, as admissões se concentram nos meses de janeiro e fevereiro, enquanto no Vale do São Francisco os picos

verificam-se entre julho e outubro. Além disso, as séries de 2024 e 2025 apresentam trajetórias semelhantes em todas as cadeias, indicando regularidade temporal dos ciclos de contratação. Esse padrão sugere que a sazonalidade observada não é episódica, mas estruturante da organização do emprego formal nas cadeias analisadas.



Foto: Magnific.

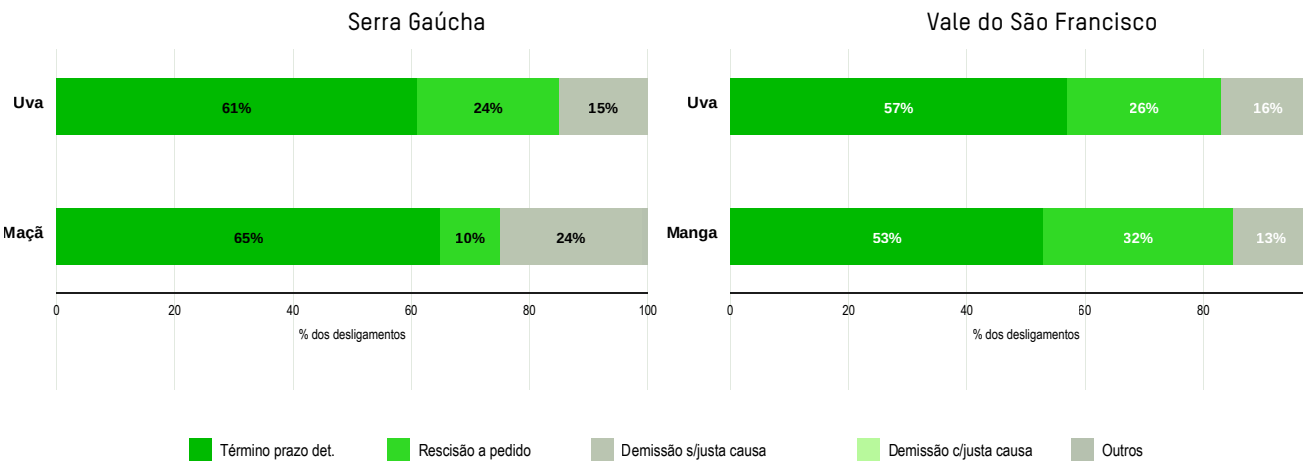
GRÁFICO 10: CONCENTRAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES POR MUNICÍPIO – JAN./2024 - DEZ./2025



A análise da distribuição territorial da movimentação formal mostrada no Gráfico 10 demonstra diferentes padrões de concentração entre cadeias e territórios. Na maçã da Serra Gaúcha, três municípios concentram 99,1% da movimentação: Vacaria (79,6%), Bom Jesus (12%) e Caxias do Sul (7,6%). Já na uva, a distribuição é mais pulverizada, com destaque para Bento Gonçalves (41,6%), Flores da Cunha (29,8%) e Garibaldi (13,4%).

No Vale do São Francisco, a uva tem forte concentração em Petrolina (63,5%), seguida por Juazeiro (19%) e Casa Nova (10,5%). Na manga, a distribuição também se concentra em três municípios principais - Petrolina (40,8%), Casa Nova (31,4%) e Juazeiro (18,3%) – que, juntos, respondem por mais de 90% da movimentação.

GRÁFICO 11: MOTIVOS DE DESLIGAMENTO POR CADEIA E TERRITÓRIO – SG E VSF – JAN./2024 - DEZ./2025

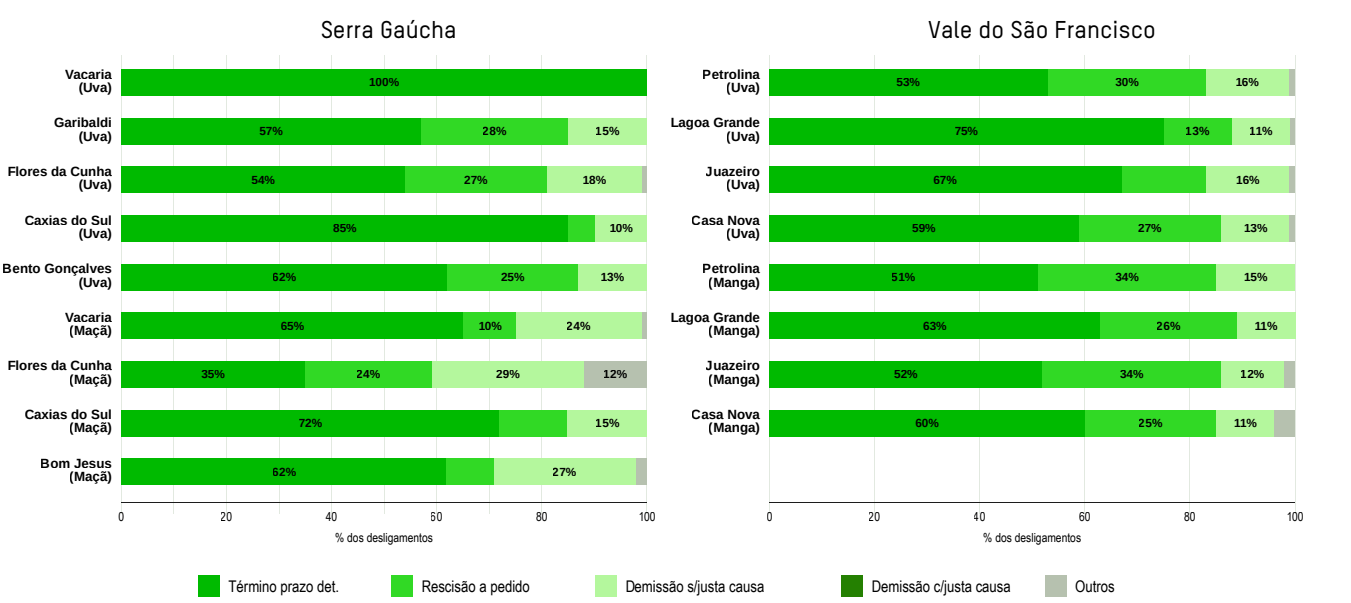


A análise dos motivos de desligamento (Gráfico 11) revela um padrão consistente entre cadeias e territórios: o término de contrato por prazo determinado é o principal motivo em todos os casos, variando entre 53,4% na manga do Vale do São Francisco e 65,3% na maçã da Serra Gaúcha.

Outros motivos apresentam variações relevantes. Na Serra Gaúcha, a demissão sem justa causa tem maior peso na maçã (24%), enquanto na uva a rescisão a pedido (24,2%) supera esse tipo de desligamento. No Vale do São Francisco, a rescisão a pedido assume maior relevância, especialmente na manga (31,8%) e na uva (26,1%).

Essas diferenças indicam que, embora o término de contratos temporários seja predominante, os padrões de desligamento variam entre territórios, sugerindo distintas dinâmicas de permanência e saída do trabalho formal.

GRÁFICO 12: MOTIVOS DE DESLIGAMENTO POR MUNICÍPIO - JAN./2024 - DEZ./2025



A análise dos motivos de desligamento por município reforça o padrão já identificado nas cadeias produtivas: o término de contrato por prazo determinado é o principal motivo em todos os municípios com volume significativo de vínculos. No entanto, a distribuição dos demais motivos tem variações relevantes entre territórios e culturas.

Na Serra Gaúcha, observa-se que, na cadeia de maçã, Caxias do Sul registra o maior percentual de desligamentos por término de prazo (72%), enquanto Bom Jesus apresenta a maior participação de demissões sem justa causa (27,1%) entre os municípios analisados. Na cadeia de uva, a rescisão a pedido ganha maior relevância em municípios como Flores da Cunha (27,4%) e Garibaldi (28,3%), com valores próximos aos observados em Bento Gonçalves (24,9%).

No Vale do São Francisco, o padrão geral se mantém, com predominância do término de contrato, mas com diferenças importantes na composição dos desligamentos. Lagoa Grande, na cadeia de uva, apresenta o maior percentual de término de prazo (75,1%) entre os municípios do território. Em contraste, na cadeia de manga, destaca-se a maior participação de rescisões a pedido em Juazeiro (33,9%) e Petrolina (32,8%), indicando maior peso relativo desse tipo de desligamento nessas localidades. Já Petrolina, na uva, combina término de prazo (51,8%) com participação expressiva de rescisão a pedido (30,2%), sendo o município com menor percentual relativo de término de contrato entre aqueles com maior volume de vínculos no território.

É importante considerar que nem todos os municípios apresentam volume suficiente para análise detalhada. É o caso de Vacaria na cadeia de uva, que registra apenas três movimentações no período (duas admissões e um desligamento), não permitindo inferências consistentes. Na cadeia de maçã, por outro lado, Vacaria segue o padrão observado na Serra Gaúcha, com predominância de desligamentos por término de prazo (65,3%), seguida por demissão sem justa causa (24,1%) e rescisão a pedido (9,9%).

Em conjunto, esses dados indicam que embora o término de contratos temporários seja predominante em todos os contextos, a composição dos desligamentos varia entre municípios, sugerindo diferenças na dinâmica local do trabalho, especialmente no que se refere à permanência e às formas de saída do emprego formal.

7. DESAFIOS E OPORTUNIDADES: ORGANIZAÇÃO SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A análise desenvolvida ao longo deste relatório permite afirmar que os desafios para a organização sindical e para a negociação coletiva nas cadeias de manga, uva e maçã não decorrem apenas de um suposto enfraquecimento da ação sindical, mas, sobretudo, da forma como o trabalho está estruturado. A combinação entre elevada sazonalidade, forte rotatividade, vínculos temporários, heterogeneidade contratual e segmentação territorial produz um ambiente em que a construção de pertencimento coletivo, a continuidade organizativa e a capacidade de negociação tendem a ser permanentemente tensionadas.

Isso significa que a dificuldade não está apenas em organizar trabalhadores, mas em organizar trabalhadores cuja própria permanência no emprego é curta, descontínua e, em muitos casos, subordinada ao ciclo produtivo. Essa é uma questão central do relatório, desde a apresentação dos objetivos até a análise das dinâmicas territoriais e dos padrões de desligamento.

No plano estrutural, o quadro nacional já indicava limites importantes à sindicalização no setor agropecuário. Embora a taxa agregada de sindicalização da agropecuária permaneça acima da média nacional, o setor é fortemente composto por posições ocupacionais como conta própria e assalariamento sem carteira, que, no plano nacional, apresentam menores níveis de inserção sindical. Isso demonstra que a base social do trabalho rural já parte de uma condição estruturalmente desfavorável à ampliação da representação coletiva.

O que os dados territoriais revelam é que, mesmo quando se observa o núcleo formal dessas cadeias, a realidade não se torna automaticamente mais favorável: a formalização aparece, em grande medida, organizada por vínculos de curta duração, contratos por prazo determinado, arranjos intermediados e categorias atípicas, o que restringe a estabilidade necessária à consolidação de estratégias sindicais continuadas.

Nas cadeias analisadas, a sazonalidade não deve ser lida apenas como característica produtiva, mas como forma de organização do trabalho com efeitos diretos sobre a capacidade de mobilização coletiva. Na Serra Gaúcha, especialmente na cadeia de maçã, a intensidade dos ciclos de admissão e desligamento, somada ao predomínio de vínculos temporários e ao peso do término de prazo como principal motivo de desligamento, sugere um cenário em que grande parte da força de trabalho é incorporada e dispensada em janelas muito específicas.



No Vale do São Francisco, embora a continuidade relativa dos vínculos seja maior, sobretudo quando comparada à Serra Gaúcha, isso não elimina a presença de formas contratuais heterogêneas e de padrões de desligamento que indicam alta rotatividade e instabilidade. Assim, a negociação coletiva encontra um obstáculo comum nos dois territórios, ainda que por vias distintas: em um caso, pela temporalidade concentrada da safra; no outro, pela coexistência entre maior permanência relativa e maior fragmentação contratual.

Outro desafio relevante diz respeito à heterogeneidade interna das próprias cadeias. O relatório mostrou que manga, uva e maçã não mobilizam o trabalho da mesma forma. Elas combinam perfis distintos de composição social, remuneração, temporalidade do vínculo e concentração territorial. Isso implica que a ação sindical e a negociação coletiva dificilmente serão eficazes se tratadas de maneira homogênea. Uma estratégia única para “o trabalho rural da fruticultura” tende a apagar diferenças fundamentais entre cadeias, territórios e perfis de trabalhadores.

A cadeia de uva do Vale do São Francisco, por exemplo, combina grande volume de vínculos, maior diversidade contratual e forte centralidade territorial. A de maçã na Serra Gaúcha, por sua vez, opera com padrão sazonal mais concentrado e com maior dependência de desligamentos vinculados ao término de contratos temporários. Essas diferenças alteram o terreno concreto da organização coletiva e exigem estratégias territorializadas e sensíveis à cadeia específica.

Também é preciso considerar que os limites da organização sindical se articulam a desigualdades sociais mais amplas. Os capítulos anteriores mostraram que o trabalho rural permanece marcado por hierarquias de gênero, raça e escolaridade, tanto no plano nacional quanto no interior das cadeias analisadas. A presença de diferenças de rendimento entre homens e mulheres, entre grupos raciais e entre níveis de escolaridade indica que a classe trabalhadora rural não é homogênea, e que seus interesses, vulnerabilidades e possibilidades de permanência no trabalho são distribuídos de forma desigual.

“[...] VOCÊ JÁ VÊ DETERMINADAS EMPRESAS — NÃO EM TODAS AINDA, MAS UMA GRANDE PARTE — JÁ ESTÃO CONTRATANDO MULHER. A GENTE PEDIU, A GENTE COLOCOU NA CONVENÇÃO.”

(Trabalhadora Rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha - informação verbal)

“A QUESTÃO RACIAL TAMBÉM É BEM COMPLEXA. AS PESSOAS, ÀS VEZES, NÃO SE CONSIDERAM PESSOAS NEGRAS, SOFREM CASOS DE RACISMO NO CAMPO, MAS NEM IDENTIFICAM — SE A GENTE NÃO CHEGAR LÁ FALANDO SOBRE AS CAMPANHAS. A GENTE TEM UMA CLÁUSULA NA CONVENÇÃO COLETIVA DO VALE QUE FALA SOBRE CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

Isso significa que a organização sindical, para ser mais efetiva, precisa incorporar essas clivagens como dimensão central, e não acessória. Não se trata apenas de representar “o trabalhador rural” em abstrato, mas de construir formas de ação capazes de reconhecer que determinados segmentos experimentam de forma mais intensa a instabilidade, os baixos rendimentos e a precarização.

Nesse sentido, as desigualdades de gênero, raça e escolaridade não devem ser compreendidas apenas como características do perfil da força de trabalho, mas como dimensões estruturantes da forma como o trabalho é organizado nas cadeias produtivas. Os dados apresentados ao longo do relatório indicam que mulheres, trabalhadores negros e aqueles com menor escolaridade tendem a estar mais concentrados em posições com menor remuneração, maior rotatividade e menor estabilidade. Isso sugere que a precarização não se distribui de maneira uniforme, mas incide de forma diferenciada sobre grupos específicos, aprofundando desigualdades já existentes no mercado de trabalho rural.

Ao mesmo tempo, essa heterogeneidade abre uma oportunidade importante para a atuação sindical e para a negociação coletiva. Ao reconhecer que a base trabalhadora é internamente diversa e atravessada por múltiplas formas de desigualdade, torna-se possível construir estratégias que articulem a defesa de direitos trabalhistas com a promoção de equidade. Isso implica não apenas ampliar a cobertura da representação, mas também incorporar agendas específicas relacionadas a condições de trabalho, remuneração e permanência no emprego que afetam de maneira mais intensa determinados grupos. Assim, a interseccionalidade deixa de ser apenas um diagnóstico das desigualdades e passa a constituir um princípio orientador para a ação coletiva no campo.

Outra oportunidade relevante para a ação sindical é a própria regularidade dos ciclos produtivos, que pode ser convertida em base para ação coletiva mais estratégica. A sazonalidade, embora produza instabilidade, não

é aleatória: ela apresenta padrões recorrentes, meses de pico relativamente previsíveis e forte concentração territorial. Isso abre espaço para ações sindicais e institucionais mais antecipatórias, organizadas a partir do calendário produtivo, dos territórios de maior concentração e dos momentos de maior volume de admissões. Em vez de atuar apenas de forma reativa diante dos desligamentos ou conflitos já instalados, há espaço para pensar estratégias de incidência que acompanhem o ciclo do trabalho desde a contratação.

“QUANDO ELAS TRABALHAM POR ESSE PERÍODO CURTO — MUITAS VEZES POR SALÁRIO JÁ SER REDUZIDO — ELAS NÃO QUEREM CONTRIBUIR, POR EXEMPLO, PARA O MOVIMENTO SINDICAL, PORQUE A GENTE ESCUTA MUITO ISSO: ‘VOU FICAR SÓ UM PERÍODO CURTO AQUI; SE EU FICAR EFETIVA, AÍ SIM EU CONTRIBUO.’”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

A terceira oportunidade decorre do fato de que boa parte da precarização identificada se dá dentro do trabalho formal, e não apenas à margem dele. Isso é politicamente importante porque desloca o debate da oposição simples entre formalidade e informalidade. O relatório mostra que o problema não é apenas “trazer para a carteira assinada”, mas enfrentar a ampla presença de vínculos temporários, contratos descontínuos e arranjos de proteção limitada dentro do próprio universo formal.

Essa constatação abre possibilidade de incidência mais precisa sobre regras de contratação, duração dos vínculos, padrões de desligamento e mecanismos de proteção associados à entressafra. Nesse sentido, a negociação coletiva pode ganhar centralidade justamente por atuar sobre aquilo que a formalização, sozinha, não resolve.

Há, por fim, uma oportunidade analítica e política na forte concentração territorial observada em diferentes cadeias. Municípios como Petrolina, Juazeiro, Casa Nova, Vacaria, Bom Jesus, Bento Gonçalves e Flores da Cunha aparecem reiteradamente como centros organizadores da produção e da movimentação do emprego formal. Isso sugere que estratégias territorialmente focalizadas podem ter efeito multiplicador mais forte do que abordagens dispersas. A concentração não é apenas produtiva; ela é também organizativa, na medida em que concentra empresas, admissões, desligamentos e parte substantiva da força de trabalho. Para a ação sindical e para a negociação coletiva, isso significa que o território pode funcionar como chave estratégica de entrada, articulação e incidência.

“ASSIM, O PESSOAL E OS TRABALHADORES NÃO VÊM MAIS, PORQUE ÀS VEZES ATÉ A EMPRESA BARRA NA ENTRADA, SABE COMO É QUE É O SINDICATO — ELES NÃO GOSTAM, ELES ACHAM QUE FICA INTERFERINDO, QUE FICA MONTANDO, QUE FICA CUIDANDO, MAS SE FOSSE MAIS ABERTO SERIA BEM MELHOR, É BEM INTERESSANTE O TRABALHO.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha – informação verbal)

Em síntese, o principal desafio para a organização sindical e a negociação coletiva nas cadeias analisadas está em enfrentar uma precarização que não é periférica, mas constitutiva da forma contemporânea de organização do trabalho rural. A principal oportunidade, por sua vez, está em reconhecer que essa precarização não é caótica nem inteiramente difusa: ela se organiza por cadeias, territórios, ciclos produtivos e formas contratuais relativamente identificáveis. É justamente nessa tensão entre fragmentação e regularidade que se abrem possibilidades de ação coletiva mais enraizadas, territorializadas e capazes de incidir sobre os mecanismos concretos que hoje sustentam a instabilidade do trabalho rural formal.



8. CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES: DADOS NACIONAIS E TERRITORIAIS

A comparação entre os dados nacionais e os dados territoriais permite uma conclusão central deste relatório: os territórios analisados não rompem com o padrão estrutural do trabalho rural brasileiro, mas o atualizam e o reconfiguram de forma específica. Ou seja, Vale do São Francisco e Serra Gaúcha não aparecem como exceções à lógica nacional, e sim como expressões concretas, territorialmente diferenciadas, de tendências mais amplas que já se manifestam no mercado de trabalho rural do país.

O valor analítico dessa comparação está justamente em mostrar que as desigualdades observadas localmente não são apenas locais; elas têm base estrutural, embora assumam formas distintas conforme a cadeia produtiva, o território e o arranjo de contratação. Isso está em plena consonância com os objetivos do estudo, que previam identificar tanto tendências estruturais do mercado de trabalho rural quanto particularidades regionais, convergências e contrastes entre escalas de análise.

A principal convergência entre os dados nacionais e territoriais está no fato de que, em ambos os níveis, o trabalho rural aparece atravessado por precarização persistente, desigualdades sociodemográficas e proteção limitada. No plano nacional, a agropecuária se destaca por elevada informalidade, baixos rendimentos, fragilidade previdenciária e limites à organização coletiva. No plano territorial, mesmo quando o foco recai sobre vínculos formais registrados na RAIS, o que emerge é um universo em que a formalização convive com forte rotatividade, temporalidade curta, múltiplos arranjos contratuais e acesso desigual à estabilidade. Essa convergência é talvez um dos achados mais importantes do relatório: a formalização territorial não invalida o diagnóstico estrutural de precarização, apenas mostra que ele assume formas mais complexas do que a oposição simples entre formal e informal poderia sugerir.

Há também convergência relevante na dimensão das desigualdades sociais. Os dados nacionais mostraram um mercado de trabalho rural fortemente masculinizado, com hierarquias de raça e gênero refletidas nos rendimentos e nas formas de inserção ocupacional. Os dados territoriais e por cadeia confirmam essa lógica, ainda que com composições distintas. A participação feminina varia entre culturas, a composição racial acompanha e reconfigura as características regionais, e os rendimentos seguem distribuídos de maneira desigual entre grupos sociais. Isso significa que as clivagens de gênero, raça e escolaridade observadas nacionalmente não desaparecem quando se desce à escala local; ao contrário, elas se concretizam de forma específica nas cadeias analisadas, compondo arranjos diferenciados de desigualdade.

Foto: Magnific.



No entanto, os contrastes entre escala nacional e escala territorial são igualmente relevantes. O primeiro deles é metodológico e substantivo ao mesmo tempo: enquanto os dados nacionais captam um universo mais amplo, que inclui informalidade, conta própria, autônomos e empregadores, os dados territoriais captam o núcleo formal do trabalho nas cadeias selecionadas. Isso faz com que a comparação não deva ser lida como equivalência direta, mas como relação entre estrutura ampla e expressão específica. Justamente por isso, o contraste mais interessante é que, mesmo observando apenas o trabalho formal nos territórios, o relatório encontra sinais claros de instabilidade, sazonalidade e proteção limitada.

Em vez de contrariar os dados nacionais, os dados territoriais mostram como parte da precariedade rural é internalizada pela formalização. Essa limitação também se estende aos dados de saúde e segurança no trabalho, cuja base de notificações formais não permite captar integralmente a exposição ao risco nas cadeias analisadas. Assim, embora os dados territoriais ofereçam indícios relevantes, eles não devem ser lidos como medida completa das condições de trabalho, sobretudo porque as entrevistas trouxeram outros aspectos que os dados não revelam com exatidão: as consequências do trabalho com agrotóxicos e as recorrências de infecções urinárias entre as mulheres trabalhadoras.

Outra diferenciação central diz respeito à temporalidade do trabalho. Os dados nacionais revelam um mercado de trabalho rural estruturalmente frágil, mas não captam com a mesma nitidez a forma cíclica com que isso se organiza em determinadas cadeias. Já os dados territoriais mostram, com bastante clareza, que nas cadeias da fruticultura a precarização está fortemente associada ao tempo da produção: períodos intensos de contratação são seguidos por desligamentos concentrados, especialmente onde predomina o término de contrato por prazo determinado. Esse achado qualifica o diagnóstico nacional ao mostrar que a instabilidade não é apenas atributo genérico do setor, mas também produto de calendários produtivos, lógicas de safra e formas específicas de gestão da força de trabalho.

As diferenças territoriais internas também ajudam a complexificar a leitura nacional. A Serra Gaúcha e o Vale do São Francisco compartilham a presença de sazonalidade e contratos temporários, mas os organizam de maneira distinta. Na Serra Gaúcha, especialmente na cadeia de maçã, a sazonalidade é mais concentrada e abrupta, com forte compressão do trabalho em determinados meses do ano. No Vale do São Francisco, especialmente na de manga, há maior continuidade relativa do emprego,

ainda que acompanhada por heterogeneidade contratual e padrões de desligamento que mantêm a instabilidade como traço importante. Isso indica que a precarização rural não assume forma única nem mesmo entre os territórios formalizados mais dinâmicos: ela varia conforme o modelo produtivo, a cadeia e a posição do território nos mercados.

Há ainda um contraste importante entre estrutura produtiva e estrutura laboral. Nas seções sobre produção, o relatório mostrou que as cadeias analisadas ocupam posições relevantes na fruticultura brasileira, com diferentes níveis de volume, valor agregado e inserção em mercados. A cadeia de uva do Vale do São Francisco, por exemplo, combina maior valor por tonelada e forte inserção em mercados dinâmicos; a de maçã na Serra Gaúcha se organiza em território altamente especializado; e a de manga mantém grande escala e continuidade relativa.

Os dados laborais mostram, porém, que esse dinamismo econômico não se traduz automaticamente em estabilidade, proteção ou equidade no trabalho. Esse contraste é decisivo: cadeias economicamente robustas podem conviver com formas laborais profundamente instáveis. Em termos analíticos, isso desloca qualquer leitura que associe modernização produtiva, por si só, a melhoria das condições de trabalho.

Em conjunto, os dados nacionais e territoriais apontam para uma conclusão de fundo: o trabalho rural brasileiro combina permanências estruturais e reconfigurações contemporâneas. As permanências estão na desigualdade, na instabilidade, na fragilidade da proteção e nos limites à representação coletiva. As reconfigurações estão na forma como isso se organiza hoje dentro de cadeias produtivas valorizadas, formalizadas e territorialmente concentradas. O relatório sugere, assim, que compreender o trabalho rural contemporâneo exige recusar tanto a leitura homogênea do campo brasileiro quanto a ideia de que a formalização e a inserção em cadeias dinâmicas, por si, produziram superação da precarização.

Se o plano nacional mostra a estrutura, os dados territoriais mostram o mecanismo. Se o panorama nacional revela a persistência da desigualdade, os territórios e cadeias revelam como ela é produzida, administrada e reproduzida no cotidiano das relações de trabalho. É nessa articulação entre estrutura e território que reside uma das principais contribuições deste estudo: mostrar que os contrastes entre escalas não enfraquecem o diagnóstico, mas o tornam mais preciso, mais concreto e politicamente mais útil.



Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam Brasil.

9. LEITURA QUALITATIVA DAS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL²

A análise qualitativa das entrevistas permite aprofundar a compreensão das dinâmicas estruturais do trabalho assalariado rural ao deslocar o olhar dos registros agregados para a experiência concreta dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao fazê-lo, destaca-se que parte dos padrões identificados nos dados quantitativos não operam de forma homogênea, mas se materializam de maneira diferenciada a partir de marcadores como gênero, território e posição na cadeia produtiva.

Um primeiro eixo analítico refere-se à coexistência e disputa entre diferentes regimes de inserção no trabalho. As entrevistas indicam que a formalização, embora associada à proteção social e a alguma estabilidade, não se configura necessariamente como a alternativa mais viável do ponto de vista da reprodução imediata da vida. Em contextos marcados por baixos salários e instabilidade, a inserção em arranjos informais, como as chamadas “turmas” (já citadas no item 3.3.1), aparece como estratégia racional de sobrevivência, ainda que implique a renúncia a direitos.

“E A REFORMA TRABALHISTA, INFELIZMENTE, COM AS NOVAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO, ELA TROUXE A TERCEIRIZAÇÃO, QUE HOJE A GENTE VÊ NO CAMPO QUE NÃO É TERCEIRIZAÇÃO, É INFORMALIDADE MESMO VELADA [...] AS PESSOAS ESTÃO FAZENDO MUITAS TURMAS, TURMA DE PODA, TURMA DE RALEIO, TURMA ATÉ DE APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS — PESSOAS TOTALMENTE NA INFORMALIDADE, MAS QUE VISAM SÓ O LUCRO. HOJE NOSSO SALÁRIO É DE R\$ 1.656,00; ESSAS PESSOAS DE TURMA RECEBEM R\$ 4 MIL, R\$ 5 MIL. ENTÃO, TÁ UMA DISPUTA ATÉ DAS EMPRESAS EM CONTRATAR ESSAS TURMAS PORQUE NÃO PAGA IMPOSTO, NÃO PAGA NENHUM ENCARGO SOCIAL EM CIMA DO SALÁRIO, ENTÃO É MAIS VANTAJOSO PAGAR POR DEMANDA A TURMA — ASSIM VAI LÁ, FAZ UM TRABALHO, ACABOU. TRABALHA DE MANHÃ NUMA EMPRESA, À TARDE JÁ ESTÁ EM OUTRA FAZENDO OUTRO SERVIÇO, JÁ GANHANDO OUTRA DIÁRIA EM CIMA.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

Essa tensão entre renda e proteção revela limites importantes das políticas de formalização quando não articuladas a melhorias substantivas nas condições de remuneração, produzindo um cenário em que a precariedade não é apenas imposta, mas também, em certa medida, incorporada como estratégia possível dentro de um campo de escolhas restrito.

Esse quadro se articula com a forte sazonalidade das cadeias produtivas, que estrutura o mercado de trabalho em ciclos curtos e descontínuos. A recorrência de contratos temporários e a circulação constante entre atividades e territórios produzem trajetórias fragmentadas, dificultando a construção de vínculos duradouros com o trabalho e com as formas de organização coletiva. No caso da Serra Gaúcha, essa dinâmica se combina com fluxos migratórios sazonais que envolvem trabalhadores de diferentes regiões e países.

“VEM MUITA GENTE DO MATO GROSSO E DO PARAGUAI. FICAM NA SAFRA E DEPOIS VÃO EMBORA, AÍ VOLTAM DE NOVO QUANDO COMEÇA OUTRA ETAPA.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha, informação verbal)

Essa mobilidade, embora funcional à lógica produtiva, contribui para a descontinuidade das relações de trabalho e para o enfraquecimento das bases de organização coletiva, configurando um cenário em que a negociação e a proteção social tornam-se estruturalmente mais frágeis.

A análise das entrevistas também evidencia que essas dinâmicas não operam de forma neutra, sendo atravessadas por desigualdades de gênero que organizam a divisão do trabalho e as possibilidades de inserção e permanência nas cadeias produtivas. E essa divisão não se limita à distribuição de tarefas. Ela produz desigualdades indiretas nas condições de trabalho, no acesso à remuneração variável e nas oportunidades de progressão. Enquanto atividades masculinas frequentemente permitem maior autonomia e possibilidade de ganhos adicionais, as trabalhadoras permanecem em funções contínuas, com menor margem de negociação sobre o tempo de trabalho.

“ELES BATEM A META E VÃO EMBORA MAIS CEDO. A GENTE FICA O DIA TODO EMBALANDO.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal)

Além disso, a sobreposição entre trabalho produtivo e responsabilidades domésticas restringe as possibilidades de mobilidade ocupacional das mulheres, especialmente no acesso a funções de maior remuneração ou menor desgaste físico. Nesse sentido, a desigualdade de gênero não se expressa apenas na divisão do trabalho, mas na própria estrutura de oportunidades disponível dentro das cadeias.

“ALI NO JUAZEIRO E PETROLINA TEM UMA PARTICULARIDADE: AS PESSOAS NÃO TRABALHAM ONDE MORAM. MUITAS PESSOAS SE DESLOCAM DE JUAZEIRO PARA O INTERIOR, ENTÃO TEM DESLOCAMENTO QUE CHEGA A 50 MINUTOS, UMA HORA DE PERCURSO. ENTÃO AS PESSOAS SAEM MUITO CEDO DE CASA E RETORNAM MUITO TARDE.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

Outro eixo central diz respeito à organização do trabalho e à intensificação das atividades produtivas, particularmente por meio da adoção de metas. As entrevistas indicam que o cumprimento de metas diárias reorganiza o ritmo de trabalho, reduz pausas e amplia a exposição

a riscos, deslocando para o trabalhador a responsabilidade pelo alcance dos resultados.

“QUANDO PEGA PRODUÇÃO, NINGUÉM VAI NO BANHEIRO, NINGUÉM BEBE ÁGUA. FICA NAQUELA CORRERIA.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal)

Esse padrão confirma formas contemporâneas de controle que operam menos pela supervisão direta e mais pela internalização de objetivos produtivos, com impactos significativos sobre a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

A dimensão da saúde, por sua vez, emerge como um dos pontos mais críticos da análise qualitativa. As entrevistas revelam um descompasso significativo entre os registros oficiais e a experiência vivida, especialmente no que se refere à exposição a agrotóxicos, aos acidentes de trabalho e ao adoecimento físico e mental.

“DE CADA 50 PESSOAS INTOXICADAS, SÓ UMA TEM REGISTRO. NO POSTO DE SAÚDE NÃO COLOCAM COMO INTOXICAÇÃO.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

“TEM GENTE QUE NÃO CONSEGUE MAIS VOLTAR COM UM PARREIRAL DE UVA, NEM POR UM APERTO DE MANGA, PORQUE A INTOXICAÇÃO JÁ ENTROU NO SANGUE, E AS PESSOAS TÊM ALERGIAS FORTÍSSIMAS A VOLTAR. VOCÊ NÃO CONSEGUE TRABALHAR NA ROÇA, VOCÊ NÃO CONSEGUE FICAR ENCOSTADO PELO INSS PORQUE O NEXO CAUSAL NÃO É ACIDENTÁRIO, E A PESSOA FICA ALI IMPOSSIBILITADA DE TRABALHAR E TER SUSTENTO — PORQUE LÁ ATRÁS TEVE ESSA MODIFICAÇÃO NO INÍCIO DO ATENDIMENTO.”

(Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

No cotidiano de trabalho, os relatos apontam para a combinação de exposição a agentes químicos, restrição de pausas e condições inadequadas de higiene, com impactos diretos sobre a saúde das trabalhadoras, especialmente no caso de infecções recorrentes e adoecimentos associados ao ambiente de trabalho.

“A GENTE TRABALHA COM MUITO VENENO. TEM MUITA INFECÇÃO, MUITA COCEIRA, PROBLEMA DE SAÚDE MESMO.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal)

“EU TÔ TENDO MUITA DOR DE CABEÇA, ENTÃO JÁ FUI AO MÉDICO E TÔ TRATANDO, E ACREDITO QUE SEJA UM POUCO DISSO, NÉ. AGORA EU TÔ PROCURANDO TENTAR SAIR DO VENENO, NÉ, QUE A GENTE DIZ. [...] É, PORQUE TEM EMPRESA QUE PAGA E TEM EMPRESA QUE NÃO PAGA, PORQUE ALEGA QUE DÃO EPIS. [...] EU MEXO DIRETO COM AGROTÓXICO, DIRETAMENTE COM AGROTÓXICO. ENTÃO EU ACREDITO QUE É INSALUBRIDADE.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha, informação verbal)

Esses elementos indicam que os sistemas de informação disponíveis capturam apenas parcialmente a realidade, o que limita a capacidade de formulação de políticas públicas baseadas exclusivamente em dados administrativos.

Nesse mesmo contexto, as entrevistas apontam para transformações estruturais no processo produtivo que não são plenamente captadas pelos dados disponíveis, especialmente no que diz respeito à mecanização. Longe de representar apenas um avanço tecnológico, esse processo aparece associado à redução significativa de postos de trabalho e à reconfiguração das formas de inserção dos trabalhadores nas cadeias produtivas.

“A MÁQUINA, UM GRUPO DE 100 TRABALHADORES FARIAM EM 1 MÊS, A MÁQUINA CONSEGUE FAZER EM UMA SEMANA. ENTÃO VOCÊ JÁ TIRA ALI 100 PESSOAS DO EMPREGO PARA FAZER SÓ COM A MÁQUINA. [...] NO INÍCIO, QUANDO EU COMECEI A TRABALHAR EM 2008, A GENTE TINHA MUITO MAIS PESSOAS TRABALHANDO. A GENTE JÁ REDUZIU ASSIM – SE VOCÊ FOR COLOCAR NA MANGA, REDUZIU MAIS DE 40% PELA PRÓPRIA MECANIZAÇÃO QUE TEVE NA MANGA.”

Dirigente sindical – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

A mecanização, nesse sentido, não opera de forma neutra. Ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade, contribui para a diminuição da demanda por trabalho, intensifica a competição por vagas e reforça

a instabilidade ocupacional, especialmente entre trabalhadores com menor qualificação formal. Esse processo também tende a aprofundar desigualdades já existentes, uma vez que o acesso às funções associadas à operação de máquinas é mais restrito, frequentemente concentrado entre homens, enquanto mulheres permanecem em atividades menos mecanizadas e mais intensivas em trabalho manual.

Assim, as transformações no processo produtivo se articulam diretamente com as condições concretas de trabalho, que permanecem marcadas por assimetrias, intensificação do ritmo e fragilidades na regulação das relações laborais. As entrevistas permitem identificar um conjunto de situações recorrentes que indicam pontos críticos no cotidiano de trabalho.

No que se refere à organização da jornada e às formas de controle do tempo de trabalho, surgem relatos que apontam para práticas pouco transparentes e potencialmente abusivas, especialmente no que diz respeito a compensações e descontos.

“SE PERDER UM DIA... PORQUE UM DIA QUE É OITO HORAS... SE PERDER UM DIA, AÍ ELES COBRAM 16 HORAS, QUE DÁ DOIS DIAS [...]” - ENTREVISTADOR: “E ELES EXPLICAM POR QUÊ?” “NÃO, DIZ QUE O NORMAL É ESSE MESMO [...] COM ATESTADO MÉDICO, ELE NÃO DESCONTA NADA.”

(Trabalhadora rural – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

“NÃO, O HORÁRIO É SÓ A CORRERIA MESMO DE EMBALAR MAIS RÁPIDO, É ISSO. É ISSO AÍ, É ISSO AÍ.”
(Trabalhadora rural – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal).

Esses relatos evidenciam como a lógica produtiva orientada por metas se traduz, na prática, em intensificação do trabalho. O ritmo acelerado não aparece como exceção, mas como elemento estruturante do cotidiano laboral, afetando diretamente as condições de descanso, a autonomia sobre o tempo e a própria saúde dos trabalhadores.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas diz respeito à exposição contínua às condições climáticas, que se impõem como dimensão central da experiência do trabalho rural. Diferentemente de ambientes controlados, o trabalho no campo exige adaptação constante a variações extremas de temperatura e umidade, com impactos diretos sobre o corpo dos trabalhadores.

“É A CHUVA, É O SOL, É O CALOR, É A NEBLINA, É A SERRAÇÃO, É TUDO NO MESMO TIPO, É O QUE MAIS COMPLICA, NÉ? [...] ÀS VEZES TU ENCONTRA AS PESSOAS ASSIM, MOLHADAS, CONGELADAS, CALÇADO MOLHADO. E ACABA SUSTENTANDO A SAÚDE — É UMA GRIPE, É UMA INFECÇÃO URINÁRIA, ENTÃO SÃO VÁRIOS FATORES QUE EU CONHECI BEM.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha - informação verbal)

“EU ACHO QUE O PRINCIPAL DESAFIO É O TEMPO NÉ, É A VARIAÇÃO CLIMÁTICA. TEM HORAS QUE FAZ AS QUATRO ESTAÇÕES NO MESMO DIA. [...] ÀS VEZES É 8 OU 9 GRAUS NEGATIVOS, ENTÃO ELES NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA ESSE FRIO. EU ENCONTRO COM ELES ÀS VEZES CONGELADOS, BATENDO O QUEIXO ASSIM, ENCARANGADOS.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha - informação verbal)

A recorrência desses relatos indica que as condições ambientais não atuam apenas como pano de fundo, mas como fator ativo de desgaste físico e adoecimento. A exposição prolongada ao frio, à umidade e ao calor extremo se combina com a intensidade do trabalho, ampliando riscos à saúde e evidenciando limites nas estratégias de proteção disponíveis.

Para além das condições materiais de trabalho, as entrevistas também revelam a presença de dinâmicas relacionais marcadas por desigualdades de gênero no ambiente laboral. Comentários, piadas e formas sutis de constrangimento aparecem como elementos naturalizados no cotidiano, contribuindo para a reprodução de um ambiente de trabalho que pode ser percebido como hostil para as mulheres.

“A GENTE CHAMA LÁ NA DIRETORIA, ÀS VEZES TEM ALGUMA PIADINHA, ALGUMA INDIRETA

(Trabalhadora rural – Cadeias de Uva e Manga, Vale do São Francisco, informação verbal sobre piadinhas e “brincadeiras” que têm mulheres como alvo).

Ao mesmo tempo, há relatos que indicam a existência de estruturas organizadas de apoio ao trabalhador, como refeitórios adequados e oferta de alimentação, o que sugere a presença de padrões heterogêneos entre empresas e contextos produtivos. Esses elementos reforçam a necessidade de compreender o setor a partir de suas variações internas, evitando leituras homogêneas sobre as condições de trabalho.

“COMO A GENTE TEM AQUI, SÃO TRÊS POMARES — CADA POMAR TEM A SUA QUANTIDADE EXATA DE PESSOAS PARA FICAR NO REFEITÓRIO. DIGAMOS, O MEU ALI SÃO 200 PESSOAS — É O QUE COUBE TODO MUNDO SENTADO, TODO MUNDO BEM ACOLHIDO, ALIMENTAÇÃO MARAVILHOSA, O SUCO, TUDO BEM CERTINHO.”

(Trabalhadora rural – Cadeia de Maçã, Serra Gaúcha - informação verbal)

No entanto, as entrevistas apontaram uma dissociação relevante entre os mecanismos formais de regulação, como certificações e auditorias, e as condições efetivas de trabalho. Ainda que tais instrumentos sejam frequentemente mobilizados como garantias de conformidade, sua aplicação aparece, nos relatos, como já discutido, como algo pontual e, em alguns casos, superficial.

“QUANDO TEM CERTIFICAÇÃO, ELES ARRUMAM TUDO ANTES. MAS A REALIDADE DO DIA A DIA É OUTRA.”

(Trabalhador rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal)

“ENTÃO MAIS FICA SÓ NO PAPEL. A REALIDADE É OUTRA, NÉ? [...] A QUESTÃO DAS CERTIFICAÇÕES, QUE O QUE ESTÁ ESCRITO LÁ NÃO ACONTECE.”

(Trabalhador rural – Cadeia de Uva, Vale do São Francisco, informação verbal)

Essa distância entre norma e prática sugere que a regulação das cadeias produtivas, especialmente em contextos de inserção em mercados globais, permanece limitada quando não acompanhada de mecanismos contínuos de monitoramento e de fortalecimento das capacidades locais de fiscalização.

Em conjunto, a leitura qualitativa indica que o trabalho assalariado rural nas cadeias analisadas é estruturado por um conjunto de tensões que articulam precarização, reorganização produtiva e desigualdades sociais. Essas tensões não se distribuem de forma homogênea, incidindo de maneira diferenciada sobre trabalhadores e trabalhadoras a partir de suas posições nas cadeias, de seus territórios e de marcadores como gênero e raça.

A maioria das pessoas trabalhadoras entrevistadas foram heteroidentificadas pela equipe pesquisadora como pessoas negras. Ao trazer à tona essas dimensões, as entrevistas não apenas aprofundam a leitura dos dados quantitativos, mas também apresentam os limites de abordagens que desconsideram a experiência vivida como dimensão constitutiva da análise do trabalho.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. (2019) *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra.

CONCEIÇÃO, E. B. (2016). Mulher negra em terra de homem branco: mecanismos de reprodução de desigualdades. In: Carrieri, A. P.; Teixeira, J. C.; Nascimento, M.C.R. *Gênero e Trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos Estudos Organizacionais*. p. 277-319.

CRENSHAW, K. (2002) Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188.

Dallabrida, Poliana. (2022). Trabalho escravo em pomar que abastecia líder em maçãs acende alerta sobre condições na colheita do fruto. *Repórter Brasil*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/trabalho-escravo-em-pomar-que-abastecia-lider-em-macas-acende-alerta-sobre-condicoes-na-colheita-do-fruto/>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2022). O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro publicado: estudos & pesquisas.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023). *A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho: boletim especial*.

IBGE (2025). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: características adicionais do mercado de trabalho 2024. Rio de Janeiro: IBGE.

Organização das Nações Unidas (ONU, 2011). *Guiding Principles on business and human rights: implementing the united nations protect, respect and remedy framework*. Nova York e Genebra.

Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019). Portfolio of policy guidance notes on the promotion of decent work in the rural economy: decent work in the rural economy, policy guidance notes. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

OXFAM Brasil (2024). *Trabalho no campo: os desafios a serem superados no cenário atual*.

OXFAM, Brasil. (2019). *Frutas doces vidas amargas: a história dos trabalhadores por trás das frutas que comemos*.

TEIXEIRA, J. (2021) *Trabalho doméstico*. São Paulo: Jandaíra.

11. APÊNDICES

11.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ATUAÇÃO	TERRITÓRIO	CADEIA DE FRUTICULTURA	SEXO	Raça/Etnia
Trabalhadora rural	VSF (Petrolina)	Uva	Feminino	Parda
Trabalhadora rural	SG (Vacaria)	Maçã	Feminino	Parda
Trabalhadora rural	SG (Vacaria)	Maçã	Feminino	Branca
Trabalhador rural	VSF (Juazeiro)	Uva	Masculino	Preta
Trabalhadora rural	VSF (Petrolina)	Manga/Uva	Feminino	Parda
Representante da CONTAR	Nacional	Todas	Masculino	Parda
Representante da CONTAR	Nacional	Todas	Feminino	Preta
Representante da FETAEPÉ	Pernambuco	Todas	Feminino	Parda

11.2. ROTEIRO DE ENTREVISTAS

BLOCO COMUM (PERGUNTAS COMUNS A TODOS OS GRUPOS)

- Você pode contar um pouco da sua trajetória e da sua relação com o trabalho rural ou com o setor?
- Na sua visão, quais são hoje as principais características do trabalho nas cadeias de [manga/uva/maçã]?
- O que mudou nos últimos anos no trabalho nessas cadeias?
- Quais são hoje os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores?
- E, na sua percepção, o que funciona bem ou tem melhorado?

BLOCO COMUM (PERGUNTAS COMUNS POR CADEIA):

MANGA (VSF)

- A manga aparece como uma cadeia com produção mais estável ao longo do tempo. Como isso se reflete no trabalho? Existe mais continuidade no emprego?
- Como funciona o ritmo de trabalho ao longo do ano na manga? Há períodos mais intensos?
- Há diferenças nas condições de trabalho entre empresas ou municípios?
- Como você percebe a relação entre volume de produção e remuneração dos trabalhadores?

UVA (VSF e Serra Gaúcha)

- A produção de uva apresenta mais oscilações ao longo do tempo. Isso impacta o trabalho? Como isso aparece no emprego?
- Como funciona a contratação durante os períodos de pico de uva?
- Há diferenças entre a uva no Nordeste e no Sul em termos de trabalho?
- O valor por tonelada de uva é mais alto. Isso se reflete nas condições de trabalho ou nos rendimentos?

MAÇÃ (Serra Gaúcha)

- A maçã apresenta maior instabilidade na produção. Como isso afeta o trabalho?
- O trabalho na maçã é mais concentrado em determinados períodos? Como isso impacta os trabalhadores?
- Há maior uso de trabalhadores temporários na maçã? Como isso funciona na prática?
- Como você avalia as condições de trabalho nessa cadeia em comparação com outras?

BLOCO DE PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA A DIREÇÃO NACIONAL (VISÃO INSTITUCIONAL):

- Os dados mostram níveis muito elevados de informalidade no setor. Como vocês interpretam esse cenário?
- Mesmo entre assalariados, há uma presença relevante de vínculos informais. Como isso aparece na atuação da CONTAR?
- Como a sazonalidade das cadeias impacta a organização do trabalho e a capacidade de negociação coletiva?
- Quais são hoje os principais limites para avançar na formalização do trabalho rural?
- Como a CONTAR tem atuado frente às mudanças nas formas de contratação?
- Existem diferenças importantes entre regiões ou cadeias que influenciam a estratégia sindical?
- Como vocês avaliam a capacidade atual de negociação coletiva no setor?
- Onde estão hoje as principais oportunidades de avanço?
- Os dados indicam uma participação muito menor de mulheres no trabalho rural. Como a CONTAR tem tratado essa desigualdade?
- Existem pautas específicas relacionadas às condições de trabalho das mulheres nas negociações coletivas?
- Como as desigualdades raciais aparecem no trabalho rural, na avaliação de vocês?
- Há ações ou estratégias voltadas especificamente para trabalhadores e trabalhadoras negras?
- Há ações ou estratégias voltadas especificamente para trabalhadoras e trabalhadores migrantes?
- Essas dimensões (gênero, raça e migração) entram nas negociações coletivas? De que forma?

BLOCO DE PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA AS FEDERAÇÕES (PONTE TERRITORIAL)

- Como essas dinâmicas (informalidade, trabalho temporário) aparecem no território de vocês?
- O que mais chama atenção na forma como o trabalho é organizado nas cadeias locais?
- Há diferenças entre empresas, municípios ou cadeias?
- Como a sazonalidade afeta o emprego ao longo do ano?
- Os trabalhadores conseguem manter vínculos contínuos ou há muita rotatividade?
- Como tem sido a relação com empregadores na negociação?
- Quais são hoje os principais conflitos ou pontos de tensão?
- Você percebe mudanças recentes nas formas de contratação ou organização do trabalho?
- Você percebe diferenças nas condições de trabalho entre homens e mulheres no território?
- Essas diferenças aparecem também em termos de remuneração, tipo de contrato ou acesso a direitos?
- Como as desigualdades raciais aparecem no trabalho nas cadeias da região?
- Há grupos mais expostos a condições precárias de trabalho? Quem são eles?
- Essas questões aparecem nas negociações ou nas demandas que chegam até vocês?

BLOCO DE PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA AS LIDERANÇAS DE BASE

- Como é o trabalho no dia a dia para os trabalhadores que você acompanha?
- Quais são os principais problemas que chegam até o sindicato?
- O trabalho é mais fixo ou mais temporário? Como isso funciona na prática?
- Os trabalhadores conseguem acessar direitos trabalhistas com facilidade?
- Você percebe diferenças entre homens e mulheres nas condições de trabalho?
- Você percebe diferenças raciais nas condições de trabalho entre trabalhadores? Como isso aparece no dia a dia?
- Há presença de trabalhadores migrantes nas cadeias? Como é a situação deles em relação às condições de trabalho?
- Como a sazonalidade afeta a vida dos trabalhadores?
- Os trabalhadores conseguem se organizar coletivamente? Quais são as dificuldades?

BLOCO DE PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA OS TRABALHADORES

- Você pode me contar como começou a trabalhar nessa atividade?
- Como é o seu trabalho no dia a dia?

- Você trabalha o ano todo ou só em alguns períodos?
- Se em períodos: Em que época do ano você costuma ser contratado? É sempre na mesma época, ou depende do que está sendo colhido?
- Como funciona sua contratação? Você tem carteira assinada ou não?
- Se carteira assinada: A empresa onde você trabalha é grande — tem muita gente — ou é menor, mais familiar?
- Já teve momentos sem trabalho entre uma safra e outra? Como foi isso?
- Quando acaba a alta da safra, quem decide que você sai — é automático pelo prazo do contrato, a empresa avisa, ou você mesmo escolhe ir embora? Como costuma ser com os outros trabalhadores que você conhece?
- Da última vez que você saiu de um trabalho, foi porque o contrato acabou, porque você pediu para sair, ou porque a empresa dispensou? E depois que saiu — o que você fez? Ficou esperando a próxima safra, foi trabalhar em outra coisa, ou saiu da região?
- Como você avalia o pagamento pelo seu trabalho?
- Com o que trabalham as outras pessoas da sua família?
- Quais são as condições de contratação das pessoas da sua família? Estão trabalhando de carteira assinada?
- Você sente que homens e mulheres têm as mesmas oportunidades no trabalho?
- Já teve alguma dificuldade relacionada a direitos (como registro, pagamento, segurança)?
- Você conhece ou já teve contato com sindicato?
- O que você acha que deveria melhorar no trabalho?

11.3 MATERIAIS E ACESSOS PARA COMPREENSÃO DOS DADOS

- Acesso ao Guia Brasileiro de Ocupações: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjkzMdViODU0dTM0MDZMC00Z-jl5LTk40TAtMGVhODFINDBJN2QzIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk30Cj9>
- Base dos Dados: <https://basedosdados.org/>
- Código dos Municípios – IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/codigos-dos-municipios.php>
- Painel de Informações Novo CAGED: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl1NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3L-TkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk30Cj9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>
- Painel Emprego Agrícola: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNGU3NzBiMzctZWRIzi00NjQ5LTk4YjgtNjY0OG-NlZWZiZTEwIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk30Cj9>



OXFAM
Brasil

OXFAM BRASIL

Av. Angélica, 2118 – 11º andar
Consolação, São Paulo/SP – Brasil – CEP 01228-200
Tel. (11) 3811 0400

www.oxfam.org.br